



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,  
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
(PPGHIS)**

**RACISMO TERRITORIAL: UMA HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE DAS  
FAVELAS BRASILEIRAS (1974-2022)**

**JOSÉ ANTONIO CAMPOS JARDIM**

Foz do Iguaçu  
2024

**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,  
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM HISTÓRIA (PPGHIS)**

**RACISMO TERRITORIAL: UMA HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE DAS  
FAVELAS BRASILEIRAS (1974-2022)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Faustinoni Bonciani (Unifesp)

Foz do Iguaçu  
2024

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação  
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

J37

Jardim, José Antonio Campos.

Racismo territorial: uma história do tempo presente das favelas brasileiras (1974-2022) / José Antonio Campos Jardim. - Foz do Iguaçu, 2024.

118 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História. Foz do Iguaçu – PR, 2024.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Faustinoni Bonciani.

1. Favelas. 2. Racismo. 3. História Social. 4. Psicologia Social. I. Bonciani, Rodrigo Faustinoni. II. Título.

CDU 323.14:316.334.56(81)(091)

JOSÉ ANTONIO CAMPOS JARDIM

**RACISMO TERRITORIAL: UMA HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE DAS  
FAVELAS BRASILEIRAS (1974-2022)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em História da Universidade Federal da Integração  
Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do  
título de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

---

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Faustinoni Bonciani  
(Unifesp)

---

Profa. Cecília Maria de Moraes Machado Angileli  
(UNILA)

---

Profa. Angela Cristiane Santos Póvoa  
(PUC/PR)

Foz do Iguaçu, 28 de fevereiro de 2024.

FICHA CATALOGRÁFICA EMITIDA PELA  
BIBLIOTECA DA UNILA

*Dedico este passo importante à minha esposa, Luciana Macedo Ferreira Jardim, incansável no seu apoio e que me dá muita força para que tudo seja possível.*

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço ao meu amigo, professor e orientador, Dr. Rodrigo Faustinoni Bonciani, não apenas pela constante orientação nesta pesquisa, mas principalmente pela sua amizade e disponibilidade em acompanhar-me nesta jornada. Aceitando a empreitada de estudar os morros, adentrar nos becos e não digo literalmente, mas na práxis, perscrutar a favela, encarar esta missão de pesquisarmos juntos em um cenário frequentemente subestimado por preconceitos e estereótipos.

Dirijo também minha eterna gratidão aos meus heróis (pais), Maria dos Santos e José Campos Jardim. Minha gratidão não se limita à vida que me proporcionaram, mas se estende às formas como inculcaram em mim todos os valores éticos que consideram importantes, moldando-me não só como pessoa que sou hoje, mas como ser humano.

Envio um abraço caloroso às minhas amigas e amigos: Wanderley Mafra, Aline Mafra, Celso Athayde, Preto Zezé, Isaac Santos, Carlos Cogo e Karen Cogo. A confiança de vocês em mim e na minha capacidade é algo que valorizo muito. Amigas e amigos, por vezes, questiono-me como poderei retribuir todo o esforço, carinho e dedicação que me dão.

Agradeço a todos os meus familiares, os mais próximos e os mais distantes, que ao longo destes anos, têm me encorajado. Recebam meus agradecimentos e um fraterno abraço.

Enfim, agradeço a Luciana Macedo Ferreira Jardim, esta que é a minha maior incentivadora nos estudos, esposa amável. Continuo empenhado em fazer acontecer e dando meu melhor, pois, ao meu lado tenho você, a melhor pessoa desse mundo. Obrigado e estamos juntos até depois do fim!

Por último, mas não menos importante, expresso minha eterna gratidão aos professores da banca, tanto pelas orientações, quanto por não virarem as costas para os desafios que enfrento como um pesquisador, ativista social e favelado.

## RESUMO

O objetivo principal desta pesquisa consiste na investigação do fenômeno do racismo territorial na contemporaneidade das favelas brasileiras, refletindo sobre minha trajetória pessoal e a construção do eu pesquisador, um favelado pesquisador, e destacando um estudo de caso na favela do Parolin, em Curitiba (Paraná). Seu escopo consiste em investigar as representações sobre essas comunidades no período de 1974 a 2022, e compreender uma ambivalência entre as representações negativas “de fora”, em textos, imagens e fragmentos feitos pela branquitude, e as “de dentro”, em obras e passagens que expressam a experiência e o pensamento histórico produzidos pela favela, que denunciam o racismo territorial e/ou procuram revalorizar suas experiências e saberes. Analisando essa contradição aparente entre as imagens negativas das favelas e aquelas representativas do empoderamento das comunidades. Como as experiências e saberes produzidos nas favelas contribuem para uma apreensão crítica da realidade desses espaços, promovendo tanto a inclusão social como a valorização da diversidade cultural? Do ponto de vista metodológico, além da preocupação com a análise crítica e os princípios interpretativos da psicologia social, essa pesquisa dialoga com o campo da história social. No sentido de analisar fontes documentais que representam a favela e no objetivo de investigar os sujeitos históricos subalternizados, ou periféricos, procurando reconhecer e destacar suas agências no tempo e no espaço. Não obstante, essa investigação pretende ir além desses referenciais teóricos, aproximando-se de um pensamento social preto que estabelece uma guinada epistemológica: a favela e as/os faveladas/os como *sujeitos* de discurso, pesquisa e análise; e não mais como objetos de pesquisa ou ratos de laboratório.

**Palavras-chave:** Favela, Racismo Estrutural, Racismo Territorial, História Social, Psicologia Social.

## RESUMEN

El objetivo principal de esta investigación es investigar el fenómeno del racismo territorial en las favelas brasileñas contemporáneas, reflexionando sobre mi trayectoria personal y la construcción del yo investigador, un *favelado* investigador, y destacando un estudio de caso en la favela Parolin en Curitiba (Paraná). Su alcance consiste en investigar las representaciones de estas comunidades desde 1974 hasta 2022, y comprender una ambivalencia entre las representaciones negativas “desde fuera”, en textos, imágenes y fragmentos realizados por la blanquitud, y las representaciones “desde dentro”, en obras y pasajes que expresan la experiencia y el pensamiento histórico producido por la favela, que denuncian el racismo territorial y/o buscan revalorizar sus experiencias y conocimientos. Analizar esta aparente contradicción entre las imágenes negativas de las favelas y las que representan el empoderamiento de las comunidades. ¿Cómo las experiencias y conocimientos producidos en las favelas contribuyen a una aprehensión crítica de la realidad de estos espacios, promoviendo tanto la inclusión social como la valorización de la diversidad cultural? Desde el punto de vista metodológico, además de preocuparse por el análisis crítico y los principios interpretativos de la psicología social, esta investigación dialoga con el campo de la historia social. En el sentido de analizar fuentes documentales que representan la favela y en el objetivo de investigar sujetos históricos subalternizados o periféricos, intentando reconocer y destacar su agencia en el tiempo y en el espacio. Sin embargo, esta investigación pretende ir más allá de estas referencias teóricas, acercándose al pensamiento social negro que establece un giro epistemológico: la favela y las/los *faveladas/os* como *sujeitos* de discurso, investigación y análisis; y ya no como objetos de investigación o ratos de laboratorio.

**Palabras clave:** Favela, Racismo Estructural, Racismo Territorial, Historia Social,



**ABSTRACT**

The main objective of this research is to investigate the phenomenon of territorial racism in contemporary Brazilian favelas, reflecting on my personal trajectory and the construction of the researcher self, a *favelado* researcher, and highlighting a case study in the Parolin favela in Curitiba (Paraná). Its scope consists of investigating the representations of these communities from 1974 to 2022, and understanding an ambivalence between negative representations “from outside”, in texts, images and fragments made by whiteness, and representations “from within”, in works and passages that express the experience and historical thought produced by the favela, which denounce territorial racism and/or seek to revalue their experiences and knowledge. Analyze this apparent contradiction between the negative images of the favelas and those that represent the empowerment of the communities. How do the experiences and knowledge produced in the favelas contribute to a critical apprehension of the reality of these spaces, promoting both social inclusion and the valorization of cultural diversity? From the methodological point of view, besides being concerned with critical analysis and the interpretative principles of social psychology, this research dialogues with the field of social history. In the sense of analyzing sources that represent the favela and in the objective of investigating subordinate or peripheral historical subjects, trying to recognize and highlight their agency in time and space. However, this research intends to go beyond these theoretical references, approaching black social thought that establishes an epistemological turn: the favela and the *faveladas/os* as subjects of discourse, research and analysis; and no longer as objects of research or laboratory rats.

**Keywords:** Favela, Structural Racism, Territorial Racism, Social History, Social Psychology.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>Capítulo 1. FUNDAMENTOS DO RACISMO E PENSAMENTO HISTÓRICO SOBRE AS FAVELAS</b> .....	20
1.1. Racismo estrutural .....	20
1.2. Racismo territorial .....	27
1.3. Favela: território preto, ancestral e contemporâneo .....	30
<b>Capítulo 2. FAVELAS E FAVELADAS/OS: ESTIGMAS E (RE)CONHECIMENTO</b> .....	41
2.1. Escritas racistas .....	41
2.2. A favela como problema histórico e sua complexidade .....	52
2.3. (Re)favela .....	55
<b>Capítulo 3. CONSTRANGIMENTO PEDAGÓGICO</b> .....	63
3.1. Eu sou favelado, ativista e pesquisador .....	63
3.2. Constrangimento pedagógico .....	66
3.3. Lugar de fala dos crias: visibilidade e invisibilidade territorial .....	69
3.4. Curitiba, <i>marketing</i> territorial e a favela do Parolin .....	73
<b>Capítulo 4. SE A HISTÓRIA É NOSSA, ENTÃO, “DEIXA QUE NOÍS CONTA”</b> .....	78
4.1. Parolin, entre becos e vielas, desenrolando com os crias .....	78
4.2. Parolin, para além do preconceito .....	83
4.3. O dialogismo contra o racismo territorial .....	89
<b>CRIA, A HISTÓRIA É MINHA, ENTÃO, DEIXA QUE EU ESCREVO</b> .....	100
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	112

## INTRODUÇÃO

*“Enquanto eu luto, sou movido pela esperança;  
e se eu lutar com esperança, posso esperar”.*

*Paulo Freire*

Eu sou favelado, preto e pesquisador. Ao longo da história, as faveladas e os favelados foram chamadas/os com palavras e caracterizadas/os de forma negativa, pejorativa e agraciadas/os com ausência do Estado, lhes foi negado o direito de existir, de ter história, de fazer história de escrever história. Eu me orgulho de ser favela e o sentimento de pertencimento me convoca ao debate público enquanto pesquisador para que olhemos para as favelas e para as suas potencialidades sem as lentes do preconceito e do racismo. Me orgulho de ser favelado e sei das nossas dificuldades nos becos e vielas.

É interessante que muita gente, principalmente pessoas mestiças como eu, que tem uma identidade parda, começou a se entender por preto no Brasil por causa do racismo. Por isso, defendo meu ativismo e são os ensinamentos adquiridos nas vielas que me guiam, ao invés do academicismo branco. Nem tudo o que defendo hoje estava na minha consciência, mas, as vivências foram me reeducando. Aprendi pagando um preço alto, porque nem todas as verdades são ditas, nem toda dor é curada, pois não sabemos de onde vem os estigmas e porque as nossas identidades são negadas, o que é cruel. A identidade negra, em países que foram forjados no racismo e pela escravidão, é algo que você forma positivamente e proativamente *a posteriori*.

Nesse momento me apoio em Pêcheux: “Aquele que fala é resultado do assujeitamento porque ignora as causas que o determina” (PÊCHEUX, 1997, p. 314). E assim faço as minhas objeções aos estereótipos que se reproduzem sobre as favelas e as/os faveladas/os.<sup>1</sup> Sobretudo ao me apoiar nesta frase que me desperta para múltiplos sentidos como pesquisador. Depois de muitos anos tenho a oportunidade de voltar à universidade e essa frase ainda ecoa em minha mente idêntica às badaladas estridentes de um sino. Navegando por um mar de questionamentos, o conceito de racismo territorial será a bússola que vai me orientar nos estudos sobre as favelas. Um favelado pesquisador, um favelado cientista, um favelado mestre. Como diz a arquiteta e urbanista Cecilia Angileli (2021), quero fazer da experiência uma “possibilidade de construção do conhecimento”.

Preciso construir outra narrativa que reconheça a importância das favelas e que

---

<sup>1</sup> Adoto a escrita feminista para dar visibilidade para a agência histórica das mulheres, mas para não repetir demasiadamente a fórmula “a/o”, posso adotar a norma da escrita machista.

superem os paradigmas da ausência do Estado. Enquanto pesquisador, motivado pelo meu ativismo, trago esse debate ao ambiente científico para que esses territórios possam ser pensados positivamente. E isso é apenas um efeito micro diante do mar de argumentos contrários que me cerceiam como pesquisador, estou tomando este lugar de contra-argumento, do contradiscurso, diante de todas/os pesquisadoras/es que seguem uma linha mais combativa sobre as favelas. Como afirma Menga Ludke (1986, p. 5):

não há possibilidade de estabelecer uma separação nítida e asséptica entre o pesquisador e o que ele estuda, e também os resultados do que ele estuda. Ele não se abriga em uma posição de neutralidade científica, pois está implicado necessariamente nos fenômenos que conhece e nas consequências desse conhecimento que ajudou a estabelecer.

Como sugere o autor, estou ciente dos meus sentimentos e de sua relação com esta pesquisa, sobretudo devido às minhas experiências como morador de favela e leitor. Isso porque o racismo direcionado às pessoas que vivem em favelas é uma questão que precisa ser discutida, especialmente em sua configuração territorial. Ao colocar o espaço urbano, a favela, em discussão e dentro de um contexto acadêmico e no recorte da História, preciso reconhecer a materialidade espacial urbana deste território, preciso considerá-lo desde uma perspectiva socioespacial e sócio-histórica.

Assim, o fenômeno do racismo precisa ser entendido historicamente, desde sua constituição por meio do escravismo, e como elemento estruturante da nossa história colonial e da formação nacional. Ao contrário dos processos de independência na América Latina, o Brasil se torna um Estado tendo a escravidão como instituição essencial e foi o último país do mundo a aboli-la. Nesse sentido, entender o racismo como estrutura, o racismo estrutural, e analisar sua configuração espacial, o racismo territorial. As favelas são a configuração contemporânea dos territórios pretos ancestrais – quilombos, mocambos etc. Na segunda metade do século XIX, surge no Rio de Janeiro, associado à Guerra de Canudos, o termo “favela” que vai se disseminar enquanto fenômeno social por todo o país ao longo do século XX. O Pós-Abolição, portanto, é um ponto de partida fundamental para o estudo desse processo histórico.

Nosso foco de análise, não obstante, recai sobre a década de 1970, porque é o período de maior expansão das favelas pelo país, quando os termos “favela” e “faveladas/os” passam a ser utilizados em todas as regiões do Brasil. Na contramão da propaganda da ditadura militar em torno da “seleção canarinho”, tricampeã em 1970, e do “milagre econômico”, o que se observa no período é o aumento das desigualdades

sociais, com uma nova fase do êxodo rural e do crescimento desordenado das cidades brasileiras. E eu nasci em 1974, assim, o favelado pesquisador, ao tornar-se consciente de sua própria história, entende-se como parte da história nacional e global. E eu não estou sozinho nessa, quantos filhas/os de nordestinas/os lembram-se da diáspora nordestina para o sudeste ou são os primeiros frutos dessa diáspora?

Aqui, a metáfora da favela se transforma em metáfora da história, porque o termo veio do nordeste, a faveleira é árvore do sertão, que resiste à seca, que alimenta os bodes e as pessoas do sertão. Planta que feriu soldado preto que foi obrigado a lutar no sertão contra o povo de Canudos, que contestava com religião a violência dos coronéis. Soldado preto ferido pela faveleira e pela violência que praticou contra aquele povo de Deus, que voltou marcado por aquelas feridas e foi abandonado pelo Exército e pelo Estado que ignoraram as promessas de dar uma casa para os soldados. Povo preto ferido que subiu o morro e transformou o Morro da Providência em Morro da Favela. Isso é só um mito de origem? Talvez, mas é uma história potente do povo preto favelado, que apesar das marcas da violência do Estado homenageia suas irmãs e irmãos do nordeste, afinal a história mais os unia, do que os separava, do povo do sertão.

Então, minhas caras e caros leitoras/es, a Guerra de Canudos é um marco histórico, em que o povo simples do campo começou a ser deliberadamente expulso, para transformar a terra do campo, a terra do povo, em latifúndio. Em que um Estado convertido ao militarismo republicano estimulou a miséria e a expulsão do povo de suas terras e o crescimento desordenado das cidades. A década de 1970, com os militares atuando livremente, impunemente, a serviço dos interesses de poucos, foi um período de intensificação desse processo. O favelado pesquisador, portanto, quer religar o povo da favela à sua história, por que quantas amigas e amigos morreram nesse caminho? Por que quantas/os das minhas irmãs e irmãos conseguiram ocupar o lugar que estou ocupando hoje? Assim, a nossa história precisa ser contada na conexão com a história desse país e a do mundo, nós somos parte dela, nós somos *sujeitos*<sup>2</sup> dela, na luta incessante contra o racismo estrutural, que nos elimina e estigmatiza, e contra sua configuração espacial nas cidades, o racismo territorial, que quer negar o nosso direito ao território e à cidade.

---

<sup>2</sup> As considerações de Grada Kilomba sobre o substantivo *sujeito* são muito relevantes para os meus objetivos de pesquisa, porque a palavra *sujeito*, que define as agências na história e na contemporaneidade está reduzida ao gênero masculino. Em suas palavras: “É importante compreender o que significa uma identidade não existir na sua própria língua, escrita ou falada, ou ser identificada como um erro. Isto revela a problemática das relações de poder e violência na língua portuguesa, e a urgência de se encontrarem novas terminologias. Por esta razão, opto por escrever este termo em itálico: *sujeito*.” (KILOMBA, 2020, p. 15).

Assim, eu fixo o marco temporal desta pesquisa entre 1974, partindo do contexto histórico de expansão das favelas pelo Brasil e do ano do meu nascimento, onde eu poderia ser somente mais um número, uma criança marcada para sucumbir diante do racismo estrutural, e 2022, momento em que me reconheço como pesquisador, pronto para devolver à sociedade as marcas do racismo e colaborar para sua superação, no contexto em que a favela viveu um de seus maiores desafios históricos, o de enfrentar a pandemia de covid-19 em meio a uma política de morte deliberada.

O percurso desta dissertação se inicia com uma reflexão sobre o racismo estrutural. Amparo-me nessa discussão no pensamento de Silvio de Almeida. Advogado, filósofo e professor universitário, atual ministro em exercício dos Direitos Humanos e da Cidadania do Brasil, reconhecido como um dos grandes ativistas antirracistas no país. É um dos grandes especialistas na questão racial no país, autor do livro *Racismo Estrutural*. Tornou-se uma das vozes de milhões de pessoas negras. Sua presença nos espaços de poder nos orienta e representa-nos de forma crucial. Não posso deixar de considerá-lo nesta pesquisa e de me apoiar nas suas contribuições sobre o racismo estrutural, dada a sua significativa contribuição para a nossa comunidade acadêmica.

É importante ressaltar às queridas leitoras e leitores que o racismo estrutural já é amplamente debatido por ativistas, movimentos sociais e pesquisadores. Inúmeros livros e teses acadêmicas surgiram nas últimas décadas, contribuindo para desconstrução e o letramento racial. No entanto, ainda é um dos maiores problemas sociais na contemporaneidade, um desafio que transcende as barreiras sociais, políticas, econômicas e territoriais. O racismo estrutural é igualmente problematizado por Silvio de Almeida (2018) com as questões colonialistas e escravistas. Há uma dificuldade em reconhecer que os negros fazem parte da história do Brasil. Em suas palavras (ALMEIDA, 2018, p. 34):

O racismo – que se materializa como discriminação racial – é definido por seu caráter sistêmico. Não se trata, portanto, de apenas um ato discriminatório ou mesmo de um conjunto de atos, mas de um processo em que condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas.

Portanto, o primeiro capítulo arranca com a reflexão sobre os fundamentos do racismo estrutural. Para, em seguida, entendê-lo em sua manifestação espacial e urbana, como racismo territorial. Esse racismo, que possui camadas invisíveis à sua construção, alheias às subjetividades, porém resultam em impactos simbólicos nas favelas. Nossa

principal referência nesse ponto é a extensa pesquisa de Aramis Gomes e Leonardo de Mello, intitulado *Racismo Territorial: O planejamento urbano tem um problema de raça?* (2021). Além do racismo territorial, que é um elemento central desta pesquisa, nos interessa destacar as informações colhidas por Gomes e Mello na região da Grande São Paulo e pensar em uma metodologia de análise que pode ser replicada para outros contextos urbanos. Aqui podemos ver uma pequena parte do legado material, visível que nos apresenta esses dois grandes pesquisadores.

A obra reúne um tema importantíssimo, também preenche uma lacuna quanto ao estudo da favela e do racismo, na medida em que busca analisar o espaço geográfico (favela) como produto do discurso do “planejamento urbano” e enfatiza uma dimensão socioespacial, compreendendo a singularidade territorial. Assim, concebe uma conjuntura inerente e que é totalmente contra a abstração do espaço geográfico. Dentro desse aspecto, a obra me possibilita analisar correlações entre favela e racismo, sobretudo na correlação entre indicadores de precariedade e a cor de pele, revelando mais uma face sutil e perversa do racismo estrutural: o racismo territorial.

A pouca bibliografia e um certo ineditismo em torno da perspectiva do “racismo territorial” não deve subsumir uma produção crítica de diferentes autoras e autores em torno do tema da favela, principalmente no campo do urbanismo social. Nesse sentido, recorro ao trabalho de Cecilia Angileli (2007, 2021) como outra referência importante nesta pesquisa. Em sua dissertação de mestrado no distrito da Brasilândia, periferia da cidade de São Paulo, Angileli destaca o conceito de “paisagem” com um importante elemento de sua análise crítica. Em suas palavras: “A paisagem e sua gente, então, passam a ser inseparáveis. Os moradores não são considerados meros observadores (espectadores), mas pessoas que constroem seu conhecimento sobre os lugares, a partir de suas experiências” (2007, p. 12). Nessa perspectiva, a geografia e a paisagem urbana só podem ser entendidas associadas aos contextos humanos e sociais, como parte integrante e de desenvolvimento da pesquisa e da produção de saberes. E a autora complementa: “A paisagem é conflituosa, tensa, provisória e subjetiva, não podendo ser reduzida a um processo formal de estudo do espaço, o que não daria conta de sua complexidade” (2007, p. 12).

Em suma, esta pesquisa representa uma reflexão sobre a história do presente das favelas brasileiras, em que a minha própria história está compreendida na investigação. Assim, encerro o capítulo 1 com um histórico da formação das favelas, para entendê-las na longa duração da história do escravismo e do colonialismo, para entendê-las como a

configuração contemporânea dos territórios pretos na história, para que eu e o povo preto resgatem seu direito à história de serem reconhecidos como parte da história do Brasil e do mundo, como *sujeitos* históricos e na produção de saberes. Considerar o passado para compreender o presente, e exigir reparação, para que nós, faveladas e favelados, possamos desfrutar plenamente da cidade e caminhar livremente.

Compreendido historicamente o fenômeno do racismo e sua configuração espacial nas cidades brasileiras, passo, no segundo capítulo desta dissertação, a analisar as representações negativas sobre as favelas e suas/seus moradoras/es. Porque o “pejorativo” aqui, é racista mesmo, e as escritas e imagens racistas querem reiterar, naturalizar e mesmo justificar as violências e desigualdades sociais existentes em nosso país. Nesse aspecto, além de uma análise do discurso, farei um estudo das mentalidades, por meio da influência ou da tradição historiográfica francesa (VOVELLE, 1987, p. 15-24), para investigar como se produz um imaginário social que invisibiliza a história e a própria existência das favelas e das/os faveladas/os. No campo de estudo sobre as favelas, partimos da investigação pioneira de Janice Perlman, no livro *O mito da marginalidade* (2002 [1977]), em que ela questiona sistematicamente a produção de um imaginário que associa as favelas e as/os faveladas/os à criminalidade, à vagabundagem e à degeneração.

Vou analisar as escritas e imagens racistas como armas do colonialismo, do escravismo e do racismo. Na *belle époque* do racismo pseudocientífico e do imperialismo, na segunda metade do século XIX, quando a necropolítica se via como um projeto de civilização global. Observo, igualmente, o racismo transformado em *óleo sobre tela*, para defender o ideal de embranquecimento da sociedade brasileira. No período em que as “cabeças de porco” e as favelas surgem como forma de sobrevivência e resistência no Brasil, particularmente na capital, na cidade do Rio de Janeiro. Na viragem do século, essa representação negativa, e seus lugares comuns, estão representados na fotografia, no fotojornalismo, nas páginas policiais que querem produzir a ideia do perigo e do medo contra esses territórios e seus habitantes. Por fim, o racismo ganha vida em desenhos e filmes. A palavra que vira imagem, propaganda, *frame*, *slogan*, que aciona diretamente o inconsciente e produz respostas automáticas.

Processo semelhante aconteceu quando o cinema brasileiro recuperou o tema da favela no início dos anos 2000, com grandes produções como *Cidade de Deus*, *Tropa de Elite*, entre outros, que estigmatizam a favela e fetichizam a violência extrema. Assim, o racismo tornou-se a tecnologia mais avançada da necropolítica ocidental (MBEMBE, 2022). Tudo isso para dizer que vou tentar captar essas escritas/imagens, as



representações profundas do racismo em nossa sociedade, em fragmentos literários, entrevistas, verbetes na web e no ensaísmo científico, pai de todo o racismo.

Em nosso percurso, vamos destacar alguns tópicos, lugares comuns, produzidos pela literatura, pelas artes e pela mídia até chegarmos na produção científica e como eles moldam uma forma de pensar e agir sobre as favelas, seja no campo do direito e na ação policial, seja na definição, ou negação, de políticas públicas para essas comunidades. Assim, vamos caracterizar as linhas mestras que estabelecem um imaginário social e uma política de segregação espacial definida pela ideia de racismo territorial. De um Estado que se constitui na lógica escravista e colonial, que quer reificar as pessoas pretas e indígenas (WILDERSON III, 2021), estabelecendo quem tem direito sobre seus corpos e suas coisas, e quem não tem, quem vai viver, e quem vai morrer, por meio do conceito de necropolítica do filósofo camaronês Achille Mbembe (2022 [2003]).

E não estou falando que não existam problemas na favela, esta pesquisa não é, em última instância, uma crítica vazia ou uma crítica feita por mero criticismo. Essa é uma crítica hermenêutica das formas de representações negativas das favelas. No âmbito das escritas racistas, consideramos relevantes as contribuições da obra *Análise de Discurso Crítico*, organizada por Lucineudo Irineu, como ele destaca:

[...] fazer *Análise de Discurso Crítico*, nos dias de hoje, significa comprometer-se com o labor da interpretação especializada na dimensão da prática social de que nos ocupamos, sempre em perspectiva e engajada. Significa, portanto, estabelecer diálogos, fazer conexões, tudo em prol de uma sociedade que se busque, a cada dia, mais democrática e menos desigual.

Portanto, trata-se de uma crítica aos modelos literários hegemônicos, ou seja, não se trata de uma simples observação da narrativa, pois, uso o modelo da *Análise de Discurso Crítico* para observar as nuances semânticas ao qual emprega para falar da favela. E ainda, a pesquisa está intrínseca para a análise das interrelações entre exclusão sócio espacial e as favelas brasileiras, pois, esses espaços configuram em narrativas como espaços marcados pela segregação e marginalização. Destaco, então uma certa urgência de se providenciar uma revisão ou discussão crítica por parte da sociedade acadêmica.

Onde, demarco na desigualdade, no silenciamento dos favelados uma discussão científica. Igualmente, do contexto e dos textos selecionados e, que levanto uma crítica discursiva direcionada a alguns autores que deixam transparecer, em suas obras, uma perspectiva racista em relação aos territórios das favelas. Baseado nesse entendimento, o

racismo territorial é uma manifestação do racismo estrutural que se constitui na reprodução e gestão do espaço urbano, sobretudo, num escopo metodológico se consiste no investigar das representações literárias dessas comunidades, as representações negativas, que reiteram o racismo territorial, bem como compreender de que maneira as literaturas periféricas, acadêmicas e ou a literatura marginal, podem contribuir para uma apreensão crítica dessa realidade negacionista, assim promover tanto a inclusão social desses pesquisadores orgânicos e científicos, bem como a valorização da diversidade cultural literária periférica.

Do imaginário social negativo sobre as favelas e suas/seus moradoras/es e suas consequências políticas, faremos algumas considerações de seu impacto na psicologia social, outro campo de minha formação acadêmica. Aqui, vou estabelecer um diálogo com a obra da psicóloga, multi artista e escritora Grada Kilomba (2020 [2008]), intitulada *Memórias da plantação*. Revisito suas observações sobre o “medo *branco*” e os mecanismos de “negação”, “culpa” e “vergonha” (KILOMBA, 2020, p. 41-46) para agir por meio daquilo que chamo de “pedagogia do constrangimento”.

Um desnudamento embaraçoso e uma contestação radical que desestabilizam a normalidade branca, as verdades brancas, que pretendem calar as pessoas pretas e aniquilá-las. No questionamento de Kilomba: “por que deve a boca do *sujeito negro* ser amarrada? Por que ela ou ele tem de ficar calada/o? O que poderia o *sujeito negro* dizer se ela ou ele não estivesse com a boca tapada? E o que o *sujeito branco* teria de ouvir?”. Portanto, a “pedagogia do constrangimento” quer destapar a boca das pretas e dos pretos, das faveladas e dos favelados, e desentupir os ouvidos dos brancos! Provocando o *sujeito branco* a “reconhecer sua própria branquitude e/ou racismo” (KILOMBA, 2020, p. 45). Por fim, chegaremos ao momento da “reparação” que, nas palavras da autora, “significa a negociação do reconhecimento. [...] o ato de reparar o mal causado pelo racismo através da mudança das estruturas, agendas, espaços, posições, dinâmicas, relações subjetivas, vocabulário, ou seja, através do abandono dos privilégios.” (KILOMBA, 2020, p. 46).

É esse “processo psicológico” que quero desencadear nesse trabalho e, como destaca a autora, ele dá trabalho. E ao invés do *sujeito branco* se fazer a pergunta moral “Eu sou racista?” e esperar uma resposta confortável, o *sujeito branco* deveria se perguntar: ‘Como eu posso dismantelar meu próprio racismo?’” (KILOMBA, 2020, p. 46). Quero desencadear esse processo na sociedade como um todo, especificamente no que se refere ao racismo territorial. Como canta o poeta Wilson das Neves:

O povo virá de cortiço, alagado e favela  
Mostrando a miséria sobre a passarela  
Sem a fantasia que sai no jornal

Vai ser uma única escola, uma só bateria  
Quem vai ser jurado? Ninguém gostaria  
Que desfile assim não vai ter nada igual

Não tem órgão oficial, nem governo, nem liga  
Nem autoridade que compre essa briga  
Ninguém sabe a força desse pessoal

Melhor é o poder devolver pra esse povo a alegria  
Se não todo mundo vai sambar no dia  
Em que o morro descer e não for carnaval<sup>3</sup>

A força da favela e das/os faveladas/os “vêm de dentro” e na segunda parte do capítulo 2, vamos trazer as contestações das representações racistas por meio das palavras e das músicas das poetisas e dos poetas das favelas, das palavras e reflexões dos pesquisadores e cientistas das favelas, dos projetos e das políticas desenvolvidos por *sujeitos* das favelas que conseguiram conquistar os espaços de poder a despeito das interdições do racismo estrutural.

No capítulo 3, vou resgatar a minha história e trajetória para apresentar o processo pelo qual eu me torno *sujeito*, pesquisador e cientista. Por um lado, esse processo está associado a uma tradição do *pensamento negro* em que a pessoa preta se apropria da ferramenta branca da autobiografia burguesa para reafirmar sua humanidade e (re)existir (existência e emancipação) (GILROY, 2001 [1993], p. 151). Ao mesmo tempo, as marcas inscritas no meu corpo e na minha mente pelo Estado barbárie, pelo Estado violência, não são apagadas ou esquecidas, mas são transformadas em potência pelo pesquisador favelado, na potência de transformação social. Assim, o meu autorreconhecimento e a minha autoconstrução como pesquisador favelado invertem a lógica do sistema escravista e a margem, a favela, pode se apresentar como lugar de criatividade e potência (hooks, 2019, p. 281-295).

Nesse aspecto, é interessante pensar a favela na lógica da diáspora negra, em que os “sucessivos deslocamentos, migrações e viagens (forçadas ou não)” passam “a constituir as condições de existência específicas dessas culturas negras (GILROY, 2001, p. 224). Nas palavras de Paul Gilroy:

---

<sup>3</sup> “O dia em que o morro descer e não for carnaval”, canção do álbum *O som sagrado*, Wilson das Neves, 1996.

o que era inicialmente sentido como maldição - a ausência de lar ou exílio forçado - é reapropriado. Torna-se afirmado e é reconstruído como base de um ponto de vista privilegiado a partir do qual certas percepções úteis e críticas sobre o mundo moderno se tornam mais prováveis (GILROY, 2002, p. 224)

Em outras palavras, a experiência da diáspora incessante constitui esse ponto de vista privilegiado da consciência e da crítica do *pensamento negro* à modernidade, no qual se forja a noção de dupla consciência. William Du Bois formulou esse conceito no pós-Abolição que, no Brasil, está associado ao processo de formação das favelas e a reivindicação e luta das pessoas negras pela:

auto-emancipação da escravidão e seus respectivos horrores; segundo, rumo à aquisição da cidadania substantiva negada pela escravidão e, finalmente, na busca de um espaço autônomo no sistema de relações políticas formais que caracteriza a modernidade ocidental (GILROY, 2001, p. 224, 241-243).

Essas três dimensões da dupla consciência, portanto, constituem o norte das reivindicações e lutas das faveladas e dos favelados ontem e hoje no Brasil, e engajam a minha pesquisa no sentido de produzir emancipação, direito e autonomia para a favela e as/os faveladas/os. A frase paradigmática dessa atitude, que é ao mesmo tempo anônima e de todas/os moradoras/es de comunidades, diz: “quem sabe das favelas são os favelados”. Destaco esta frase para definir as consciências e os saberes que se constituem nas margens, nas favelas, de onde vem meus conhecimentos e que potencializam minha posição de pesquisador, ativista e favelado. Por mais que tenha reproduzido essa frase por diversas vezes, em diferentes lugares, em palestras e aulas, agora penso na sua relevância na constituição do *eu* pesquisador, de uma maneira em que todo favelado possa se tornar um *sujeito* de pesquisa e se reconheça como um *sujeito* de saber. E não deixo de salientar às/aos leitoras/es que as favelas brasileiras abrigam uma gigantesca variedade de sonhos e de saberes técnicos, culturais e sociológicos inquestionáveis que refletem toda nossa história.

Assim, seguimos para o capítulo quatro e final dessa dissertação, em que adentramos os becos e vielas da favela do Parolin, em Curitiba, não como pessoas distanciadas daquela realidade social, mas como parte constitutiva, que reconhece nas suas e nos seus interlocutores *sujeitos* de conhecimento.

Todavia faço dessa pesquisa um grito de liberdade ao ocupar meu lugar de fala. Ressalto, Ribeiro (2011), para nós tem toda uma importância ao ocupar esse espaço de

fala. Sabido que falar da favela é discutir as mesas de negociação, o centro do poder, o Brasil e o abismo social em que vivem os favelados no país. Ou seja, uso da minha interseccionalidade, no entanto, defendo a existência desse conceito, racismo territorial e o destacá-lo nesta pesquisa, também assumo meu lugar de fala. Há mais para se pensar, pois, nesse tribunal paralelo de poderosos, os colonizadores, são os corpos negros disponíveis e, aos olhos deles, materiais ao seus dispor.

Não como parte de um grupo de pesquisador que busca se categorizar por um espectro negativo, mas por reconhecer e nas minhas experiências que o Estado me deve e foi negligente para comigo. Até porque o direito de me ver pesquisador foi sequestrado, portanto, sinto muito em dizer aos aristocratas acadêmicos e aos políticos, meritocracia é uma falácia. Pois são as experiências que me mantêm ativo nas trincheiras acadêmicas e, esta proposta de discussão do meu lugar de fala, me atrai, faz-me forte e, diante da invisibilidade. E devem ter percebido que esta pesquisa é parte de mim, vincula-se diretamente às minhas dores, e decorre de minha atuação como ativista social.

Consciente da nocividade do preconceito em nossas vidas, racismo, luto pela extinção de todas as formas de preconceito contra nós, luto contra as visões negacionistas que parte da sociedade tem da favela, luto por milhões de favelados, contra os estigmas, sobretudo, contra toda forma de exclusão racial ao favelado. Investigo em primeira instância, o apagamento deles, das faveladas e dos favelados, principalmente por ter vivenciado essas questões em primeira mão. E é meu dever, enquanto ativista social, garantir que as vozes negras sejam ouvidas. Enquanto pesquisador é meu dever combater a desigualdade racial e social, promover justiça social.

Há milhares de pessoas vivendo nas favelas brasileiras e que não têm acesso aos seus direitos, sobretudo é meu dever e como favelado trabalhar para garantir que todas(os) tenham os seus direitos que lhes são devidos garantidos e efetivados. Enquanto ser humano é meu dever, garantir que as pessoas pretas e faveladas, expressem livremente. É sobre isso, sobre nós, então embarco numa jornada e sem volta, jornada que antes de ser científica é de (r)existência. Ou seja, através da minha (r)evolução que, este favelado ousou sair do fundo do poço (caverna - platônico) e se tornar Rei da sua história. E esse é o ponto crucial e que me auxilia (r)escrever cada capítulo dessa pesquisa.

Este é o caminho que eu trilho e consiste em retirar as vendas dos meus olhos e imergir na concretude dos fatos na contemporaneidade e que, as favelas, clamam por uma transformação radical na maneira como são percebidas e transcritas.

## CAPÍTULO 1. FUNDAMENTOS DO RACISMO E PENSAMENTO HISTÓRICO SOBRE AS FAVELAS

### 1.1. Racismo estrutural

Almeida (2018) é uma das chaves para desvendar a complexidade do racismo em nosso país, que se esconde às sombras do mito da democracia racial que tenta encobrir a escravização histórica. O “racismo estrutural” é um conceito que possibilita um reencontro entre o passado escravista e sua configuração contemporânea. Dá instrumentos para nossa análise do racismo contemporâneo vivido nos becos e vielas das favelas. Possibilita uma análise mais profunda sobre o racismo para entendermos, em seguida, sua configuração urbana por meio do racismo territorial.

Para Almeida, o racismo estrutural foi alimentado pelas estruturas estatais históricas, relacionadas diretamente com as políticas de classificação e segregação das pessoas em diferentes classes sociais e raciais. Seguindo essa linha de pensamento, David Goldberg (2001) argumenta que o racismo não é um fenômeno casual, mas sim um elemento intrínseco aos Estados modernos. Isso se deve, em grande medida, às particularidades do processo de socialização capitalista e porque está relacionado à separação e à interconexão entre o “Estado” e a “sociedade”, a “política” e a “economia” (ALMEIDA, 2020, p. 57).

Esses são os elementos cernes da manifestação estrutural do racismo, nas palavras de Silvio de Almeida:

Nossa tese é de que o estudo do racismo não deve ser desvinculado de uma análise sobre esses quatro elementos, mas o que sustentamos aqui vai também no sentido oposto: *a ideologia, a política, o direito e a economia não devem prescindir do estudo do racismo*. Portanto, a divisão da análise do racismo em quatro elementos estruturais é feita apenas para fins expositivos, dado que estamos tratando de um fenômeno social complexo. Em um mundo em que a raça define a vida e a morte, não a tomar como elemento de análise das grandes questões contemporâneas demonstra a falta de compromisso com a ciência e com a resolução das grandes mazelas do mundo (ALMEIDA, 2020, p. 57).

Ou seja, Almeida está atento ao contexto histórico para entender a evolução do racismo e como elemento estruturante da sociedade contemporânea, determinante para a configuração da ideologia política, do direito e da economia, e, portanto, como elemento de análise para a produção de uma educação antirracista. Uelber (2012, p. 18) complementa esse entendimento, associando-o ao processo histórico de configuração de nossa sociedade: “O problema do racismo é permeado por conceitos como a escravidão,

a categorização dos seres humanos em raças e o preconceito racial”. Esse movimento remete a um período histórico, que incorpora ao longo dos anos outros aspectos de exclusão, possibilitando a compreensão da sobreposição de várias formas de opressão.

Vivemos sob uma estrutura de poder na qual os brancos historicamente detêm o controle do Estado e dos meios de produção. Em contraste, o exercício do poder do Estado sobre a vida dos negros mantém essa desigualdade de poder. Essas observações não apenas reforçam a existência do racismo estrutural, mas também nos fornecem a compreensão de que as favelas e seus habitantes são uma manifestação desse processo de marginalização do povo negro, frequentemente vistos como suspeitos e perigosos pela sociedade em geral. Apesar das dificuldades, é importante notar que nas últimas décadas o país passou por uma série de mudanças políticas e ideológicas.

Os movimentos da sociedade civil colocaram o racismo como pauta política e exigiram o desenvolvimento de políticas públicas para atender às necessidades daqueles à margem da sociedade, obrigando alguns governos a adotarem medidas. Particularmente entre os partidos políticos progressistas e de esquerda, os movimentos sociais encontraram interlocutores e agentes para aumentar a participação e a efetividade dessas políticas. Não obstante, os residentes das favelas ainda enfrentam obstáculos burocráticos, medo e desconfiança em relação aos órgãos públicos ao denunciar atos de racismo. É crucial destacar que, apesar dos avanços realizados, o racismo nas favelas persiste e se manifesta de várias maneiras.

Entre os progressos, destacam-se medidas de apoio incorporadas por diversas instituições, como cotas raciais para o acesso ao ensino superior e a criação de espaços de representação negra na política. Essas medidas buscam enfrentar as desigualdades raciais históricas e promover a inclusão dos negros na esfera pública. No entanto, é importante ressaltar que o racismo é uma ideologia baseada na crença de que existem raças superiores e inferiores ou que difunde o mito da democracia racial, o que supostamente justificaria a opressão e o preconceito ou a desigualdade sócio racial. Importa destacar que o racismo não requer ações conscientes para existir, pois o próprio imaginário simbólico social estabelece padrões que perpetuam o racismo.

Dentro dessa perspectiva, Silvio de Almeida (2018) e outras/os autoras/es demonstram que a discriminação racial é praticada no cotidiano por meio de comportamentos aprendidos e reproduzidos, que atualizam as *memórias* e experiências da plantação escravista (KILOMBA, 2019, p. 27-31). Em outras palavras, as pessoas brancas são produtos de uma construção social e histórica que promove sua superioridade

em detrimento do restante da sociedade ou o princípio liberal de igualdade de oportunidades, reforçado pelo mito da democracia racial. Essa estratégia ideológica é conhecida pelos pensamentos e movimentos negros. Abdias do Nascimento (2016), desde a década de 1970, denunciava o discurso da democracia racial como uma falsidade que encobre o racismo.

Nos 110 anos do 13 de maio, data da Abolição da escravidão no Brasil, o então senador Abdias do Nascimento, em seu pronunciamento no Senado Federal, discursou e repetiu por mais uma vez que a chamada Abolição não foi produto da benevolência de uma princesa branca e nem motivada por razões humanitárias. E ao rever as indagações de Abdias do Nascimento ou de Lélia Gonzalez (2020), me pergunto: por que ainda falamos nessa Abolição romantizada? Por que o país se nega a pensar que a população negra viveu mais tempo sob o regime da escravidão do que da “liberdade”? Oficialmente, foram 350 anos sob o regime de torturas, de chicotadas, de privação de direitos, de tratamento desumano e humilhações de todas as formas.

O Brasil ainda não reconheceu que a falsa liberdade tem, oficialmente, pouco mais de 130 anos. Sobretudo, que o racismo é estrutural e não causa constrangimento na sociedade brasileira. A esse respeito, Pacheco (2007, p. 140) também afirma: “A luta pela igualdade deve ser empreendida não apenas pelo movimento negro, mas por toda a sociedade. Devemos compreender que a exclusão social brasileira tem suas raízes no passado escravocrata e na negligência do Estado”. O racismo é fruto das relações contraditórias estabelecidas no interior do mercantilismo, constituindo-se como uma ideologia que se materializa na violência de uma suposta inferioridade “racial”, que promove a exclusão social, o genocídio e o encarceramento em massa praticados contra a população negra.

O racismo estrutural relaciona-se com os processos e atitudes de desumanização típicos da sociedade escravista que se reconfiguraram com o liberalismo e a abolição legal da escravidão. O racismo exerce sua influência sobre a vida das pessoas de ascendência negra, impactando negativamente seu acesso na sociedade como um todo, além de prejudicar sua autoestima. Observo também, de maneira evidente, que ao abrir uma obra literária ou ao assistir séries e novelas, me deparo constantemente com personagens negros relegados a papéis secundários, como criminosos ou empregados domésticos, ou caricatos.

Além dessa representação geral, a violência do racismo está entranhada à linguagem científico-acadêmica, nas práticas políticas e no direito à cidade, tendo



consequências ainda mais funestas para as pessoas e comunidades periféricas. Portanto, entre os benefícios que enxergo no retorno à universidade é ter o acolhimento necessário para amadurecer essa pesquisa de forma equilibrada. Sobretudo ao compreendermos que a desigualdade racial é um problema histórico e de cunho político, é importante definir que o racismo é um problema que se define pela exclusão territorial, igualmente, histórica, econômica, institucional, social e jurídica. As consequências do racismo territorial para as faveladas e os favelados são vividas todos os dias. A consciência sobre essa desigualdade racial e territorial é indispensável para a transformação da nossa sociedade, de modo que sem uma educação efetivamente antirracista para entendermos a história das pretas e pretos que estão nas favelas, não será possível pensar ou construir uma sociedade igualitária.

Após um século da Abolição da escravatura, a população negra brasileira continua buscando por seus direitos como cidadãos nas favelas. Mesmo sendo a maioria no país, as/os negras/os convivem com o racismo praticado pela sociedade. Enquanto ativista social e favelado, preciso dizer que vivemos as consequências dessa realidade histórica. Só poderemos superar o racismo cotidiano, quando entendermos que as nossas histórias foram construídas na violência e sob a violação dos direitos humanos e pela criatividade e resistência das pessoas negras.

E quando estivermos nas primeiras páginas dos livros de história e não nas primeiras páginas policiais, quando ocuparmos os espaços como protagonistas de nossa própria história, quando os pesquisadores de favela ocuparem as salas de aulas e centros de pesquisas, quando esse lugar de fala não for mais sequestrado como foram os nossos ancestrais, quando a identidade, o direito se fazer efetivo e pudermos andar livremente sem ser abordado e ridicularizado pela polícia ou pelo “cidadão de bem”. Ou seja, quando as nossas vozes e histórias ecoarem nas escolas, quando nos corredores universitários e nas salas de aula, estiverem repletas do nosso povo, quando formos ao médico e as/os médicas/os negras/os nos atenderem, quando os espaços de poder político estiverem repletos do nosso povo, demandando nossas pautas, quando aqueles que nos ensinam forem negras/os.

Eu não consigo enxergar a princesa Isabel como alguém de maior destaque na luta do que todas as mulheres negras, como Dandara. Quando penso na construção da princesa Isabel enquanto salvadora e faço esse exercício de revisitar o passado e transportá-lo ao presente, revendo parte da história, eu me pergunto: até onde vai essa liberdade na contemporaneidade? É uma pergunta para se refletir, acredito que os leitores também,

pois poucas vezes vemos as mulheres negras com tamanha expressão pública.

Mas na prática, a Abolição não se concretizou porque, de acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Brasil alcançou a marca de 909.061 pessoas presas, figurando entre a terceira maior população carcerária do mundo. A secretária-executiva da Rede de Justiça Criminal, advogada Janine Salles de Carvalho (2023), avalia que as prisões são instrumentos de controle social. “Desde o Brasil colônia é para a cadeia que a sociedade manda todos aqueles que são indesejados. Geralmente, a população pobre e negra”, afirma. Um olhar rápido para o perfil dos encarcerados, revela que essa vocação segregacionista impera ainda hoje: 68,2% da população presa no Brasil é negra.

Ressalto que a história nos mantém presos ao ideal literário dos brancos, colonizador, de força e poder dos corpos negros que transitam nas ruas. E mantém os nomes das nossas heroínas assassinadas e invisibilizadas, nunca como destaque, porém, os supostos heróis brasileiros são brancos, em suas mãos há muito sangue. Isabel, esta figura santificada e endeusada dos livros posta como heroína e enquanto nossas heroínas e algumas delas não citadas, são ocultadas. Assim, segue-se o apagamento dos afro-brasileiros historicamente e a marcha fúnebre dos favelados. Em 2022, 47.398 pessoas foram vítimas de mortes violentas intencionais. Destas, 76,9% eram negras.

Os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública nos abrem ainda mais os olhos para uma hostilidade que precisa cessar. E vejamos o que também nos diz o Atlas da Violência (2021) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Que duas pessoas com as mesmas características (escolaridade, sexo, idade, estado civil), que moram no mesmo local (ou seja, na mesma periferia, favela), sendo uma negra e uma branca, a pessoa negra tem 23% a mais de chances de ser assassinada em comparação com a pessoa branca. Isso nos mostra como o racismo estrutural opera para lograr uma maior taxa de letalidade para a população jovem negra, o quão perigoso o Brasil é para a população negra.

O racismo mata por meio de inúmeros processos de desumanização pois imprime uma imagem estereotipada do negro como perigoso, pobre e bandido. E um primeiro passo fundamental para isso é a conscientização do contexto e da realidade das violências contra pessoas negras no Brasil. Vale ressaltar, a título de informação, que o Atlas da Violência se baseia principalmente em dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), ambos sob gestão do Ministério da Saúde. Também são levados em conta os mapeamentos demográficos divulgados pelo IBGE e dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Por fim, para além das diferentes complexidades que cercam o tema, racismo territorial, a estigmatização do povo preto merece todo destaque na discussão desse tema, racismo territorial. É possível e necessário combater esse problema, mas, também considero que o autor Achile Mbembe (2019) nos diz: “o Estado se comprometeria a ‘civilizar’ os modos de matar e atribuir objetivos racionais ao próprio ato de matar”. Nada mudou. E a pergunta que me vem à mente: por que acham que um corpo negro ao transitar nos territórios dos ricos lhes oferece perigo?

Penso e me vejo neste contexto ao passear pelas grandes metrópoles, frequentar os shoppings, adentrar num avião para os Estados Unidos, quando desço no Aeroporto do Uruguai e sou atacado por um casal de brancos por ter sorrido alto e isso lhes incomodou ao ponto de tentarem me agredir. Nós sempre seremos vistos como um incômodo para o ideal de sociedade colonialista. Afinal os habitantes das favelas ao estar em outros ambientes e não como serviçais são vistos como “classes perigosas” (CHALOUB, 2017). Apesar de o senso comum desses que nos remetem como habitantes de “aglomerado subnormais” de pessoas sem as mínimas condições de voarem.

Nas suas concepções os favelados não existem, mas, como favelado, estou aqui para trazer às memórias dos antepassados através da diáspora africana e, aqui se faz presente uma dessas pessoas, imbuída de uma nova forma de resistência, na acadêmica. Enfim, advento Lei Áurea, foi um momento de festejo do povo negro devido à liberdade e à ideia de alcançar a cidadania. Mas as negras(os) agora libertos se viram ocupando as periferias das moradias e do trabalho livre, o racismo se modifica no país e cria diversos mecanismos para manutenção do negro à margem da sociedade, nas favelas. É neste cenário de implantação desse novo mundo periférico que o negro se vê cada vez mais marginalizado. Nascimento nos diz sobre a Abolição realizada pelo “alto”:

Se a escravidão significou crime hediondo contra cerca de trezentos milhões de africanos, a maneira como os africanos foram “emancipados” em nosso país não ficou atrás como prática de genocídio cruel. Na verdade, aboliram qualquer responsabilidade dos senhores para com a massa escrava; uma perfeita transação realizada por brancos e para o benefício dos brancos (NASCIMENTO, 2019, p. 87).

No entanto, fez-se necessário esta breve contextualização da escravização, no Brasil, como ler alguém com tamanha arguição ao debate público sobre o assunto, e não poderia deixar de reler Abdias Nascimento, pós-abolição, no desenvolver das periferias, reforçaram os discursos da elite parasitária, afirmavam que os escravizados agora livres

não eram qualificados para o novo modo de produção, não estavam aptos para o trabalho livre, e assim consolida as ideias racistas. O que sabemos é que o Brasil majoritariamente é povoado de pessoas não-brancas, isto incomoda as elites e que buscavam alternativas para embranquecer o país, acreditavam que somente assim o país evoluiria.

Faço aqui um outro parêntese para a reflexão contemporânea, segundo Oliveira:

O branco é assim mesmo, faz “branquice” e não o que fazer. Em outras palavras, o que se quer expressar como racismo estrutural não passa de uma concepção estruturalista de racismo. A essencialização da raça como definidora dos comportamentos congela a-historicamente essa definição. (OLIVEIRA, 2021, p. 60).

No que diz respeito ao conceito historiográfico em que envolve o racismo e esse palco de branquitude, há um debate público, onde nós negros somos postos como segundo plano. Mas se estou analisando e aplicando esta métrica crítica com certeza existe um gigantesco distanciamento.

Porém, me arrisco a dizer novamente aos meus leitores que quando se trata do racismo, seja o que sofreu na sala de aula, na escola, na universidade ou o que alguma pessoa preta está por sofrer neste exato minuto, é racismo. E este jamais pode ser pautado somente pelo status social, acadêmico ou econômico, racista, é racista na escrita ou nas múltiplas formas de praticar. Ou seja, para Almeida (2018), o racismo não é um ato ou um conjunto de atos e tampouco se resume a um fenômeno restrito. É importante reafirmar e por mais que muitos saibam que todo este processo de segregação das pessoas pretas/os se perpetua na e da história.

Segundo Almeida, este é um processo, sobretudo, histórico e político em que as condições de subalternidade ou de privilégio de sujeitos racializados é estruturalmente reproduzida. E por mais que esta pesquisa esteja alinhada ao contexto do que seria o racismo estrutural, na sua base angular, se alicerça na historiografia desses territórios e ao vincular-se fundamenta o racismo territorial. Pois é fato que na maioria das cidades brasileiras, nos grandes centros urbanos, quanto mais afastado das regiões centrais mais fica plausível predominância da população preta, todavia, este padrão não é fruto do acaso, mas fruto de séculos de escravização e de políticas públicas higienistas.

## **1.2. Racismo territorial**

Mulheres e homens negros lutaram e deram suas vidas para descolonizar, todavia precisamos seguir lutando, pois, a negação e a marginalização da população negra através

da diáspora forçada pelos colonizadores é a realidade atual nos becos e vielas. O direito à terra, à vida e à liberdade ainda é negado. Poderia eu neste momento fazer uma introdução aos preceitos dessa História e ou da antropologia, sociologia, poderia me agarrar aos conceitos teóricos, científicos e ou filosóficos para lhes dizer que o racismo territorial é uma realidade proveniente do desdobramento de 1888.

Neste momento, segundo a proposta de Gomes e Mello (2021), é válido pensar e me proponho a trazer para esta discussão sua obra como eixo central para a discussão sobre o racismo territorial. Abordam uma hipótese poucas vezes pesquisada entre a sociedade acadêmica, racismo territorial. Ressaltam o racismo como fato, resultado de um processo histórico, presente na hierarquização da sociedade. Eles entendem que o racismo territorial é mais uma face sutil e perversa do racismo estrutural. Assim, os autores definem: “o racismo territorial é uma forma de racismo estrutural que se manifesta na produção e na gestão do espaço urbano” (2021, p. 15).

Em outros termos, isto evidencia que o racismo territorial representa uma outra modalidade de racismo estrutural e se revela no processo de produção e gestão do espaço urbano. Acompanhando essa linha, o racismo territorial é evidente no contexto urbano, sobretudo observo que por toda sua obra os autores afirmam que o racismo territorial não é um fenômeno isolado, mas, uma manifestação mais abrangente da desigualdade racial que permeia a sociedade histórica. Mas o fato é que os autores vão além e, na sua pesquisa, mergulham com precisão nessa imensidão de informações que foram se acumulando ao longo da história, a fim de entregar ao público um material organizado e preciso, capaz de contribuir para as discussões sobre o racismo territorial.

No entanto, é possível observar as mutações na adoção de uma ideologia racista, a qual opera através de diversos meios com o propósito de servir e avançar os interesses práticos do colonialismo. E isso ocorre por meio da introdução do conceito de raça e a subsequente hierarquização de indivíduos por meio de toda história do povo preto, depois reconfigura-se em um novo modelo de exclusão às favelas, e, sobreposto, por meio da ideologia liberal e do mito da democracia racial. Nesse aspecto, é interessante analisar o racismo territorial como subsequência estrutural. Acrescento Foucault (2014) que afirma que o racismo transcende o âmbito do discurso e configura-se numa tecnologia de poder com funções distintas daqueles presentes nas demais ferramentas estatais.

É evidente o exercício de poder do Estado sobre as vidas negras, igualmente as influências que se derivam do contexto escravagista, histórico, que notoriamente valida a existência do racismo territorial. A partir desses contextos que, estabelece-se um elo com

as práticas predatórias dos mercados capitalistas e coloniais, na desvalorização do povo negro e que exploram as comunidades negras como forma de perpetuar seus ganhos financeiros. Essa linha de pensamento associa-se ainda a conceituação da necropolítica, por Achille Mbembe (2022), e ao afropessimismo, desenvolvido por Frank Wilderson III (2021), que discutiremos nos próximos capítulos.

Assim, o racismo territorial determina o planejamento urbano, as políticas públicas e os direitos de territorialidade<sup>42</sup>, estabelecendo a segregação espacial e social da população negra nas cidades brasileiras. Trata-se de um fenômeno que exerce um impacto substancial na qualidade de vida e nos direitos fundamentais das pessoas negras, porque se veem confrontadas, sistematicamente violentadas, discriminadas e sofrem com o flagelo da exclusão sócio-racial. Por esse motivo, a obra de Mello e Gomes contribui significativamente para a compreensão do planejamento urbano, e o território da favela, no entanto, apresenta toda essa disparidade racial, que é subjacente ao pensamento de classe.

O exposto evidencia um aspecto frequentemente negligenciado do racismo estrutural, ressaltando vigorosamente o papel crucial que o espaço físico e a distribuição de recursos desempenham na dinâmica do racismo. Essa análise amplia nossa compreensão acerca das formas multifacetadas nas quais o racismo se estrutura nos contextos urbanos e na contemporaneidade. Ao realçar as conexões existentes entre o racismo e o planejamento urbano, esta pesquisa fomenta a conscientização sobre os desafios enfrentados pelas comunidades marginalizadas, com destaque para as favelas, e nos fornece elementos de análise que exploraremos no estudo de caso sobre a favela do Parolin, em Curitiba.

Logo, os autores assinalam que o racismo territorial emerge nos processos de planejamento, desenvolvimento e gestão urbana, incluindo as decisões sobre a alocação de recursos, a organização das áreas urbanas, os direitos de propriedade e a prestação de serviços públicos. Isso implica que determinadas comunidades, compostas majoritariamente por indivíduos brancos, desfrutam de privilégios sociais, enquanto outras, frequentemente pessoas negras e pardas, não têm acesso a essas mesmas vantagens. Definindo a configuração racista das cidades e uma lógica histórica de expansão urbana que se faz por meio da remoção constante das pessoas negras dos territórios valorizados pela especulação imobiliária.

---

<sup>42</sup> O conceito de territorialidade associa o território aos direitos históricos de posse, propriedade e pertencimento de indivíduos ou da comunidade que se constituem na longa ou na média duração histórica.

Considerar a abordagem multidimensional sugere que o racismo territorial opera em várias esferas da vida urbana e da sociedade como um todo. Isso pode abarcar não apenas motivações e questões sociais, mas também fatores históricos, políticos e culturais que conduziram à perpetuação das disparidades raciais. De certo modo, quando consideradas as dimensões históricas das desigualdades raciais, observam-se suas raízes profundas, nas estruturas do passado, que serão discutidas no próximo subitem.

### **1.3. Favela: território preto, ancestral e contemporâneo**

É fundamental neste ponto realizar um breve levantamento histórico do racismo e da formação das favelas no Brasil. O racismo nasceu com o colonialismo europeu e nosso desafio é entender como ele se reconfigurou contemporaneamente. As cicatrizes que nos acompanham historicamente são como o *karimu*, palavra quimbundo que virou “carimbo” em português, que era a marca de ferro quente que queimava a pele das pessoas escravizadas no embarque e no desembarque das viagens negreiras (ALENCASTRO, 2000, p. 180). No entanto, foram as mãos negras que cultivaram, construíram e sacralizaram a modernidade atlântica (BONCIANI, 2013, p. 3-5; GILROY, 2001). Foi no âmbito do escravismo que se constituiu o racismo territorial.

Em primeiro lugar, a invasão colonial determinou a invalidade dos direitos de soberania e territorialidade dos povos ameríndios. Em segundo lugar, aos africanos, ameríndios, e seus descendentes, que foram efetivamente os colonizadores das Américas – do ponto de vista produtivo, territorial e espiritual –, lhes foram negados, sistematicamente, os direitos comunitários e individuais sobre o território. Os “descimentos” forçados – e o tráfico negreiro também foi pensado dessa forma (ALENCASTRO, 2000, p. 144-154) – obrigavam os indígenas e africanos a abandonarem seus territórios tradicionais para se estabelecerem e serem ressocializados em aldeamentos, geridos pela lógica colonial (MONTEIRO, 1994; ALMEIDA, 2013).

Os territórios negros – aldeias, mocambos e quilombos – desbravavam regiões até então inóspitas tornando-as produtivas ou colonizáveis para, depois, tornarem-se engenhos, grandes plantações ou propriedades urbanas, repartidas pela classe senhorial (GOMES; REIS, 1996). Ou seja, a representação negativa das comunidades pretas – associadas à criminalidade, licenciosidade e revolta – e a ausência de direitos sobre as mesmas estabelecem territórios de reserva, em um ciclo perverso de remoções forçadas e (re)escravização. A favela, portanto, é a configuração contemporânea de territórios pretos ancestrais, que ficam à disposição para o saque das elites e da especulação imobiliária.

Sobretudo, a favelização, também é fruto das desigualdades socioespaciais nas cidades, e decorre principalmente da urbanização desordenada característica de países desiguais.

A favela antes de qualquer definição é um espaço geográfico habitacional, onde residem brasileiros, seres humanos, pessoas. Me parece óbvio, mas é necessária esta afirmação. Favela é um termo antigo, historicamente associado às áreas de ocupação informal que surgiram no Rio de Janeiro, no início do século XIX no contexto da Guerra dos Canudos, que aconteceu no interior da Bahia entre os anos de 1896 e 1897. E pode ser compreendida como uma territorialidade integrante do tecido urbano das cidades, conforme a definição elaborada pelo Observatório das Favelas.

Vale ressaltar novamente que no dia 24/01/2024; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), derrubou a expressão “Aglomerados Subnormais” e passou a utilizar “Favelas e Comunidades Urbanas”. A mudança foi decidida depois de consultas públicas aos movimentos e aos acadêmicos, termo que, por muito tempo, foi considerado sinônimo de pobreza e embutia preconceito de classe e racismo contra as pessoas que vivem nas favelas. A classificação FAVELA vinha sendo usada pelo órgão desde 1950, foi alterada no Censo Demográfico de 1970.

E segundo uma estimativa da ONU-Habitat mais de um bilhão de pessoas vivem em favelas e ocupações em todo o planeta. Destaco que o termo favela está vinculado às nossas reivindicações históricas por reconhecimento de uma identidade, dos nossos ancestrais e dos movimentos populares. Também se estabeleceu a importância de que ao rever o conceito, igualmente se refiram aos territórios de favela com direitos não atendidos, em vez de afirmarem que são territórios em desacordo com a legislação. Temos de ir além desse olhar preconceituoso, que reduz as favelas a uma visão de pobreza, desgraça e tragédia.

Na condição de ativista e Presidente da Central Única das Favelas Paraná (Cufa), entendo que ao substituir o termo “aglomerados subnormal” para “favela”, o IBGE reconhece os nossos esforços de mais de duas décadas para alterar esta nomenclatura, que só alimentou os preconceitos. Ao fazer essa correção o órgão assume que o termo era equivocado e reforçava, ainda mais, os preconceitos. Muita gente recusava esse termo, inclusive os pesquisadores. No entanto, é importante dizer que não se trata de romantizar as favelas, mas, sim superar os estigmas associados às comunidades. Favela não é carência, é potência. Vale dizer que reforçar a existência das favelas não tem a ver com romantizar os problemas existentes e/ou incorporar uma nova ideia ao preconceito.

Pois essa discussão sobre como o termo me levou para esta pesquisa e mediante a



forma que utilizam para designar as favelas, todavia discussão antiga dos movimentos e ativistas sociais porque é um termo péssimo. É uma oportunidade para a sociedade repensar e compreender esses espaços dos quais as favelas fazem parte. Sobretudo, me permite, também apresentar para as comunidades de pesquisa, compreender o espaço que a favela ocupa na sociedade acadêmica. E lhes destaco que esta mudança na nomenclatura é mais do que uma questão de troca de palavras para ratificar a identidade das pessoas que nas favelas residem.

É o resgate de um termo usado por muitos moradores para se autorreferenciar aos seus locais, mostra uma questão de reconhecimento identitário, histórico das pessoas que ali residem. Nós nos reconhecemos pelo termo favela. Por isso é algo tão importante, quanto, é assim que queremos ser reconhecidas nas literaturas, também. Assim, embora as favelas sejam muito presentes nas metrópoles e nos grandes centros urbanos, o que é decorrente do seu processo de formação territorial, as favelas podem ser encontradas em qualquer área urbanizada. O que posso dizer, Valladares (2005), portanto, cumpre na sua pesquisa, aquilo que certas obras literárias propõem, mas, em função de ser testemunha do seu tempo e da sua realidade não carrega a tiracolo, negação ou a invisibilidade das favelas.

Do ponto de vista mais histórico, apoiando-se em Valadares (2005), ressalto que a favela foi historicamente referenciada como espaço insalubre, sem lei, anti-higiênica, ilegais. São marcadas pela disputa do espaço urbano, do atrito provocado entre os territórios habitáveis com aqueles onde a construção de moradia não é permitida. Alvo de duras críticas por parte da saúde e segurança pública, medicina e urbanismo, tratada como problema social e imoral pela sociedade, elite, além de serem vistas como obstáculos ao desenvolvimento urbano. Estes foram alguns dos fatores que ocasionaram a remoção de sujeitos e famílias que moravam nessas regiões.

É importante destacar que para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) essas áreas eram vistas como irregulares e repletas de carências. No Brasil, segundo o instituto (2022) existem no país cerca de 11.403 favelas e 6,6 milhões de domicílios que abrigam 16,5 milhões de pessoas. O resultado significa uma expansão de cerca de 40% no número de brasileiros morando em favelas nos últimos doze anos. Outro dado relevante para se observar é que a parcela da população que se autodeclarou de cor ou raça preta no Censo populacional de 2010 era de 14,5 milhões, em 2022, saltou para 20,7, obtendo um crescimento de 42,3%. Com isso, a proporção de pretos no total da população avançou de 7,6% para 10,2% no país.

Com relação à composição em termos raciais e de gênero, 67% das pessoas que vivem em favelas são negras, 12% a mais do que a composição total de brasileiros, na qual o percentual é de 55%. Com relação ao gênero, 6,3 milhões de mulheres brasileiras vivem em favelas e 69% delas são negras. Portanto, é legítimo afirmar que favelas são territórios essencialmente negros onde prevalece a presença de mulheres negras. Os dados<sup>53</sup>, são produto de uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômica e com Locomotiva, em parceria com o Data Favela e a Central Única das Favelas (Cufa), e ilustram a realidade de uma população que vive nas favelas brasileiras (2021). De acordo com o estudo, essa distribuição mostra a predominância da população negra em favelas, o que reforça a sua maior vulnerabilidade social.

Desde 1991, ainda segundo o IBGE, a maior parte da população brasileira se declara como parda. De acordo com os dados do Censo de 2022, 92,1 milhões de pessoas (45,3%) se declararam pardos, enquanto 88,2 milhões (43,5%) se declararam brancos. Também houve um salto da população preta e indígena, com crescimento de 42,3% e 89%, respectivamente. Ao mesmo tempo, autodeclarados pardos superaram os brancos pela primeira vez no Censo. Entre 2010 e 2022, a população brasileira cresceu 6,5%, passando de 190,8 milhões para 203,1 milhões, no entanto, mais de 10% dessa população está nas favelas, cerca de 16 milhões de pessoas.

Esses números apontam que é nesse cenário que precisamos produzir políticas públicas para a garantia da dignidade humana, pois, na práxis, estamos a quem dessa realidade. Há de se pensar que as favelas são uma engenharia orgânica e complexa. Uma primeira questão diz respeito ao processo histórico de formação destes territórios, que costumeiramente são vistos como regulares nos espaços das instituições, acometidos de marginais. Há de-se revelar que como organismo social pulsante, os becos e vielas, praças, ladeiras e esquinas não existem nos mapas oficiais das cidades.

Igualmente, esses territórios são constituídos por uma arquitetura de sobrevivência, não é tão linear e não se organiza de forma seriada e asséptica como no asfalto. Na mesma casa pode ter subdivisões e com outra casa nos fundos e ou lajes (que são espaços importantes na arquitetura das favelas), que podem fazer germinar o lar dos filhos que se casaram, mais uns cômodos para locação e para fins de complementar renda

---

<sup>53</sup> Os dados são do estudo publicado pelo Instituto Data Favela (2021), em parceria com o Instituto Locomotiva – Pesquisa e Estratégia e a Central Única das Favelas (Cufa). A pesquisa foi feita com 2.087 pessoas maiores de 16 anos, em 76 favelas de todas as unidades da federação, no período de 9 a 11 de fevereiro de 2021.

extra, um pequeno negócio. Um mesmo espaço na favela pode compreender não só como moradia, mas, um lar, espaço de trabalho e ou de sustento.

Todos os esforços são válidos para trazer as favelas para fazer parte da cidade, são fundamentais, é preciso respeitar toda esta arquitetura histórica de sobrevivência e para dar a devida e respeitosa visibilidade às necessidades e demandas de suas populações. As favelas compõem o cenário que se caracteriza, em geral, por abrigarem uma população de baixa renda. Durante mais de um século, percebemos que a favela teve várias nomenclaturas: já foi o lugar da pobreza, dos trabalhadores, do vício e da promiscuidade, berço do samba e da cultura popular, berço do crime até chegar aos dias de hoje como lugar da violência. Essa representação negativa da favela é tanto daqueles que vivem longe, poucas vezes uma visão daqueles que vivem nela.

É importante ressaltar que a definição de favela não é única, assim como a terminologia adotada para a sua denominação, que varia de país para país. Não há um padrão de urbanização bem definido, e essas áreas são marcadas pela presença de ruas muito estreitas, ausência de calçamento, lotes de tamanhos diferentes, entre outros aspectos que variam bastante. A Organização das Nações Unidas (ONU) utiliza da palavra “slum”, em inglês, para caracterizar uma área residencial constituída por e de moradias construídas de materiais de baixa qualidade, restos, com acesso restrito à infraestrutura urbana e com elevado nível de insegurança.

Estes critérios se aproximam da definição dada pela ONU Habitat para assentamentos informais, que destaca a falta de direito ou certificado de posse do terreno, áreas inadequadas do ponto de vista de um conjunto de riscos, precariedade em pelo menos um dos serviços públicos essenciais, precariedade dos materiais de construção e discordância dos códigos urbanísticos, número de moradores por Cômodo (COSTA e NASCIMENTO, 2005; CATALÁ e do CARMO, 20212). Estamos falando de Estados que se constituíram a partir do escravismo (como os Estados Unidos, o Brasil e Cuba), em que a cor da pele definia a hierarquia social, do senhor à pessoa escravizada, e o ordenamento político-jurídico, daqueles que tinham direitos, privilégios e propriedades, daqueles que não tinham pessoa jurídica, somente imputação criminal, não eram donos de si mesmos, nem do seus corpos ou casas (WILDERSON III, 2021, p. 347-381). O Estado participava de todos os âmbitos do escravismo: dos contratos comerciais com traficantes ao controle social da pessoa escravizada.

A violência era o motor desse sistema. Essas questões de apagamento da história negra é uma parte fundamental do racismo em nosso país, a própria palavra “escravo”

procura coisificar essas pessoas, que tinham nomes, conhecimentos, se alegravam e sofriam, trabalhavam, muito, e contavam suas histórias à luz da fogueira (KILOMBA, 2020, p. 20). O que, de fato, representou a abolição da escravatura para os negros? Podemos afirmar que a desigualdade racial persiste como uma estrutura sólida, especialmente nas favelas. Enquanto a sociedade burguesa é majoritariamente branca e se deleita com seus mitos: o da lei “Áurea” e o da princesa emancipadora; e o do liberalismo associado à “democracia racial”. A Abolição foi transformada em um gesto de benevolência aos negros no Brasil, que fazia da princesa Isabel uma heroína branca responsável pelo fim da escravidão.

No entanto, há muitas questões envolvidas. Primeiramente, a construção mitológica da princesa como símbolo de libertação e, em segundo lugar, a total ignorância das lutas travadas por séculos pelos povos negros. O mito da princesa como heroína tem contribuído para apagar a história negra e a verdadeira história do Brasil. Na “falsa abolição”, o fim da escravidão aparece como benesse, sem mencionar a pressão internacional contra o tráfico hediondo e, acima de tudo, que foi uma conquista dos próprios povos escravizados. Resultou de lutas e muito sangue derramado, em que mulheres e homens negros foram protagonistas na luta pela libertação.

A história social vem destacando essa luta cotidiana pelos direitos e contra a violência da escravidão (CHALHOUB, 1990; GOMES; REIS, 1996). Temos que compreender que a Lei de 13 de maio de 1888 não foi um ato de bondade, mas sim um processo político. Isso ocorreu, além de outros motivos, porque não era mais economicamente vantajoso para os colonizadores manter pessoas escravizadas. A Lei de 13 de maio não garantiu direitos, não houve reparações (somente dos senhores), a escravidão deixou de ser legal e as(os) negras(os) – crianças, jovens, adultas(os) e velhas(os) – deixaram de ser propriedade de gente branca. O Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravidão, foi o destino de cerca de 40% de todos os escravizados que cruzaram o Atlântico, quase 6 milhões de pessoas.

A historiografia considera que o escravismo foi um elemento decisivo para a adesão das elites ao império do Brasil e, diante de sua inevitável abolição, o Estado brasileiro – representado por pessoas de carne e osso, inclusive Pedro II e sua família – foi cúmplice de um sistema criminoso de escravização ilegal de pessoas, de sequestro de crianças, jovens e adultos africanos, que não podiam desembarcar na condição escrava desde os tratados, assinados com a Inglaterra, e as leis de 1826 e 1831 (ALENCASTRO, 2010, p. 6-8). Estima-se que 800 mil pessoas foram ilegalmente escravizadas até 1850,

assim como seus descendentes. No processo de Abolição, o Estado escravista editou leis para cercear os direitos das(os) negras(os) livres, libertas(os) e aquelas(es) que seriam libertadas: a Lei de Terras, de 1850, inviabilizou o acesso à terra pelos negros e estabeleceu o princípio da especulação fundiária e imobiliária no país; o código eleitoral, proibiu os analfabetos de votarem, excluindo principalmente as pessoas negras; o novo código penal, de 1890, determinava que pessoas maiores de 14 anos que não trabalhavam e ofendessem “a moral e os bons costumes” poderiam ser detidas, impedia a reunião de pessoas negras, tornava crime a prática da capoeira e de rodas de samba em ruas e praças públicas, considerando essas manifestações culturais e artísticas uma “perturbação social” (ALENCASTRO, 2010, p. 8-11).

A Monarquia sucumbiu com o fim da escravidão e a República nasceu sob o arbítrio militar racista. As favelas representam um fenômeno endêmico no Brasil, caracterizando-se como uma forma informal e precária de ocupação urbana. Relatórios do governo imperial, que datam de 1865, fazem referência aos barracões situados em morros na cidade do Rio de Janeiro. Sua origem remonta, portanto, ao final do século XIX, quando surgiu a primeira favela do Brasil, conhecida como “Morro da Providência”. O Morro da Providência surgiu a partir da chegada de trabalhadores de baixa renda, ex-escravizados, juntamente com imigrantes em busca de oportunidades de emprego na indústria e no desenvolvimento da infraestrutura urbana.

Nesse período, devido à escassez de opções habitacionais formais e ao crescimento populacional acelerado, esses indivíduos passaram a estabelecer-se em áreas abandonadas ou impróprias, como encostas e regiões de risco. O crescimento delas é uma realidade inegável que, em um curto espaço de tempo, capturou a atenção da mídia. Tomemos como exemplo um excerto de um artigo do jornal *Correio da Manhã*, datado de 2 de junho de 1907:

Para a grande parcela de pessoas banidas da cidade, somente restavam as montanhas acolhedoras. Dessa forma, a pobreza recuou para as elevações, rejeitada pela grandiosidade e pelo impacto avassalador das modestas habitações, face ao progresso que não admite a permanência de barracos no centro da cidade. A montanha se abre como um manto verde, acolhendo os menos afortunados como santos em uma era suave de eremitas.

Com efeito, “Favela” tornou-se uma expressão que, aos olhos da sociedade, denota um território sem lei, um espaço de malandragem. Como se pode notar, em relação ao tratamento dado aos territórios de favelas, a literatura e a imprensa do início do século

XX não diferem grandemente da atualidade. A esse respeito, Jorge Barbosa (2005) observa: “A favela era tolerada, desde que permanecesse invisível aos olhos burgueses ofuscados pelo esplendor da arquitetura parisiense e pelo estilo de vida moderno.”

Nesse contexto, é concedido aos menos afortunados o direito de ocupar o seu espaço, contudo, fora das áreas de interesse do capital e das elites e sem os direitos de propriedade reconhecidos. Como dissemos acima, se a Monarquia, o Império do Brasil e o Estado Nacional são “as mãos e os pés” do escravismo brasileiro, a República instaurou o viés militarista/miliciano do racismo brasileiro contemporâneo, baseado na ideologia liberal e positivista, que transformava a questão social em “caso de polícia”. Em última análise, percebe-se uma hierarquização da vida, uma lógica que naturaliza a ideia de que as forças armadas, altamente preparadas, possam eliminar e submeter os moradores das favelas à tortura e ao genocídio, sob a justificativa de serem criminosos, depravados ou vagabundos.

Segundo Valladares (2005, p. 40-41), a favela também era representada como uma doença, um mal contagioso, e que assim deveria ser combatida, as moradias deveriam ser submetidas a regras de higiene rigorosas, para se tornarem salubres, em um claro discurso higienista. Médicos e sanitaristas relatavam que a aglomeração dos mais pobres na região central e os seus “maus hábitos” contribuíam para deixar aquela região da cidade como um vetor das doenças. Assim, muitas áreas pantanosas no Rio de Janeiro foram aterradas e as ideias de expulsar os pobres do centro do Rio de Janeiro ganharam força. Nesse período, o Rio de Janeiro tinha por volta de 800 mil habitantes e a fama de ser uma cidade onde as pessoas padeciam de diferentes doenças.

Doenças como varíola, tuberculose, malária, febre amarela, cólera, entre outras, espalhavam-se facilmente, causando a morte de milhares de pessoas anualmente. Mediante todo esse contexto da época, a Revolta da Vacina foi um levante popular que aconteceu em 1904 e foi motivado pela insatisfação da população com a campanha de vacinação obrigatória. Essa insatisfação foi gerada por falta de informação e aconteceu em um momento de agitação no Rio de Janeiro, resultado das reformas conduzidas na cidade por Rodrigues Alves e Pereira Passos. Decidido a reurbanizar e sanear a cidade, Rodrigues Alves nomeou o engenheiro Pereira Passos para prefeito e o médico Oswaldo Cruz para Diretor da Saúde Pública.

Com isso, iniciou a construção de grandes obras públicas, o alargamento de ruas, avenidas e o combate às doenças. A reurbanização do Rio de Janeiro, no entanto, sacrificou as camadas mais pobres da cidade, que foram desalojadas, pois tiveram seus

casebres e cortiços demolidos, a população foi obrigada a mudar para longe do trabalho e para os morros, incrementando a construção das favelas. Para Abreu (1994, p. 42), as favelas se multiplicaram e se adensaram na década de 1920. Para os anos 1940, Abreu (1987, p. 12) observa que a política populista procurou transformar as favelas e periferias em currais eleitorais. No entanto, as favelas continuaram a serem vistas como um problema para as cidades.

No que me diz respeito aos estudos de Valladares, na década de 1960, especialmente após o golpe militar de 1964, uma nova campanha de erradicação foi instalada, em uma grande operação visando a remoção de favelas. A população removida tinha como destino os recém-criados conjuntos habitacionais, e assim a remoção voltou a ser uma das estratégias fundamentais da política pública para solucionar tal problema. Durante a Ditadura, conforme analisa Abreu (1987), houve um êxodo rural violento e um processo de ampliação da concentração de renda e, conseqüentemente, das desigualdades sociais, que levaram a uma drástica expansão das favelas.

Valladares faz uma importante síntese sobre o processo de favelização na seguinte passagem:

Não se trata apenas de uma questão de déficit de moradia ou de incapacidade do mercado imobiliário (setores público e privado) de produzir habitações populares em ritmo capaz de atender a uma demanda crescente. A favela resulta, sobretudo, da exploração da força de trabalho em uma sociedade estratificada, onde as desigualdades tendem a se perpetuar e o processo de acumulação de capital é cada vez maior. Resulta ainda de uma situação onde o uso do solo é cada vez mais determinado pelo seu valor, e onde o controle do espaço urbano é exercido pelas ou em nome das camadas dominantes. (VALLADARES, 2005, p. 44)

Entre os anos 1970-90, as cidades brasileiras passam por uma nova etapa de alto crescimento desordenado, com a multiplicação de favelas. O retorno à democracia, apesar do reconhecimento das favelas como parte das cidades, não representa uma transformação na lógica do racismo territorial. A favela continuou a ser associada à pobreza e à marginalidade, e “favelado” tinha um significado pejorativo que reiterava a exclusão social desses territórios e pessoas. Somente na viragem da década de 80 para a de 90, vão emergir vozes, movimentos e escritas das favelas no sentido de reverter essa representação negativa e denunciar o racismo territorial, processo que analisaremos no próximo capítulo.

Como vimos neste capítulo, as pessoas negras escravizadas foram abandonadas, sem direitos, moradia, documentos e alimentação e os reflexos do escravismo ainda são

visíveis nas favelas atualmente. O apagamento do povo negro os força a trabalhar em condições análogas à escravidão, com remunerações ínfimas ou apenas comida como pagamento. É perceptível que as favelas no Brasil surgiram como resposta ao crescimento urbano, sendo moldadas pela necessidade das pessoas. A violência policial nas favelas é uma realidade, e pesquisas indicam que os jovens negros são os mais afetados, tanto em termos de encarceramento quanto de mortes violentas. Além disso, a subnotificação de crimes racistas dificulta ainda mais o combate ao problema.

Compreender o racismo na sociedade brasileira desvinculada de uma ideia territorial é um erro, pois não considera a realidade das favelas brasileiras em uma sociedade marcada pela desigualdade racial, social e territorial. Nesse cenário, no Brasil, pessoas pretas e pardas sofrem um processo de extermínio não apenas como sujeitos, mas também como sujeitos de direitos. Uma análise revela que o racismo territorial é uma forma específica de comportamento que resulta na marginalização de indivíduos ou grupos em localidades ou áreas geográficas particulares, como áreas periurbanas. Alguns intérpretes do racismo territorial enfatizam a importância da luta pelo direito à moradia digna e à cidade para as pessoas que vivem em áreas excluídas.

Outras interpretações também priorizam as culturas e histórias negras e indígenas como forma de resistência. O racismo territorial se manifesta com a indiferença e a marginalização de grupos raciais que residem em áreas geográficas específicas, como nas favelas, subúrbios urbanos, sobretudo diminuem as suas culturas ao diminuir os indivíduos pertencentes. E essa forma de racismo, territorial está diretamente relacionada à segregação espacial e à concentração da pobreza em áreas específicas, afetando de forma desproporcional os negros. A negligência com as comunidades que habitam essas áreas se manifesta de várias maneiras, economicamente, culturalmente, em especial, territorialmente, todavia vai além da infraestrutura e serviços básicos, até a ausência de políticas públicas.

Já a marginalização e criminalização se caracteriza pela exclusão das pessoas dessas regiões ao acesso à educação, oportunidades de trabalho e saúde, falta de representação política, brutalidade policial e criminalização da pobreza. Em suma, as indiferenças e a marginalização das pessoas nas favelas e periferias configuram uma forma de violência estrutural que perpetua o racismo e a exclusão social. Em outras palavras, o racismo territorial também pode ser compreendido como uma negação do espaço urbano. Enfrentar essa questão exige do Estado que garanta acesso aos serviços básicos e infraestrutura, respeito à diversidade, valorização da história e das contribuições



negras e indígenas.

Certamente, todas essas questões, desde a Abolição, exigem soluções para alcançarmos uma sociedade negra livre. Para isso, Pacheco (2007) permite o entendimento de que, em primeiro lugar, as políticas públicas deveriam ser tratadas pelos e para os negros, pois isso é uma questão de representação histórica. Combater os atos racistas e o racismo é uma tarefa complexa, porém permanente. Isso inclui aumentar a conscientização e a educação sobre a diversidade racial, promover políticas públicas que garantam a igualdade de oportunidades, preservar a diversidade cultural, territorial e a história dos povos negros e indígenas no Brasil. Combater o racismo é uma luta que a nossa sociedade como um todo deve empenhar-se para tornar a sociedade mais justa e igualitária.

As favelas desenvolveram ao longo dos anos identidades culturais e comunitárias robustas. Apesar de terem emergido em um cenário de instabilidade e caos, os moradores empenham-se em melhorar as condições de vida e a infraestrutura por meio de movimentos sociais e iniciativas próprias. Apesar das adversidades as favelas se configuram no cenário contemporâneo como locais de resistência, criatividade e resiliência, refletem toda complexidade da sociedade brasileira.

Mas uns dos dilemas maiores é falar para aqueles que muitas vezes esperam ouvir das nossas bocas as palavras que não gostariam de ouvir. Ainda mais quando se pensa que quem escreve é aquele favelado que não poderia escrever, sobretudo comunica-se por meio de soluções não ambíguas. E não estou inclusive por proporcionar uma estratégia de pesquisa que se utiliza do discurso da vitimização e para gerar uma falsa ideia de pertencimento, mas um discurso que trata sobre a invisibilização da nossa história.

## **Capítulo 2. FAVELAS E FAVELADAS/OS: ESTIGMAS E (RE)CONHECIMENTO**

No capítulo anterior observamos parte dos fundamentos que estruturam o racismo na história. Conforme Jessé Souza (2017), o racismo é parte integrante da sociedade brasileira desde o período colonial, quando o tráfico negreiro e a escravidão eram uma política de Estado. Nossa sociedade foi estruturada historicamente baseada em uma política de privilégios para a manutenção do poder do Estado e dos colonizadores brancos. Quando se associa o negro favelado à estrutura social, eles são subalternizados: no campo em oposição à cidade; nas favelas em oposição aos bairros nobres; no trabalho braçal em oposição ao intelectual; na obediência em oposição às vozes de comando; no analfabetismo em oposição à formação de nível superior; e, por fim, na criminalização em oposição à honestidade.

E esse espectro da subalternidade antecipada. No imaginário das/os pretas/os sempre soou para nós como um cidadão que está para esta sociedade colonialista para servi-los. Nunca ser servido, para ser mandado e nunca mandar. Este é um legado de subalternidade, histórico e está por sua vez incutido na mente da classe branca e, a partir do processo de escravidão do povo negros. Dentre essas subalternizações, destaco especialmente a questão das favelas em oposição ao acesso aos bairros nobres, pois a discriminação social e territorial é uma realidade brasileira historicamente evidente, desde a formação das comunidades quilombolas, rurais e ou urbanas. Onde esses ocupantes estão aos olhos do asfalto para lhes servir. Depois da invasão colonial, escravidão e a ditadura; as guerras as drogas é a atual ferramenta de controle violento de corpos negros e periféricos no Brasil.

Até o presente momento, podemos constatar que a reflexão sobre o racismo territorial permite uma conexão intrínseca com a história do Brasil e, de modo particular, com a realidade das favelas. Neste capítulo, vamos percorrer diferentes representações negativas sobre as favelas e seus moradores para, em seguida, estudar o revisionismo científico que procurou entender essas problemáticas no contexto histórico e sócio racial brasileiro. Por fim, vamos conhecer as vozes, movimentos e escritas que surgiram na favela para representá-la a partir de dentro e apropriar-se do direito de fala e de auto representação, nos campos culturais, artísticos e intelectuais.

### **2.1. Escritas racistas**

As favelas brasileiras são estigmatizadas e marginalizadas há décadas, sendo alvo frequente de políticas públicas inspiradas na lógica do despejo e da desapropriação.

Entretanto, o que se pode verificar em um contexto histórico mais recente, pandêmico, entre março de 2020 e maio de 2022, despejos em massa, onde, mais de 31.421 mil famílias foram despejadas e mais de 142.385 mil estão ameaçadas de despejo (DESPEJO ZERO, 2022). 75.410 mil mulheres foram despejadas e 341.724 mil estão ameaçadas de despejo em todo país (DESPEJO ZERO, 2022). O número de despejos coletivos cresceu 393% nos dois anos (DESPEJO ZERO, 2022). No mesmo período, ocorreu o aumento em 655% do número de famílias ameaçadas de despejos.

Essas desigualdades também podem ser compreendidas como um reflexo de uma história de exclusão histórica, perpetuada por práticas discriminatórias nas favelas. O isolamento socioespacial das favelas em relação ao restante da cidade destaca-se como uma das principais manifestações do racismo territorial. Essa característica é evidente devido à localização frequentemente periférica das favelas, o que resulta em um acesso limitado a serviços públicos essenciais e infraestrutura, como escolas, hospitais e transporte público. Para discutirmos as imagens negativas produzidas sobre as favelas, que vão do campo da literatura ao direito e à sociologia, vamos partir de uma obra de Sarah de Carvalho (1997), que me parece emblemática.

O livro, intitulado: “*Meninos de Rua do Brasil. Uma história de fé, coragem e amor pelas crianças brasileiras*”; de Sarah de Carvalho, oferece-nos um interessante panorama analítico sobre como a autora interpreta múltiplas realidades do Morro do Borel, localizada no bairro da Tijuca, na Zona Norte do Rio de Janeiro. Sua ocupação, Borel, teve início na data de 1921, a partir do processo de demolição do Morro do Castelo, no Centro do Rio. Sem embargo, sua obra versa sobre um dos direitos fundamentais e mais complexos da humanidade: a igualdade. Seu trabalho é tomado por uma caracterização profunda de introspecção de linguagem e atenção meticulosa aos detalhes do cotidiano da favela e que muitas vezes passam despercebidos aos olhos de quem lê.

É fundamental, então, afirmar aos leitores que não estou por triangular um ponto essencial, nem da causalidade do que entendo por racismo territorial, mas o que propiciar para esta pesquisa o ponto em comum, à narrativa me interessa por uma infinidade de relações coexistem no discurso de Carvalho, em especial, quando deixa transparecer que a favela é o berço crime. No entanto, creio que o ato de narrar e na sua percepção parece-me, de fato, decisivo e não por acaso, toda a história começa uma cena que, ao final, se encerra dizendo: “Naquele momento, senti-me paralisada, como se estivesse sido atingida por um raio. Entrei em pânico, com medo que nunca sentia” (CARVALHO, p. 14, 1997).

Esse estilo de escrita tem sido frequentemente comparado à dramaturgia, pois usam palavras com precisão cirúrgica para transmitir significados profundos e complexos.

Sarah começa narrando uma realidade que para quem é de fora causa espanto: “Estava com os nervos à flor da pele. O único pensamento que me ocorria era morte... morte... morte ...” (CARVALHO, p.14, 1997). E não estou a relativizar ou a romantizar os problemas nas favelas. Até porque as guerras às drogas é a atual ferramenta de controle violento de corpos nas favelas brasileiras. Sobretudo, compreendo que na figuração de linguagem simbólicas as frases que se constitui de um ideário semântico é parte da inexigibilidade ao qual pesquiso e, a partir de uma tensão entre aquele que vem de longe com suas histórias, usos e costumes, que nunca adentrou numa favela brasileira.

Para entender melhor este panorama e para não cair no erro de demonizar autora, apoio-me em Foucault (2002), que pontua que ao nos deparamos com um amplo questionamento aos conceitos de causalidade e linearidade que orientam diretamente a essência dos fatos. Tal relações em algum tipo e como semelhança, vizinhança, afastamento, diferença e transformação. Pensa-se nessas relações implicando no objeto de análise (favela), e coloca em jogo as relações que evidenciem multiplicidades na formação do objeto e as são tarefas constituintes do pesquisador. Para Fischer (2001, p. 220) reforça esse conceito como denso e o caminho não é buscar, indefinidamente, um ponto originário, mas propositalmente podemos saber onde tudo começou.

Desta feita, (ponto originário), Carvalho é uma missionária estrangeira que decidiu viver um tempo no Morro do Borel, impulsionada pelo seu fervor missionário (teológico) ou como se afirmar numa linguagem mais crentes, no cumprimento do chamado de Deus para com sua vida, no Brasil, imprime, então, uma lógica na qual se vê investida da missão de resgatar estar dentro da favela juntos aos moradores (crianças) para assim salvar a favela do pecado. Vale ressaltar que, na década de 90, o Brasil foi o país que registrou o maior crescimento da população evangélica, em todo o mundo, nos últimos anos”, afirma o historiador e antropólogo Paul Freston.

As igrejas evangélicas cresceram 543% em 20 anos no Brasil, segundo a pesquisa realizada pelo Centro de Estudos da Metrópole (CEM) da Universidade de São Paulo (USP). Em 1990, havia 7.033 igrejas evangélicas no Brasil. Em 2019, o número aumentou para 109.560, com 17 novas igrejas abrindo todos os dias. Sendo assim, o Censo Demográfico do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mostra que o número de evangélicos mais que dobrou entre 1990 e 2010. Em 1990, 9% da população era evangélica, em 2010, os evangélicos já eram 22,2%. Relembremos também que as

curvas de crescimento religioso no Brasil tiveram como contexto fenômenos políticos, econômicos e sociais significativos, além da Segunda Guerra Mundial, da turbulência econômica pós-1929; das transformações políticas do período Vargas (1930-1945) marcadas pelo populismo e autoritarismo.

Nos anos 90, falava-se num país em plena transição religiosa e o crescimento mais intenso das denominações evangélicas. Verifica-se uma predominância dos pentecostais, com esmagadora presença nas áreas periféricas urbanas, nas favelas. Naquele momento, quanto mais empobrecida era o território, menos católico e mais pentecostal se tornavam. As favelas, também eram alvo primordial em períodos eleitorais dos evangélicos ligados aos partidos políticos. Anos depois esse movimento configurou-se na denominada bancada evangélica.

O que vimos nos últimos anos, em especial, nas últimas eleições é que a bancada evangélica ganhou outra escala de poder e, agora não só nos becos e vielas, com visibilidade maior, propôs uma agenda definida na sociedade brasileira e, com articulações entre outras bancadas, com suas temáticas e partidárias, definidas e uma organicidade que continua crescendo a cada eleição. Essa aliança que as igrejas evangélicas fizeram deixou em estado de perplexidade aqueles que conhecem a mensagem de Cristo. Apesar da impetuosidade com a qual alguns foram enviados, sem o preparo e treinamento adequados para assim absorver as realidades, pois bem, desde a colonização brasileira, escravidão das pretas(os) que aqui trouxeram contra suas próprias vontades, à catequização dos indígenas, Igreja e Estado, caminharam juntos com os interesses escusos sob a vida.

Em partes, essa correlação Igreja e Estado, é uma das críticas da Teologia da Libertação, movimento sócio eclesial que surgiu dentro da Igreja Católica na década de 1960 e que, por meio de uma análise crítica da realidade social, buscou auxiliar a população pobre e oprimida na luta por direitos. Dentro dessa concepção, Löwy (2000) define os pilares principais da Teologia da Libertação, destaca-os: libertação humana como antecipação da salvação final em Cristo, nova leitura da Bíblia, forte crítica moral e social do capitalismo dependente, o desenvolvimento de comunidades de base cristãs entre os pobres como uma nova forma de Igreja e, especialmente, uma opção preferencial pelos pobres e a solidariedade com sua luta de autolibertação.

Sobretudo, é uma base teológica que defende uma Igreja para os pobres e com ideais de justiça social. Contudo, ao proceder assim, seus adeptos chocaram-se contra o Estado, interesses econômicos e até mesmo a hierarquia da instituição Católica. Com o

passar dos anos, mudanças importantes ocorreram e essa nova realidade se constituiu em grandes desafios para a Teologia da Libertação, por exemplo, o neopentecostalismo. A infância pobre institucionalizada nos bicos que fora interesse de grupos como a Igreja Pentecostais, os higienistas e demais instituições evidenciam que as políticas públicas para o atendimento desse período representavam interesses religiosos, de iniciativa privada.

Com o intuito do cuidado, essas políticas eclesásticas visam à acolhida, ao disciplinamento e à regularização de corpos nas favelas brasileiras. E essas iniciativas tinham como pano de fundo o caráter filantrópico, mas na prática eram institucionais, implicando na acomodação e no ajustamento de indivíduos para sua adequação/conversão e readaptação tanto escravocrata como colonial, imperial e republicana. Significa que, embora o Estado estivesse ausente como poder público e como inexistia uma legislação específica dava seu aval às perspectivas no atendimento aos pobres.

Tratando-se de uma participação meio velada por meio da filantropia, da religiosidade e do assistencialismo. No entanto, o primeiro aspecto que destaco de sua obra está associado à ideia de violência, assim a favela é definida como o lugar onde “moram as pessoas mais pobres, as principais vítimas dos tiroteios frequentes” (Carvalho, 1997, p. 12). A violência é como um espectro, símbolo do Mal, que transforma os moradores em vítimas e pode atingir qualquer um: “Uma bala fez um buraco no teto [...]. Éramos quatro adultos deitados no chão, ocupando todo o espaço do barraco. Se uma bala atravessasse o telhado naquela hora, um de nós morreria.” (1997, p. 12).

Quando abordamos o aspecto teológico do sofrimento, perigo, medo e das dificuldades, compreendo que esses elementos reforçam a importância de sua missão, um resgate em nome de Jesus, a religião cristã, nessa perspectiva, salva. Ao explorar mais essa dicotomia literário-teológica, é possível notar o quanto esse foco é direcionado à favela como o berço da violência. Essa visão salvacionista relacionada à religião é uma tópica antiga na representação de territórios e pessoas não brancas. Desde a constituição dos aldeamentos indígenas, na época colonial, quanto nas missões evangelizadoras na África Negra.

Dessa forma, observamos a repetição dessa tópica discursiva no texto de Carvalho, ela sobe o morro para resgatar e salvar vítimas e pecadores, como um jesuíta do século XVII subia o Morro do Castelo, no Rio de Janeiro, para evangelizar e civilizar os indígenas, removidos (“descidos”) de suas aldeias e modo de vida tradicional. É praticamente unânime retratar a favela como um ambiente perigoso. Através do olhar de

Carvalho, encontramos a primeira manifestação dessa conexão negativa estabelecida por meio de simbolismo interpretativo. Isso nos lembra da necessidade de analisar como as representações concretas derivam do simbólico, seja no âmbito individual ou ideológico.

É importante deixar claro: não estou negando a existência de problemas e violência nas favelas, nem sugerindo que o conteúdo produzido por Carvalho (1997) seja dispensável. No entanto, a autora, que vivencia a favela, transcreve-a sob uma visão mais generalizada, sugerindo que estar ali é parte de um chamado divino. O crescimento do pentecostalismo nas favelas não se explica somente pelo vazio deixado pelo Estado, historicamente é explicável, pois estas populações, mais vulneráveis e desde a escravização das/os negras/os em nosso país, foram expostos e negado o direito à cidade (VITAL, 2015). Em um cenário mais contemporâneo no qual os religiosos continuam a exercer influência sobre as questões político-sociais do país, com uma bancada de religiosos conservadores em Brasília, na Câmara dos Deputados Federais, compreendo a Teologia da Libertação como uma tarefa importante para entender como podemos atuar e lutar dentro da sociedade e, contra esse modelo religioso, dogmático, por ser um dos seus movimentos mais engajados com a luta dos pobres nas favelas da América Latina.

Sobretudo, porque para Teologia da Libertação, o sujeito histórico de libertação seria o povo oprimido que deveria articular práticas que intencionassem e apontassem para uma sociedade alternativa menos dependente e injusta (BOFF, 1994, p. 24). E não se limita às deduções teóricas e não se deixa aprisionar ao modelo acadêmico de articulação teológica. Aliás, na Teologia da Libertação a questão de fundo não é a Teologia, mas a Libertação das pessoas de um sistema opressor. Entende-se libertação, neste contexto, pelas vias do teólogo brasileiro, Boff, com o objetivo de acabar com o sistema de injustiça expresso, pois, é uma teologia que nasceu e se construiu a partir de uma análise crítica da realidade social dos pobres na América Latina (1980, p. 70).

Há outras razões que têm a ver com a dinâmica do universo religioso. Esse é um ponto muito importante porque vários estudos vêm mostrando como o crescimento evangélico, o chamado “fenômeno pentecostal”, é localizado principalmente nas cidades, sobretudo nas favelas e periferias. A facilidade de abrir novas unidades favoreceu a presença de organizações pentecostais e neopentecostais nas periferias e fronteiras agrícolas do país. Onde hoje inicia uma favela, amanhã já encontraremos uma igreja evangélica. Utilizo como exemplo toda expansão e a história da Universal.

Fundada em 1977, no Rio de Janeiro, seu primeiro templo foi inaugurado no espaço em que antes funcionava uma funerária. À medida que foi crescendo, ampliou

seus templos, igualmente sua presença nas periferias urbanas. A iniciativa de construir grandes templos começou na década de 1990. A inauguração do Templo de Salomão, em São Paulo, representa muito bem um marco desse processo de expansão e, ou demarcação territorial. Embora o número de integrantes da classe média venha crescendo, com um discurso voltado aos pequenos empresários focados no empreendedorismo, boa parte dos evangélicos se concentra nas regiões marginalizadas. Eu estou longe de ser o primeiro a tacar pedra nessa maluquice, mas podemos pensar.

Pois, o problema em questão é que retirar as igrejas das favelas é deixar um espaço vazio e não vai acontecer pela sua força institucional, social, política e por último espiritual. Não existe vácuo para se pensar os modelos de teologia nos becos e vielas, todos foram ocupados por denominações. Nem na política, brasileira e nem na vida. Até posso abrir esses parênteses e criticar as igrejas evangélicas e, ou sua teologia nos becos, pois, nas últimas décadas tem transformado a política e a vida brasileira num inferno. Mas, também trago a luz dessa reflexão e por mais que muitos odeiam as igrejas, eu entendo, não posso odiar o povo que frequenta as igrejas nas favelas.

O povo necessita de pão. De acolhimento ou de quem os ouve. Nas favelas brasileiras, pastores que saem pelos becos orando pelas pessoas, cuidando das pessoas, alimentando as pessoas, ouvindo as pessoas. Praticamente em todas as favelas que morei, tinha uma ou mais igrejas cuidando do favelado, cuidado dos baleados ou das mães que perderam seu filho num tiroteio, fosse trabalhador ou traficante. Na ausência do Estado o povo recorre ao que lhes tem as mãos. E quando olhamos para realidade da favela é as igrejas que estão de mãos estendidas, visitando o povo nas vielas, sendo pão e ou “remédio”, dando-lhes sentido e pertencimento local, propondo espaço de fala e, para essas pessoas, é tudo. Mas ao mesmo tempo, surge a questão: como vencer os maus pastores, pois, penetram tão fundo na vida e mente das pessoas gerando um exército de acéfalos e, agora deem-me respostas?

Em outra perspectiva e comparada, é difícil vencer, pois, usam de discursos pragmáticos elaborados ao qual o poder sobrenatural interfere diretamente na realidade das pessoas, ou seja, são famílias que lutam contra o vício do filho, crack, alcoolismo, veem nas instituições à cura. Aspecto distintivo empregado no púlpito, em nome dos pobres são eles vistos “eleitos de Deus”. Recorrendo ao teólogo, Escobar; entendemos que é reestabelecer um ponto de corte em relação ao tradicionalismo restabelecido nas relações dogmáticas herdadas da América do Norte e Europa, afirma: “A teologia



evangélica tem empreendido um caminho crítico em relação ao passado. Crítico no sentido de discernir entre Palavra de Deus e palavras humanas” (1984. p. 172).

Com o passar do tempo, parte do público originalmente priorizado pela Teologia da Libertação optou por seguir as igrejas evangélicas que parecem oferecer respostas concretas aos problemas cotidianos. Em cultos evangélicos, a dinâmica é visível quando, por exemplo, os pastores pedem intervenção divina para a obtenção de emprego ou para que homens deixem de beber e maltratar suas mulheres. Neste ponto Escobar (1984. p. 172) tece sua crítica: “Nesse processo de discernimento a teologia recebida e herdada. É necessário avaliá-las criticamente, examinar sua metodologia; também é possível e necessário examinar a metodologia das formulações teológicas”. Além da violação, Carvalho encharcada dessa teologia dogmática realça uma imagem negativa e ao associar às favelas:

A ocorrência de infecção é bastante comum nas favelas, por causa dos esgotos a céu aberto e da sujeira que se acumula entre os barracos. Ao calor do meio-dia, o cheiro de fezes e lixo apodrecido tornava-se insuportável. Às margens dos caminhos estreitos e lamacentos por onde passávamos, havia valetas para escoamento de água suja, cheias de caixas e latas vazias, frutas podres e dejetos. Respirando apenas pela boca, eu tentava, sem muito sucesso, evitar o mau cheiro e controlar as ânsias de vômitos que sentia (CARVALHO, 1997, p. 12).

Ao analisarmos sua descrição é possível identificar uma clara intenção de comunicar aos seus leitores a intensidade por trás da situação, utilizando expressões sensoriais, onde o mover da sua presença (mulher branca e europeia) vai salvar as pessoas daquele território, um certo messianismo. E essa visão descrita por Carvalho não é um privilégio seu e, como aponta Kehl (2010), inicialmente a favela era vista unicamente como foco de atividade criminosa, para mais tarde ser também acusada de ser foco de insalubridade. Ainda, Abreu (2008), destaca que a favela era vista como um problema social (colocado até como uma doença para ela), e a destruição das moradias precárias, e sua consequente remoção, era entendida como a única solução.

Segundo Valladares (2005, p. 40-41), a favela era representada como uma doença, um mal contagioso, e que assim deveria ser combatida, em um claro discurso higienista.

A mesma autora ainda deixa claro que:

[...] dessa maneira a “problematização” precedeu a extensão do fenômeno ao conjunto da cidade e ocorreu enquanto o processo de favelização ainda não se havia generalizado na capital federal. Conforme já assinalamos, essa problematização contou com o forte

respaldo do diagnóstico higienista aplicado à pobreza e ao cortiço, servindo este como uma das matrizes das primeiras representações das favelas. (VALLADARES, 2005, p. 39).

Essas representações negativas das favelas se disseminam no senso comum e passam a orientar uma perspectiva preconceituosa e fatalista sobre os moradores de favela. Ao descrever uma cena em uma favela, onde a presença de esgotos a céu aberto e galpões contribui para uma condição constante, a autora relata que, em meio ao calor do meio-dia, o odor proveniente de fezes e montes de lixo torna-se absolutamente insuportável. Essa situação se agrava ainda mais pelo fato de que as valas serpenteadas por estradas estreitas e lamacentas, acumulam água contaminada, caixas e latas vazias, frutas em decomposição e resíduos diversos. Para Zaluar; Alvito, ideias ou afirmações como estas reafirmam que as favelas são espaços desprovidos de ordem e representam uma ameaça social:

A ideia corrente em nossa sociedade e, logo, entre os oficiais do direito é que a favela é um lugar de grande perigo. Isso porque ela não confirma as expectativas normativas ideais que essa sociedade formulou. Por “fugir ao padrão”, apresenta-se como uma espécie de ameaça ao esquema classificatório de nossa estrutura social. Por não apresentar os valores “ideais” do padrão social, passa a ser vista como algo a ser evitado, como perigoso (ZALUAR; ALVITO 2006, p. 306).

Assim, a representação da favela é feita a partir de um padrão social pré-concebido como ordenado, em equilíbrio, que se opõe ao pré-conceito sobre os espaços periféricos. Esse fenômeno é agravado quando o favelado é visto como ocupante de um espaço habitado por criminosos, não por indivíduos. Essa perspectiva encontra respaldo nas palavras de Zaluar e Alvito (2006, p. 307):

Os oficiais do direito, ao defenderem ou acusarem réus moradores de favela, usam em seus discursos representações previamente formuladas pela sociedade e incorporadas nesse campo profissional. Suas falas se fundamentam nas representações inventadas a respeito da favela e que acabam por marcar a identidade de indivíduos que nelas residem. Os argumentos utilizados se pautam pela situação de estigma em que se encontram os moradores das favelas.

As representações negativas das favelas e dos moradores têm, nesse contexto, um impacto danoso para a vida das pessoas. O preconceito interfere no julgamento e reitera os racismos estrutural e territorial. O racismo, portanto, não se limita ao campo das representações simbólicas, mas passa a ter impacto direto sobre a justiça e os serviços públicos. Essa visão remonta ao interesse inicial de gestores públicos, profissionais e

intelectuais higienistas nos locais da pobreza para a partir daí administrá-la em direção ao ideal de progresso social, o que culminou na proibição de novos cortiços e destruição dos existentes (VALLADARES, 2005, p. 7).

Assim, passa a permear o imaginário, ou a mentalidade, social a percepção de que os habitantes das favelas são miseráveis, porém com a extraordinária capacidade de sobrevivência diante das condições de vida desfavoráveis, partilhando de uma identidade em comum pautada na coesão do modo de viver, na persistência e resistência em viver na favela (VALLADARES, 2005, p. 11-12). Ou seja, o ideal de higiene, urbanização e progresso atendia aos interesses do capital imobiliário nas áreas ocupadas pelos cortiços, dado a sua excelente localização e integração à malha urbana. Essa representação negativa está disseminada em diferentes meios de comunicação.

A Wikipédia, por exemplo, descreve a favela como manifestações de depressão urbana, marcadas por altos níveis de pobreza, desemprego, criminalidade, violência, consumo de drogas e álcool, doenças infecciosas e taxas de suicídio. De acordo com Queiroz Filho (2015), as favelas são denominadas “assentamentos precários”, caracterizadas pela ocupação irregular do espaço urbano, ausência de infraestrutura, padrões precários de construção e insegurança jurídica em relação aos títulos de propriedade. Essa definição tem por base pesquisas realizadas pelo UN-Habitat e pelo IBGE, que utilizam análise de conteúdo para comparar dados sobre a população residente em favelas.

Outro lugar de produção do “conhecimento” sobre as favelas foi a Geografia e a Estatística. Como nos referimos acima, a favela era chamada de “aglomerado subnormal” pelo IBGE e por muitos pesquisadores, jornalistas, antropólogos, urbanistas, sociólogos e historiadores, o que definia essas comunidades e quem vive nelas. “Aglomerado subnormal” é um termo que redefine um espaço geográfico interno às cidades brasileiras de forma negativa. “Subnormal”, que não faz parte da cidade, “aglomerado”, como um amontoado de gente que não exerce um “papel”, não tem função ou lugar na vida urbana. Quando um órgão tão importante como o IBGE, munido de informação e tecnologia, usava esse termo para inscrever (olha a marca/*karimu* do escravismo aqui de novo) e caracterizar uma grande parcela da população e dos territórios urbanos brasileiros essa ação estava cheia de significados. O IBGE transformava gente em número, estatística, reforçando o processo de reificação dessas comunidades e pessoas. E este é meu questionamento, que aponta diretamente para a existência de uma gigantesca fratura social no país, configurada pelo racismo territorial.

Como favelado, ativista social e pesquisador, eu questiono: “subnormal” porque estamos fora da norma da cidade branca, moderna e higienizada (SCHUCMAN, 2020, p. 49-51)? Ou por não termos os direitos governamentais mais básicos garantidos? Sem a efetivação dos direitos mais básicos de todos os seres humanos, preconizados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que não são efetivamente garantidos aos favelados, não haverá avanços. Tampouco sem os avanços da Constituição Federal (1988) e do Estatuto das Cidades (2001).

Somente com a reivindicação das lideranças das favelas e dos movimentos sociais comprometidos com as comunidades que essa denominação foi alterada, com um atraso de quatro décadas. No dia 23 de janeiro de 2024, finalmente, o IBGE reconheceu seu equívoco e voltou atrás, passando a usar os termos “favela” e “comunidade urbana”. Esse ajuste não é apenas a mudança de uma palavra/conceito, mas, um avanço, para que a sociedade brasileira reconheça que as favelas e suas/seus moradores/es contribuem diretamente para a constituição das cidades e da cidadania. Ou seja, busca efetivar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Constituição Federal e o Estatuto das Cidades. Ressalto que a favela é diretamente fruto de estratégias desenvolvidas pela população para atender às suas necessidades econômicas e de moradia, diante da insuficiência de políticas públicas habitacionais e de investimentos para garantia do direito à cidade.

Além disso, a mudança era uma antiga demanda da CUFA, instituição que carrega a favela no seu nome e história, e por mais de vinte cinco anos, entre outras instituições e movimentos sociais, questionou e provocou esta alteração da nomenclatura. Porque a denominação “aglomerado subnormal” está carregada de estigmas e negava a nossa identidade histórica. O Estado, portanto, desde sua constituição escravista, quer reificar a população e as pessoas pretas e são os movimentos sociais que questionam e procuram alterar esse condicionamento. Nesse sentido, é necessário se perguntar sobre a participação social e popular nesses espaços de poder. Quantas/os pretas/os e quantas/os faveladas/os estão representadas/os ou constituem o corpo técnico desses organismos do Estado ou produzem o conhecimento científico?

Quando o IBGE faz essa alteração, ele permite dar um passo significativo em direção à uma sociedade mais igualitária e inclusiva, naquilo que Grada Kilomba (2020, p. 45-46) chama de reconhecimento, em que a branquitude e o racismo se anunciam, o que permite agir no sentido da reparação histórica. Sobretudo, ao assumirem que as nossas narrativas podem ser ressignificadas, por nós mesmos e por meio de nossas palavras.

Em outras palavras, a cor da nossa pele, nossos corpos de origem negra, nossa singularidade cultural e espiritual, bem como nossas vestimentas e demais expressões visuais, têm sido alvos de ataques ao longo da história, fundamentados na nossa condição de moradores de favelas. Enquanto isso, a narrativa genuína permanece sufocada, mantida no silêncio, deixando sem conhecimento a identidade que carregamos e os papéis fundamentais que desempenhamos na construção da sociedade brasileira. As favelas, como tenho exposto, são compreendidas como espaços de segregação sócio espacial, tendo se transformado em símbolos da pobreza e da violência urbana no país.

Segundo Valladares (2005), as desigualdades sócio espaciais são construídas e moldadas na cidade, em estreita conexão com a própria história e, sobretudo, com ações políticas relevantes ligadas ao urbanismo e à mobilidade urbana. É notório que parte das discussões direciona suas investigações para o contexto da pobreza, violência e criminalidade. Esses temas continuam a ser recorrentes e dominam as pesquisas, com a violência ocupando um lugar de destaque no cenário científico, entre as diversas opções de pesquisa disponíveis.

Adicionalmente, nas últimas décadas, as favelas ganharam o foco de pesquisadores de diferentes áreas no Brasil. A maioria dessas investigações é moldada em torno das questões sociais que circundam em tal lugar. No entanto, muitas vezes essa abordagem intelectual dogmática leva a preconceitos e visões estereotipadas que são perpetuados.

## **2.2. A favela como problema histórico e sua complexidade**

Como vimos até o momento, as favelas são vistas como um problema para as cidades e foram construídas mediante a ausência de uma política de habitação eficiente, ou seja, ausência do Estado. E surgiram pela necessidade dos trabalhadores em residir nas proximidades do seu mercado de trabalho, com a população se concentrando nas áreas próximas à disponibilidade de emprego, devido ao crescente aumento das oportunidades de trabalho devido ao crescimento da indústria e dos serviços (ABREU, 2008, p. 94). É inadequado atribuir aos habitantes das favelas a responsabilidade moral e ética por uma situação que está intrinsecamente ligada à pobreza, violência e à criminalidade.

A origem das mazelas sociais não pode ser atribuída à favela; portanto, é imperativo que removamos do imaginário coletivo esses estereótipos prejudiciais. Os aspectos negativos das favelas não podem ser atribuídos aos moradores, mas às próprias estruturas do racismo histórico. Ao longo do tempo, as favelas têm sido interpretadas

como atendendo não somente às necessidades sociais, mas também aos interesses de grupos detentores de poder. Contudo, devemos questionar a ideia de que as favelas surgiram exclusivamente da ausência do Estado, considerando-se, entre outros contextos, a falta de legislação voltada para a proteção dos direitos das populações negras.

É imperativo abandonar a perspectiva que relega as favelas a um mero subproduto da sociedade, visto que, acima de tudo, elas representam uma manifestação das ações do próprio Estado. Dessa forma, urge uma revisão crítica da narrativa predominante, a fim de reconhecer que as favelas não são apenas uma consequência do tecido social, mas também uma resultante das políticas estatais. Nesse pensamento, Perlman reforça ao dizer que: “[...] ironicamente, o mito da marginalidade possui uma força material real – uma ideologia que informa a prática das classes dominantes e tem raízes profundas na história das cidades [...]” (1978, p. 290).

A esse respeito, Lima (2019), o Preto Zezé, alerta para a manutenção dessa perspectiva racista, considerando-a como os alicerces visuais que sustentam o estereótipo hermenêutico. Esse estereótipo não deve ser confundido com a realidade vivenciada, mas também não deve ser alimentado para corroborar a noção de que a favela é o epicentro da violência no Brasil. Lima (2019) ainda argumenta que isso é resultado de um plano premeditado; ou seja, é uma manifestação das contribuições dessa moeda social excludente. O historiador Simas (2017) argumenta que o Brasil, enquanto projeto de Estado, é concebido de maneira a excluir os estratos sociais menos favorecidos.

Ele reitera, ao longo de sua exposição, que não apenas é necessário e pertinente interpretar esse país, mas também uma urgência incontornável. As bases que fundamentam tais percepções têm sido deliberadamente deixadas de lado, resultando em uma tarefa árdua que, de acordo com Simas, não pode ser negligenciada como um fenômeno meramente social, permanecendo, assim, invisível. Ao persistir na caracterização negativa dessas bases, reafirma-se o pensamento histórico colonial, e isso não se dá por mera coincidência. As representações negativas serviram ao colonialismo e ao projeto político de poder do Estado, baseado na dominação do outro e do território, no acúmulo e saque de capital, bem como na escravização.

Por isso, Fanon (2022) considera que essas estruturas coloniais são introjetadas na subjetividade do colonizado e a mudança dependeria de uma transformação radical das estruturas da sociedade. Nesse contexto, a subalternização emerge como a justificativa primordial para essa incursão de diferentes poderes sobre as favelas – como poderes de exceção ou de intervenção. Essa dinâmica de poder, que se desdobrou ao longo da

história, emerge como um tema a ser explorado, especialmente quando observado sob a lente da institucionalidade e das forças dominantes que há séculos tentam estabelecer seu controle sobre as favelas.

É crucial ressaltar, como mencionado por Almeida (2019), que o Estado desempenha um papel significativo na classificação e segregação das pessoas. A comunidade negra, na busca pela sua emancipação, deve se inserir nos espaços de influência, intrínsecos às estratégias do Estado e da sociedade civil. A partir do fim da década de 1970, emerge um revisionismo no estudo das favelas. Autoras(es) como Ribeiro (1997), Maricato (2003) e Rolnik (2015) descrevem as favelas como “espaços heterogêneos”, nos quais se manifestam diferentes contextos sociais, biológicos e urbanos.

Entre as perspectivas adotadas, uma das mais recorrentes é a visão de Zaluar (1985), Valladares (2005) e Perlman (1978), que enfatizam as favelas como um modo de vida, expresso em sua própria cultura, identidade coletiva e resistência política. Nesse modelo, eram os próprios moradores e os ativistas sociais locais os protagonistas, não os arquitetos e urbanistas. Mesmo assim, cabe destacar que os padrões de assistencialismo e as trocas de favores urbanos nunca desapareceram por completo (Gonçalves, 2013).

Certamente, recorro que, quando se trata de discutir as favelas e suas dimensões, muitos teóricos não seguem esta regra, não são transparentes e reconstroem linhas de raciocínio pautando-se na demonização territorial. Ao contrário dessa associação negativa, quase sistemática entre os autores, tornam as favelas, território fora da lei, onde os policiais estão constantemente lutando e combatendo o mal diariamente (VALLADARES, 2005). Além disso, acrescento que, para além da objetivação dessa ideia como justiça social, devemos retratar as favelas através de uma fotografia histórica positiva. Valladares salienta que, para compreendermos as representações contemporâneas das favelas, é necessário considerar, em primeiro lugar, sua universalidade.

É imperativo derrubar os muros do preconceito. De fato, os discursos e as escritas racistas se sustentam pela mitificação, são construtos do passado que são recriados cotidianamente. As fraturas continuaram expostas, além das questões levantadas como invisibilidade e negação. Valladares argumenta, ainda, que essa representação negativa contribui para a perpetuação de estereótipos e dificulta a implementação de políticas inclusivas e de desenvolvimento.

Além disso, a autora também explora a relação entre as favelas e as novas tecnologias, como a internet. Ela analisa o impacto crescente da digitalização nas favelas em termos sociais, médicos e políticos. Também ressaltamos como as redes sociais e as iniciativas de empreendedorismo digital garantem novas oportunidades de participação e capacitação aos moradores das favelas. Em síntese, conforme assinalado por Valladares (2005, p. 24): “A história da favela não pode ser reduzida a uma narrativa simplista, como se fosse um fenômeno único e homogêneo, emergindo abruptamente.”

Com base na validade dessa afirmação, reforço: a favela não deve ser deixada a partir de uma perspectiva negativa ou racista. É de extrema importância levar em conta o contexto histórico mais amplo para compreender a evolução das favelas. De acordo com Valladares (2005), uma elite intelectual e política do país concebeu a favela como uma representação da pobreza e exclusão social. Essa representação, por sua vez, aprofundou ainda mais o estigma e a marginalização dos habitantes dessas áreas. Segundo a autora, as concepções e representações das favelas como locais de vida precária e marginalização foram moldadas pela elite intelectual e política do país.

Em última análise, de acordo com sua argumentação, essa imagem contribuiu para a intensificação do estigma e da marginalização dos indivíduos que habitam essas regiões. Isso suscita questionamentos sobre a construção social das favelas. Enfim, o conceito de favela como espaços de pobreza e exclusão social não é inerente a esses lugares, mas sim uma construção social.

### **2.3. (Re)favela**

Parafraseando, Kehl, a favela que me interessa e descrevo nesta pesquisa é aquela constituída pela história das pessoas que nela vivem, não as descritas pelo parasitismo intelectual.

Destaco uma entrevista de René Silva<sup>6</sup>, ativista social e morador do Complexo do Alemão, em que ele ressalta: “A mídia só foca no narcotráfico, na violência e na morte, então quem está de fora pensa que é só isso.” Afirmação feita à jornalista Mônica Nunes, em 4 de maio de 2023, do Portal Conexão Planeta. René Silva reconhece o potencial das favelas e de suas/seus moradoras/es durante a entrevista e esse é um elemento que vem sendo destacado nos seus inúmeros discursos em aulas em diferentes universidades do mundo.

---

<sup>6</sup> René Silva foi escolhido pela revista norte-americana *Time* como um dos jovens mais influentes do mundo que, por sua atuação, faz a diferença e foi considerado um líder em *The Next Generation Leaders*.



Para reforçar tal pensamento, recorro ao livro *Um País Chamado Favela* (2014). Esta é a maior pesquisa realizada sobre as favelas brasileiras, de autoria de Renato Meirelles e Celso Athayde. Uma obra que se propõe apresentar uma favela não comum às das páginas dos livros. Isto é, os dados emanam de uma pesquisa do Brasil profundo e abrangente denominada: “*Radiografia das Favelas Brasileiras*”.

Apesar de ser uma obra com viés quantitativo os autores desmitificam a noção de um território caracterizado pela pobreza e indigência, hoje, num cenário mais atual, em 2022, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, divulgou que existe 11.403 favelas e 6,6 milhões de domicílios que abrigam 16,5 milhões de pessoas nas favelas, no Brasil.

Um outro estudo divulgado, em 2023, o Instituto Locomotiva em parceria com o Data Favela e a Central Única das Favelas (Cufa), apontam que 67% das pessoas presentes nas favelas são negras, média acima da nacional, que é de 55%. E que as favelas movimentaram R\$200 bilhões, em 2022, R\$12 bilhões a mais em relação ao ano anterior.

Atualmente, as favelas brasileiras ocupam uma área de aproximadamente 106 mil hectares. O dado faz parte de um levantamento realizado pelo MapBiomas Brasil, que analisou imagens de satélite captadas entre 1985 e 2021. É essencial pensarmos que nas pesquisas enxerga-se quem está por trás dos números. Compreendendo de forma mais profunda, o Brasil profundo, os indivíduos que vivem nas favelas, os números que nos apresentam uma relação direta com a história e identidade do país. Compreendendo de forma mais justa os indivíduos que vivem nas favelas, sobretudo os números apresentam toda uma relação com a história e identidade de um povo.

Para além das análises demográficas dos autores e das pesquisas, é crucial enfatizar que os dados convergem com o ponto de vista dessa pesquisa e que existe uma favela real, construída com madeira, ferro, concreto, ou seja, de pessoas invisibilizadas. Vale lembrar que, desde 1948, o direito à moradia é considerado um direito fundamental pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. Sobretudo, o direito de moradia é constitucional no Brasil. No entanto, esses direitos podem existir e devido às trajetórias das comunidades que são marcadas por estigmas e por intensas batalhas. todavia, há uma favela fictícia, concebida das mídias e das prosas, que alimenta os estigmas negativos.

Conforme os autores nos revelam uma favela com toda sua diversidade, com seus defeitos, virtudes e protagonismo. Contrapondo aquela favela que é reproduzida nos noticiários, nos livros, no cinema, nos programas policiais, o reduto de vícios e depravações, mas, à favela que não carece de substantivos, à criativa e acima de tudo,

resiliente. Favela é constituída de uma conjuntura de lutas por direitos sociais, em especial, de existir. E me apego neste momento as palavras de Valladares:

Além disso, em oposição a uma visão dominante de que pobreza, necessariamente, à delinquência e de que o pobre no Rio de Janeiro tem a “carreira” de bandido como principal alternativa ao mundo do trabalho, levantei a hipótese de uma outra via possível, atrás da ética do trabalho transmitida e inculcada, principalmente, pelas mães (2005, p. 19).

Isto é: a luta contra toda forma de racismo territorial não pode ser realizada apenas pelas populações periféricas. Parafraseando Diante do aumento da insegurança na vida urbana, é crucial reconhecer o papel desempenhado por esses moradores e como agentes políticos e sociais, capazes de transformar a marginalização em carisma. É preciso que toda a sociedade brasileira se engaje nessa luta, reconhecendo as desigualdades e as injustiças sociais que marcam a vida na favela. E isso ocorre devido ao fato de que, no contexto do debate sobre a desigualdade social no Brasil, o elemento “favela” desponta como um dos pontos fundamentais, porém, inviabilizado ao longo da história, alimentando todo um processo segregação sócio espacial, e os resultados desse contexto negacionista não pode ser subestimada. Mata!

Afinal, na última década esse tem sido os desafios: erradica a pobreza e o racismo. Todavia, ainda há um longo percurso a ser percorrido para enfrentar tamanha disparidade que prevalece nos territórios de favela, no Brasil. Por fim, proponha na junção das lutas à luta contra toda forma de racismo territorial. E acima de tudo recriando uma nova leitura dos territórios de favela com todo apoio às populações e comunidade e para construção de uma sociedade justa e igualitária. Nesse contexto, Valladares nos provoca a pensar que a favela foi criada como um espaço de exclusão e marginalização, mas também como um espaço de resistência e de luta (VALLADARES, 2005, p. 89).

Que as populações periféricas têm uma longa história de resistência e de organização, que se expressa nas lutas por moradia, por serviços públicos e por direitos. Sobretudo, lutar não só contra o racismo territorial, mas contra toda forma de racismo é uma luta de toda a sociedade brasileira e como apresentou as favelas brasileiras ao mundo. É preciso reconhecer as desigualdades e injustiças que se caracterizam na vida da brasileira(o) favelado e formular políticas públicas de combate ao racismo e à exclusão social. Isso requer o envolvimento de todos os setores da sociedade, principalmente dos governos e dos setores privados.

A superação do racismo territorial exige a reconstrução do direito às cidades e com a favela na mesa de discussão, mais equitativa e inclusiva, sobretudo, que valorizem toda diversidade cultural e reconheçam o papel das comunidades na formação das cidades e das nações. É válido ressaltar novamente: A favela que buscamos, por baixo do lixo, dos esgotos, das crianças doentes, é aquela que precisamente é capaz de sobreviver a tudo isso, e ainda prover formas estruturada, dentro de seu contexto, de sustentabilidade da vida, de resistência e, acima de tudo, de felicidade pessoas coletivas (KEHL, p. 7, 2010).

No entanto, a fala deste ativista que vos fala traduz os argumentos e sentimento de quem sobreviveu ao racismo territorial e luta por novas narrativas é um fio condutor de ativismo urbano que conecta as identidades ancestrais. Não posso e não vou aceitar que a favela que temos seja exposta sempre como o problema social, no Brasil. Respeitem “[...] a favela é concebida no singular, na literatura científica, na ficção e, principalmente, na prática (VALLADARES, 2005, p. 151)”.

Esse é o fio condutor do meu ativismo, práxis, soma-se ao sentimento de pertencimento territorial na construção de uma identidade matizada. E embora as lutas materiais sigam sendo importantes para nós favelados, pois se referem a necessidades e direitos básicos, igualmente, as lutas por narrativas mostram nossa capacidade de subverter um estereótipo negativo e transformá-lo em uma bandeira de luta.

Nesse momento quero resgatar a voz de uma mulher da favela, Maria Carolina de Jesus:

Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de veludo, almofadas de cetim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo (JESUS, 2020, p. 37)

E quando remeto meus sentimentos e décadas depois ao sentimento expressado por Carolina Maria de Jesus, reencontro-me com toda sua força ancestral, renovo as minhas lutas. Mergulho num contexto de resiliência poucas vezes vivenciado na história do nosso povo. E, ao mesmo tempo, me abato por saber que pouca coisa mudou. Carolina, foi uma das primeiras escritoras negras do Brasil, e uma das mais lidas no país. Nos disponibilizou obras, artes que são pintadas por traços cirúrgicos, onde nas suas linhas por linhas possibilitamos acessar um universo periférico não acessado, na época, extremamente invisibilizado e marginalizado e não só nas literatura, mas, na vida real.

Ela, assim, trouxe fortemente em seu livro está linhas e traços, cores ao descrever na sua obra de arte, “*Quarto do Despejo*”; à favela como um todo, e todas as especificidades e singularidades que permeavam o meio em que vivia. Ninguém falou sobre a fome e a favela como Carolina, com dor, revolta e consciência política. Às vezes com muito desespero, imaginando que a morte poderia ser melhor do que a fome. Às vezes como uma festa, vendo a alegria dos filhos ao ter o que comer. Também como uma humilhação, por ter que apanhar alimentos do lixo, realidade de muitas mulheres brasileiras na atualidade. Muitas vezes com angústia, ao ouvir os filhos pedindo mais e não ter como saciar-lhes. Em outros momentos com revolta dos políticos e dos falsos caridosos.

Carolina Maria de Jesus, uma escritora mineira nascida em 14 de março de 1914. Uma das mais emblemáticas escritoras negras da literatura brasileira. Suas obras têm relevância não só literária, social, cultural e política. Nasceu na cidade de Sacramento, em Minas Gerais, no dia 14 de março de 1914. Filha de uma família pobre, teve uma educação formal de apenas dois anos. De 1923 a 1929, a família de lavradores migrou para Lajeado (MG). Nessa cidade, Carolina e sua mãe ficaram presas durante alguns dias. Como Carolina sabia ler, autoridades concluíram que ela lia para fazer feitiçaria. Em 1937, Carolina mudou-se para a cidade de São Paulo, onde trabalhou como empregada doméstica. Em 1948, foi viver na favela do Canindé, onde nasceram seus três filhos.

Enquanto viveu ali, sua forma de subsistência era catar papéis e outros materiais para reciclar. *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada*, publicado em 1960, teve três edições. Na sua obra, nos convida a refletir mais sobre a desigualdade racial e socioeconômica, nas favelas, por conseguinte, também é um convite entre tantos às questões raciais e de gênero, um olhar para com violência contra a mulher, as desigualdades sociais e ou para política fraudulenta. Para quem adentra ao mundo da aortal facilmente vai evidenciar na sua escrita a ênfase à exclusão, embora seja uma das questões mais citadas, expressão presente nas entrelinhas da sua redação.

Outro assunto de extrema relevância trazido por ela é a fome, outro, a politicagem, a qual ela se refere com os “tais políticos”. Apesar de suas aflições cotidianas, sua obra reflete a consciência das classes subalternizadas. Nos últimos anos, as classes populares têm desafiado vigorosamente as ideologias dominantes, confrontando uma narrativa branca coerciva que se baseia na tradição letrada arraigada no poder. As suas falas estão nos becos e vielas das favelas, se materializa nas lutas constantes. À medida que as massas, através de sua expressão oral, evocam ideias e noções que se contrapõem ao

discurso oficial, mais isso força as correntes hegemônicas a um esforço contínuo de apropriação, esvaziamento e mistificação.

Paralelamente, esta obra destaca algumas características recorrentes das favelas, a carência de infraestrutura, densidade demográfica elevada, disparidades socioeconômicas, autoconstrução e forte identidade cultural são características marcantes das favelas. Estas áreas carecem de serviços básicos como água, saneamento, energia e transporte eficiente, enquanto apresentam construções próximas umas das outras, realizadas em alta densidade populacional em espaços limitados. Além disso, a presença de residentes com recursos limitados leva à autossuficiência na construção de moradias devido à falta de acesso a terrenos e habitações adequadas.

Apesar dessas adversidades, a favela pode exibir expressões culturais de identidade e coesão. O desenvolvimento das favelas está grandemente ligado ao rápido crescimento populacional, ao êxodo de indivíduos em busca de oportunidades de trabalho e à ausência de políticas habitacionais adequadas para as pessoas de baixa renda. A literatura, como forma de expressão, tem a capacidade de criar representações e narrativas que revelam as contradições e complexidades da vida nas favelas. Através de personagens, histórias e cenários, a literatura pode mostrar a diversidade e riqueza das culturas populares e periféricas, ao mesmo tempo em que denuncia as desigualdades, exclusões e violências que marcam esses espaços.

É nesse contexto, entre os anos 1990, que emerge uma nova literatura periférica que denuncia o racismo territorial e adquire grande importância para a compreensão da realidade dessas comunidades. Além disso, a literatura pode ser uma forma de resistência e empoderamento para os moradores das favelas, permitindo que suas histórias e vozes sejam ouvidas e reconhecidas. Ao produzir conhecimento crítico sobre as favelas, a literatura também contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A abordagem de Almeida (2019) se torna significativa na construção teórica sobre o tema do racismo territorial.

Ele dialoga com as reflexões de Florestan Fernandes (2008), trazendo à tona um debate controverso que havia sido algo negligenciado no âmbito acadêmico, isto é, a interligação entre raça e classe na problemática social dos afrodescendentes no Brasil, abrangendo inclusive as favelas em suas considerações. Tal como nos ensina o mestre do samba brasileiro, Arlindo Cruz, *“Por que essa gente tão boa é vista como marginal.”* Almeida (2019) ressalta que essa dinâmica está intrinsecamente ligada à raça e à classe social. Surge, portanto, a necessidade de ressaltar o racismo de forma a aumentar sua

visibilidade e alcance. É crucial que esse aumento de visibilidade não seja alcançado à custa de uma subsequente marginalização negativa e do apagamento das favelas nas narrativas, algo que perpetua a lógica racista colonial.

Nesse contexto, Oliveira (2021) também instiga uma reorganização de nosso modo de pensar, viver e agir. Ninguém é desinformado; todos somos convocados à responsabilidade, instigados à ação e convidados a avançar. Não de maneira reativa, mas de forma proativa, dialógica, comunitária e horizontal. Ele se insere em uma nova geração de intelectuais negros da periferia, representando a comunidade local e os apoiadores dos moradores de favelas, dispostos a se empenhar ao máximo em prol da promoção da vida e da liberdade do povo negro. É de suma importância que a obra de Oliveira (2021), esteja presente nos âmbitos de formação e reflexão, nas universidades e entre aqueles que participam do movimento progressista, bem como em qualquer ambiente voltado para a construção de ações para combater o racismo.

E diante da narrativa de Kehl (2010) e Davis (2006), observamos as palavras de Barbosa: “[...] as relações sociais refletem os momentos históricos, e os seres humanos se organizam para reconstruir sua própria história, de maneira inovadora ou repetitiva [...]” (1980, p. 58). Nesse sentido, podemos pensar que Goldenfun (2019) que o direito à cidade, inicialmente proposto por Lefebvre, pode ser entendido como um dos principais objetivos do direito urbanístico da favela. Contudo, embora a atual Constituição Federal tenha sido a primeira a demonstrar preocupação com a questão urbana, o direito à cidade não adquiriu status de direito fundamental de forma expressa, sendo considerado um direito fundamental implícito, decorrente da interligação entre o direito ao meio ambiente, do capítulo da política urbana, o direito à gestão democrática e à moradia.

Os moradores das favelas reivindicaram esses seus direitos à moradia digna e à cidade e passaram a participar ativamente do planejamento e implementação de projetos de intervenção em suas áreas. Além disso, a política de reconstrução de favelas foi baseada em um conceito de desenvolvimento integrado, buscando não apenas melhorar as condições físicas dos assentamentos, mas também promover a inclusão social, a cidadania e a sustentabilidade ambiental.

Na tarde de quarta-feira, 05, em abril, fui até a favela para me encontrar com Edson. Nossa missão naquele dia era ir ao Morro da Sabão, uma das favelas dentro do próprio Parolin, e como de costume passei no Escritório Comunitário para me encontrar com Edson, como sempre estava ocupado atendendo as pessoas. Alguns minutos depois

seguimos entre as vielas e ao adentrar ao centro da favela algumas vozes foram ficando cada vez mais presente aos nossos ouvidos e ao dobrar o beco me deparo com uma canto vindo da jukebox.

Como se uma bússola interna me direciona-se para aquele lugar ou para aquele momento, por forças do meu sentimento, aceitei os rumos do destino e ao ouvir alguns sussurros, sobretudo tento de todas as formas decifrar o refrão e ao se aproximar vejo e ouço uns jovens cantam um clássico musical das favelas (funk), Rap da Felicidade dos MC's Cidinho e Doca (1994); *“Eu só quero é ser feliz / andar tranquilamente / na favela onde eu nasci / E poder me orgulhar / E ter a consciência que o pobre tem seu lugar [...]”*. No entanto, cabe afirmar que a sonoridade e os gêneros musicais variam, mas a função social da música, em especial, as de raízes periféricas permanecem sendo acionada durante décadas e mundo afora como um poderoso meio de protesto.

As referências musicais historicamente referendam-se às nossas vidas nas favelas e, talvez um dos instrumentos culturais mais antigos e importante de exposição da favela. Em demarcação, o Rap, evoca-nos num movimento contrário aos estigmas para se ocupar desse lugar de fala, historicamente, e ainda na contemporaneidade. Entretanto, facilmente percebido na estrofe dos MC's, encontramos na escrita seu refúgio. O rap, nos becos e vielas, nas quebradas é mais do que música é um grito de revolta, portanto, é um movimento de luta por direitos as vidas das negras e negros.

### Capítulo 3. CONSTRANGIMENTO PEDAGÓGICO

Nos capítulos anteriores, caracterizei os racismos estrutural e territorial como motor da história brasileira e os analisei em diferentes representações negativas sobre as favelas. Destaquei, igualmente, como essas representações se difundem e se assentam no imaginário social, mesmo entre as/os moradoras/es da comunidade, impedindo um reconhecimento mais claro dos problemas estruturais das favelas e o desenvolvimento de políticas públicas e sociais em médio e longo prazos. Em seguida, apresentei algumas vozes “de dentro”, de faveladas e favelados, que além de questionarem essa mentalidade racista e denunciarem seus fundamentos históricos, mostraram ao longo de toda a história sua potência intelectual e criativa.

Neste capítulo, vou retomar minha história de vida e como meus conhecimentos se constituem por meio das minhas experiências, tanto as difíceis como as desafiadoras, porque para um favelado não existe caminho e conhecimento fáceis. Quando um favelado e ativista social chega à universidade para trazer à tona essas questões, ele precisa desestabilizar um *modus operandi* acadêmico e científico que se constitui sob as mesmas premissas do racismo territorial. Ele precisa desconcertar a linguagem que, ao modo dos *rappers*, transforma palavras em instrumentos de denúncia, de luta. O “constrangimento pedagógico” é o efeito consciente que busco nessa ação de desestabilização do *status quo* acadêmico e científico. A palavra nua e crua em que cada leitor/a é convocado a rever suas posturas racistas. Que desestabiliza os discursos prontos das Ciências Humanas que sequestram os lugares de fala das comunidades e das/os moradoras/es.

O “constrangimento pedagógico” vai questionar também a transformação da favela e das/os faveladas/os em vítimas da história, em objetos de pesquisa, em ratos de laboratório. No presente capítulo, nasce o favelado pesquisador, que convida as/os leitoras/es para conhecer os becos e vielas da favela do Parolin, em Curitiba, para pensarmos como o racismo territorial se configura na realidade contemporânea. Mas, o favelado pesquisador não anda sozinho, não produz o seu conhecimento em um gabinete. Em primeiro lugar, ele chama “as/os trutas”, “as/os crias”, que como ele são observadoras/es da realidade política e social do país, que como ele são *sujeitos* da história e do conhecimento. Então, chega mais, vem conhecer as/os crias e ver do que elas/es são capazes!

#### 3.1. Eu sou favelado, ativista e pesquisador



Nasci em 1974, anos depois de o IBGE começar a utilizar o termo “aglomerado subnormal” para se referenciar as favelas do Brasil. Na época, tive aquela vida, meus pais trabalhavam e, o dia todo, eu ficava pelos becos, onde fui criado por vizinhos. Isso na favela do Alvorada, na cidade Sarandi, Paraná. As ruas de terra batida foram o meu quintal.

Vivi minha adolescência em um “aglomerado subnormal”. Em 1985, fomos morar na favela do Moro, em Itabuna, na Bahia, onde tive que aprender a fazer tijolo para ganhar dinheiro. Por semanas varávamos as madrugadas queimando tijolos, os dias vendendo tomate na feira ou colhendo cacau nas roças para sobreviver. Com quinze para dezesseis anos de idade, no ano de 1999, voltamos ao Paraná, fomos morar no Ana Rosa, em Cambé. Onde conheci o crime, as lutas sociais e a violência do Estado. Foi quando vivenciei as mais diversas armadilhas do racismo territorial, ao ser constantemente abordado por policiais ao sair do “aglomerado subnormal” para ir à escola e ao entrar no banco e não saber porque todas as vezes a porta giratória travava.

É por meio de termos discriminatórios, racistas, que eu e todas/os da minha geração fomos discriminadas/os, sequestraram os nossos direitos de localidade e de raça. Éramos mutiladas/os culturalmente, sequestraram os nossos direitos de se identificar e, nos perseguiram, nos caçavam e nos silenciavam desde o berço. Hoje sei que, por ser pardo, morador de uma favela, sofri as consequências dessas imposições semânticas, é sobre isso que trato nesta pesquisa e como as afirmações semânticas e ou escritas contribuem para a amplitude do racismo territorial. Foi neste emblemático ecossistema periférico que os meus pais me criaram.

Em 1981, eu era alegre, extrovertido na escola. Logo, me fechei ao mundo, meu semblante ficou austero. Aquele que falava com todas/os, se fechou e passou a colecionar ódio e rancor, tornou-se arredo. Pois, foi nos corredores que me apresentaram com as violências, racismo, por eu ser negro e favelado. E por consequência dos estigmas de anos e devido às minhas características e localidade, onde habitava, me sentava ao fundo das salas de aula, escondendo-me. No mais profundo da minha alma torcia para não ser visto pelos adolescentes brancos e por alguns professores.

A cada apelido, sátira e agressão (racismo recreativo) verbal e física (racismo estrutural), por estar, eu com os pés sujos de barro vermelho e pegajoso após uma abençoada chuva de verão, e por eu ser negro e favelado (racismo territorial) não contive o enrijecimento ao me ridicularizarem, marginalizarem, invisibilizarem, desumanizarem – reforço isso é o racismo territorial. Na época, aprendi que devia trabalhar para

complementar a renda familiar e não estudar, todavia, não por escolha própria, pois na minha mente seria esse o caminho mais óbvio para fugir dos meus algozes. As salas de aula para mim nunca foram um ambiente acolhedor e, sim, violento.

(Re)afirmo, amigas/os não tiveram tamanha sorte de benção que eu, de estarem vivos para contar as suas histórias, testemunhar, falar. E são essas, partes das minhas vivências e que não diferem de outras vivências das negras/os faveladas/os na contemporaneidade e que me impulsionam ao debate público. Após décadas, tudo o que vivenciei por ser *cria*<sup>71</sup> da favela é realidade atual e toda essa exclusão afia meu cérebro para esta discussão crítica. Agora podem atirar pedras, mas saibam que as dores, de muitas mortes e lutos, me tornaram uma pessoa resistente e, todavia, as ressurreições são ainda mais poderosas e esta ideia de voltar para as salas de aula é por acreditar na educação e saber que ela é revolucionária.

Mas só eu sei o que o racismo territorial me tirou e me deu. É a partir das minhas lembranças que apresento aos leitores este favelado, indignado, e ao trazê-lo às memórias que vão ao encontro dessa realidade contemporânea de estigmas, que me fazem também um pesquisador. Deu para perceber que tive uma vida complicada e desafiadora, inúmeros imprevistos e frustrações passaram a fazer parte da minha vida e, não por ser mais um ser humano vivendo em meio ao caos nas vielas, nas décadas de 70, 80 e 90, mas, por ser um ser humano negro e favelado, invisibilizado no asfalto.

Depois, nos anos 2000, através de leituras e do letramento racial, em contato com ativistas, compreendi como operam os tentáculos dessas perseguições e como combatê-los. Por conta da minha cor me condenam, antes do juiz bater o martelo, antes que tenham deferido a sentença. Por outro lado, meu pensamento se articula dessas dores, principalmente por observar que entre os meios de comunicação e de pesquisa que identificam as favelas por um lugar de propagação da violência, miséria e banditismo, e associam tudo isso à cor da nossa pele.

Volto a enunciar e a ocupar meu lugar de fala, não só como pesquisador/historiador, mas, como ativista (RIBEIRO, 2021). Considerem que quem vos fala é um favelado com formação, imerso nas lutas sociais e, ao mesmo tempo, ativista social. Contudo, são esses os atributos que me guiam como um pesquisador, é a ciência histórica e meu dever enquanto ativista. É sobre isso que reflito, em cada capítulo, em

---

<sup>71</sup> “Cria” é um dos termos mais comuns nas periferias, “cria de favela”. É utilizado pelas pessoas que nasceram, cresceram e vivem nas favelas, para identificar as pessoas conhecedoras de lugares da sua periferia.

cada palavra empregada, em cada reflexão ou parágrafo deste estudo e, a cada linha escrita, uso e reafirmo: utilizando a análise científica, as minhas dores, as minhas cicatrizes, e tudo isso para contrapor o racismo existente.

Essas dores e cicatrizes são resultado de alguém que cresceu sendo rejeitado no asfalto devido à cor da pele e devido ao local de moradia. Dito isso, repito, eu não tenho medo das minhas verdades. Não estou mais tentando provar nada para ninguém, não busco estar no pedestal. Pois, depois da invasão colonial, escravidão e a ditadura; a guerra às drogas é a atual ferramenta de controle violento de corpos negros e periféricos no Brasil. A segurança pública na favela segue a lógica policial de nos observar pela mira do fuzil. Atiram para depois perguntar o nome, os corpos ilustram o circo dos horrores.

Compreendo que, para superar as exclusões evidentes, é necessário dialogar não apenas com as ciências, mas também com as políticas públicas e com o Estado. A título de exemplo, recordo as frequentes abordagens policiais, todas às vezes em que saía da favela para ir à escola – uma situação que não acontecia com os adolescentes brancos. Uma situação que tem como principal elemento opressor, o Estado. Desse modo, o Estado não é só operacionalizado para promover desigualdade, mas, promotor da justiça social. Não posso negar às/aos leitoras/es que, ao me aprofundar, deparo-me com os meus próprios sentimentos e com os de muitas/os outras/os faveladas/os.

Isso ocorre porque sou um favelado e, conseqüentemente, falo a partir desse lugar de vivência e de dor. Muitas vezes, esse ponto de vista é silenciado pelo Estado. Nesse sentido, reflito sobre alguns princípios que considero importantes, tanto no campo acadêmico quanto científico, quanto por meio dos valores adquiridos nos becos. Reconheço que trago para essas linhas uma intensa carga emocional e é um dos motivos que me leva a trazer esse debate para o âmbito da academia e da ciência. Dessa forma, esta pesquisa surge do ponto em que tais interpretações decorrem de uma vida que se desenrola diariamente diante dos meus olhos. Ela faz parte de mim! Não só as dores de um ser humano que foi rejeitado nas salas de aula, na universidade, no asfalto, no trabalho, mas, por toda uma vida.

### **3.2. Constrangimento pedagógico**

Os dados do racismo estrutural são incontestáveis e demonstram que o capitalismo no Brasil é uma máquina de eliminação de corpos pretos (MBEMBE, 2022). Como podemos fazer frente a isso? Como resistimos a esse massacre? Com palavras bonitas? Com, “sim senhor obrigado”? Neste subitem, quero afiar minhas palavras e preparar um

contra-ataque, armado com a consciência, desenvolvendo uma metodologia dura, mas pedagógica, trabalhosa, mas pedagógica, feita para constranger o racismo e despertar a humanismo.

Primeiro, vamos voltar aos dados. De acordo com o IBGE, jovens negros com idade entre 15 e 29 anos, têm 3,3 vezes mais chances de morrer assassinados do que jovens brancos. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública, de 2023, levantou que das 47.508 mortes violentas no país - causadas por homicídios dolosos, morte em razão de intervenção policial, latrocínio e lesão corporal seguida de morte - 91,4% eram de pessoas do sexo masculino, 76,9% negras, 50,2% eram adolescentes e jovens.<sup>8</sup> Segundo o levantamento, negros ainda são os principais alvos da violência generalizada no país e são 83,1% das vítimas de intervenções policiais.

Na interseccionalidade entre gênero e raça, o cenário é ainda mais sinistro. Pelo 15º ano consecutivo, o Brasil lidera o ranking mundial de assassinatos de pessoas trans. Em 2023, superou o México e os Estados Unidos, 94% delas eram mulheres trans/travestis pretas e ou pardas. A autora do dossiê, Bruna Benevides destaca a necessidade de um posicionamento contundente por parte de diversos setores da sociedade em relação à essa situação no país. Embora possamos ver e saber quem são as vítimas dessa barbaridade. Uma pesquisa do Instituto de Defesa do Direito de Defesa (2022) em colaboração com o Data\_Labe mostrou que 46% dos entrevistados negros tiveram sua raça/cor mencionada por agentes de segurança pública, em comparação aos 7% dos brancos. Esses dados deixam transparecer todo esse processo segregacionista e, como uma dessas milhares de pessoas que sofrem, não tenho o privilégio de me calar. E afirmo, não é coincidência!

Partindo dos dados, eu ocupo meu lugar de fala, como porta voz, de acordo com Licia Valladares (2005, p. 162): “pelo surgimento de um novo tipo de ator: aquele oriundo da favela com um diploma superior.” A partir disso, os meus desafios como ativista se multiplicam, e preciso denunciar essas práticas para promover uma evolução dos discursos, para inclusão e reconhecimento desses territórios. Enquanto não entender que somos uma das nações do globo terrestre que não promove a real justiça social, vamos seguir compartilhando todos os desafios que a pobreza gera, vamos continuar sendo um país que não enfrenta na *práxis* os colapsos sociais, ao mesmo tempo em que gera os colapsos raciais. Escrevo, então, para revolver as minhas próprias angústias, escrevo

---

<sup>8</sup> Disponível em: <<https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/6b3e3a1b-3bd2-40f7-b280-7419c8eb3b39>> Acesso: 22/03/2024.

mediante as memórias ancestrais, escrevo para denunciar as violências contra os corpos negros, favelados.

Escrevo para denunciar que vocês, leitoras e leitores, são parte direta na promoção do racismo territorial. Por outro lado, as possibilidades concretas que se integram essa pesquisa, ainda me nutrem e me encorajam contra os estigmas e reconheço os percalços, as dores e angústias, desalentos, mas não esqueçam que somos nutridos de sonhos, de ódio e da vontade de vencê-los. Esse verbo “sonhar”, não é apenas um ato político necessário, mas também uma construção histórico-social. Como nos lembra Paulo Freire, o “sonhar” faz parte da nossa natureza humana que, dentro da história, se acha em permanente processo de tornar-se, de devir (FREIRE, 2015, p. 126). E essa proposição é coerente com minha teoria dialética de compreensão do racismo territorial.

Observo um elo de valor incontestável, um espaço de sonhos que entrelaça uma relação entre o presente e o passado, encontro que se torna promotor de desenvolvimento, contra a força da exclusão e do aniquilamento. Em decorrência da reflexão freiriana, os meus contornos e memórias definem o reencontro com meu lugar de fala. A pedagogia do constrangimento, portanto, é a desconstrução radical dos estigmas, que denuncia e provoca a repensar as relações interpessoais e os discursos midiáticos sobre os territórios periféricos, e pretende promover uma outra postura da Academia, uma relação colaborativa com o saber. Nas palavras de Luís Kehl (2010, p. 19):

Somente entendendo a herança que transportam por seus becos e vielas, que guardam em quintais e barracos, que conservam ainda nas rodas de conversa, nas formas de entendimento do próprio espaço e do não-tempo em que se inserem, seremos capazes de interagir com essas comunidades, não para inclui-las em nosso próprio paradigma, mas para retirar as barreiras que lhes são impostas pela precariedade e pela escassez absoluta, e que nos impedem de vê-las tais como são.

Kehl propõe uma aproximação, “pisar nesse chão devagarinho”, ouvir mais do que dizer, é o pesquisador que se transforma na relação com as/os moradoras/es, mas, o autor ainda reitera uma visão racista, a “precariedade” e a “escassez absoluta”, o que quer dizer com isso? Somos nós que retiramos as barreiras, nós somos os *sujeitos* cotidianos dessa luta social. As barreiras, mentais e discursivas, estão na Academia, nesse modo de pensar dos brancos, a miséria é de vocês, os miseráveis são vocês!

Enquanto favelado, ativista e pesquisador, presidente estadual da Central Única das Favelas do Paraná, eu tenho uma linguagem e um entendimento diferenciado, “eu sei” e estou à frente da maior instituição de favela do mundo, atuando em mais de cinco

mil favelas brasileiras, estabeleço um novo diálogo mais profundo e (re)conheço e valorizo nossos lugares de fala e de saber.

Reitero às leitoras e aos leitores que as formas de resistência adotada nesta pesquisa junto às favelas, buscam promover no seu cerne o enfrentamento às condições de marginalização das pessoas e quer varrer das mentes os modelos excludentes. Onde há “precariedade” e “escassez absoluta” não existe *sujeitos* e saberes, a visão missionária e paternalista, que ainda predomina na Academia e no “politicamente correto”, tensiona a visão genocida, mas ainda sequestra nossa agência, quer falar em nosso nome, “pobres coitados”. Por isso, construo uma pedagogia de desconstrução mental, reafirmando que esta visão salvacionista, presente na grande maioria das/os pesquisadoras/es, jornalistas/es e o “pessoal de esquerda”, ainda impõe sua lógica, valores e discursos “de fora”. E na produção acadêmica, como enunciamos no capítulo anterior, sorriem, empáticos com nosso sofrimento, para entrar na favela e, depois, defendem suas dissertações e teses para nunca mais aparecerem na favela. Ganham um novo título e se vão! A pesquisa-ação é o motor do meu trabalho e o reencontro com as vozes e saberes da favela, o meio de atuar e transformar a sociedade como um todo.

Possibilitando à leitora e ao leitor “ver a favela pelo olhar do favelado/pessoa”., como diz Licia Valladares (2005, p.160 e 161): “os pesquisadores deveriam ser os primeiros a denunciar essa visão redutora, mas, ainda que a referida representação tenha certos efeitos benéficos, dentro de uma lógica ‘militante’ que apoia as reivindicações dos moradores, ela também tem efeitos de ocultação ou de codificação dos problemas sociais”. Eu, como sujeito envolvido nesse processo de reconfiguração, luto contra as formações dos discursos negacionistas, cumprindo de forma crítica esse papel de polemizar as realidades.

### **3.3. Lugar de fala dos crias, visibilidade e invisibilidade territorial**

Durante toda construção desta pesquisa procurei evidenciar a necessidade de se ampliar o entendimento sobre o “lugar de fala”, para ele ser o lugar de fala do pesquisador favelado e o de suas/seus interlocutoras/es nas comunidades, por meio da ideia da pesquisa colaborativa. Agora, chegou a hora de colocarmos isso em prática: a favela falando sobre a favela. Nosso percurso será totalmente conduzido pelas falas das/dos faveladas/os e, dentro desse recorte, temos as pessoas contando suas histórias e suas experiências na “cidade modelo”, Curitiba. Neste subitem, vamos tensionar esse ideal da cidade da branquitude, a cidade higiene (Higienópolis), com a cidade real, composta por

periferias e favelas. Neste momento não há lugar para a invisibilidade. É hora de abraçar a visibilidade desses territórios e, como aliada, esta pesquisa é uma ferramenta poderosa para construir sua visibilidade histórica.

Entendemos que, ao construir este espaço de fala objetiva, em que a narrativa seja contada totalmente a partir do ponto de vista da experiência local, quando se pensa nesses atores como portadores de suas histórias. Os próprios sujeitos expressam suas experiências e vivências, como sugere Sandra Nodari (2006, p. 123):

[...] a busca é por apresentar o termo Lugar de Fala como sinônimo de visibilidade de quem fala e de audição ao que é falado. O que quer dizer que uma pessoa fala e é ouvida por outras, todas com a possibilidade de falar e com suas vozes visibilizadas de seu lugar na sociedade e, principalmente, sendo ouvidas.

É hora de adentrar os becos e vielas do Parolin para desenrolar a história da favela no corpo a corpo. E demonstrar como as realidades destoam do enredo oficial, meu principal interlocutor será o líder comunitário Edson Pereira Rodrigues, mais conhecido na comunidade por Edson do Parolin, ele carrega a favela no seu nome, no seu coração e na sua memória.

As trocas de saberes são fundamentais, são ricas e engrandecem esta pesquisa, com o desafio de captar os sentimentos e as experiências e, assim, construir minha análise científica. Por meio de suas análises e narrativas, eu me aproximo dessa realidade comunitária, em especial, eu a enxergo de dentro para fora, ativando a dupla consciência da pessoa preta que analisa a cidade, o país e o mundo por meio da sua localidade, da sua visão privilegiada das contradições sociais. Conhecia o Edson há muito tempo e, ao longo de 2022, fiz uma série de entrevistas para compor essa análise do Brasil favela. Reconhecendo mais do sujeito em seu espaço torna-se uma descoberta de novas possibilidades que não posso colher em bibliografias. Pois, minha experiência é embebecida junto ao líder comunitário e, ele possibilita uma releitura da qual me leva ao conhecimento in loco e, vocês na desconstrução conceitual apresentado pelo empirismo.

E para isso, registro todas as falas em meu diário de bordo, tudo o que ouvia e percebia ao meu redor. Anotei especificamente as relações informais a partir das interações interpessoais. E essa é uma proposta que se desvencilha do objetivismo científico dogmático. Mas, como os contextos são fontes inesgotáveis de conhecimento e, por ser favelado, também se tornam os meios para desvendar os simbolismos, contudo,

não finda esta análise e, até porque podem ser um novo caminho para outros pesquisadores negros e favelados se permitirem experimentar e do seu lugar de fala.

Neste processo de troca entre morador e pesquisador, ultrapasso as aparências, dando profundidade ao processo científico dessa análise. Foi possível realizar entrevistas com as pessoas nas varandas das suas casas, nos becos, embaixo de uma árvore ou sob um banco velho de madeira. Edson possibilitou-me acessar os becos e vielas, conhecer o favelês<sup>9</sup> dessa comunidade, vivenciar as relações simbólicas e os sentimentos de um povo, que em seu espaço territorial tem uma profunda relação empática. A escolha das conversas foi aleatória ou de acordo com as disponibilidades dos moradores em nos receberem.

Até porque quando isto acontece acredito na transformação, de sermos transformados pela troca de experiência na vivência cotidiana, pois, o que prevalece dessa relação são os diálogos de saberes, que são horizontais. Entendo as entrevistas como um espaço de produção e de enunciados que se alteram e constroem sentidos. Muitas dessas conversas foram anotadas, gravadas em vídeo e/ou áudio, posteriormente transcritas. Pude acessar saberes, fazer parte um pouco das suas vidas, acessar os motivos que os movem e os sentimentos de luta que os impulsionam. Estar com um povo tão sofrido me possibilitou acessar a realidade de desigualdade gritante, mas, ao mesmo tempo, acessar uma comunidade potente.

Tudo isso, pelo uso do modelo de entrevista aberta, de acordo com Robert Bogdan e Sari Biklen (1994) este é o melhor instrumento de abordagem para se compartilhar as particularidades, quando cada um puder falar abertamente, livre. Entendendo as entrevistas como produção linguística, uma vez que esta se realiza pela interação verbal e pelo caráter dialógico. Como nem tudo são flores, na primeira vez que fui na favela, no dia 20 de março de 2022, sofri uma abordagem policial: “quem é você? O que vai fazer aqui na favela? O que tem na bolsa, é usuário?” “Sou mestrando em História, estou fazendo uma pesquisa sobre a favela do Parolin.” Ao que o policial respondeu: “Sei, mais um daqueles maconheiros dos direitos humanos, logo vai ligar para ser resgatado daí de dentro, mas, com essa cara, acho que não vai precisar”.

Sem saber, me convidaram a sentir novamente ódio de minha adolescência, mediante uma abordagem policial truculenta. São os sentimentos impactantes, que

---

<sup>9</sup> Para contextualizar, favelês não é uma gíria, gírias são expressões únicas utilizada geralmente em contextos informais, ou seja, naquele bate papo com os aliados da favela e pode ter um ou mais significados. Favelês é toda a dinâmica da língua falada nas favelas, que varia de acordo com os territórios, faixa etária, grupos específicos, gênero etc.



sempre ativam as nossas memórias, o negro drama! Ainda mais quando esses encarregam-se de nos marginalizar e foram essas dores que ampliaram o meu olhar frente às realidades que me cercam. Não obstante, sei que foi no asfalto que vivenciei os piores momentos da minha vida, o racismo territorial. Nada mudou após quatro décadas.

O tempo se encarregar de romper com os nossos laços de amargura, mas, os instantes vividos nas vielas me possibilitaram observar de onde venho e para onde vou, sobretudo, as formas poéticas da vida nos becos em meio às dores.

Tratando-se de uma escrita crítica que se associa à luta anticolonial. Não é somente nas palavras dos “agentes” que noto essa discriminação territorial, como afirma R1: “ao andar na favela na madrugada indo ao trabalho, tenho mais medo da polícia do que dos bandidos” (entrevista, 20 de março de 2023). As experiências e muitas delas vivenciadas na adolescência não só são as marcas profundas do descaso, destroem nossas mentes. Nada mudou e poucas são as esperanças de mudança.

Nesta linha de pensamento, fazendo parte da própria situação de pesquisa, não existe neutralidade, minha posição e ação são também o fruto dos efeitos racistas, que se constituem dos elementos de uma vida nos becos. É nos becos que o Estado e o racismo aperfeiçoaram suas formas de matar, atualmente os corpos podem sangrar nos becos e vielas, podem sagram ao vivo e para todo o mundo, na mídia, na festa da barbárie. Quando penso na criminalização das pessoas negras, lembro das palavras de Clóvis Moura (1994, p. 213):

A própria criminalidade do negro, já apontada tantas vezes e estatisticamente demonstrada na área do crime, da pobreza, nasce – fundamentalmente – da situação socioeconômica na qual ele se encontra na sociedade abrangente (discriminatória), mas, também estipulada pela necessidade de destruir o tampão compressor que o oprime econômica, cultural, psicologicamente através da série de valores brancos.

E isso se deve às forças e aos hábitos colonialistas que negligenciam os corpos pretos. Nado contramaré e estou consciente de que inferiorizam não só as pessoas e os seus territórios, igualmente, invisibilizam, por meio da criminalização, a história de um povo que construiu esse país. A escolha desse caminho me levou a pensar a favela do Parolin, sendo um local habitado por pessoas de baixa renda, com vulnerabilidades socioespaciais.

Enfim, concludo, imerso somos num índice de violência altíssimo e ao mesmo tempo, me elevo as compreensões acerca destas problemáticas e, através do sentimento

de pertencimento que acredito, entre essas pessoas que podemos superar. Mas, sobretudo, através das pessoas que vivenciam em seu espaço, entre becos e vielas, entre os seus símbolos e o seu chão, que vivem das suas histórias e das memórias e que as revelam pessoas potentes.

### **3.4. Curitiba, *marketing* territorial e a favela do Parolin**

O favelado, ativista e pesquisador passa, agora, a analisar como o racismo territorial se constitui na cidade de Curitiba. Vamos conhecer as vozes, movimentos e escritas que surgiram na favela para representá-la a partir “de dentro” e apropriar-se do direito de fala e de autorrepresentação, nos campos culturais, artísticos e intelectuais. Vamos partir de um depoimento de uma liderança da favela do Parolin, o Edson do Parolin:

A favela sempre foi apresentada pelos estudantes como um problema social, as mídias mostram a gente como violentos e que vivemos às custas dos governos. Para muitas pessoas somos o problema e os piores seres humanos, ladrões, traficantes, vivemos às sombras da marginalização e sobre os olhos de um tribunal, os ricos esperam que erremos para sentenciar, errar é fechar a avenida pedindo mais política pública, imaginam o que não somos e nos condenam pelo que acham que somos. Nunca aos olhos deles seremos aqueles que entram na faculdade que empreendem e geram renda ao país, na pandemia não entramos em *home office* para que o país continuasse gerando renda. (EDSON, entrevista 10 de abril de 2023).

Na passagem, Edson expõe dois possíveis cenários, no primeiro destaca a importância de pesquisas na identificação e na desconstrução de realidades imaginárias que invisibilizam as favelas, sobretudo por aquilo que elas não são. No segundo, o poder que as afirmações negativas têm de reiterar estigmas sobre as comunidades e os moradores.

Assim, sigo na busca de traçar um panorama que gere um incômodo pedagógico e um novo delineamento sobre o racismo territorial. Ao me deparar com as palavras de Edson, me sinto confrontado com as seguintes perguntas: por que ainda estou tentando discutir sobre um sistema opressor quando todos já sabemos disso? Quais são as vozes que precisam ser ouvidas e não estão à mesa nessa discussão? Para realmente me aproximar da realidade vivida procurei ouvir o Edson do Parolin, líder comunitário e morador da favela de Curitiba.

Utilizo esse olhar objetivo e mais empático da realidade para oferecer aos leitores e pesquisadores uma perspectiva diferente, que não é imparcial frente aos estigmas e

discriminações e pode dar elementos para o desenvolvimento de uma linha de investigação independente, sem os vícios de um “olhar de fora” que, como discutimos ao longo dessa dissertação, transformam a favela e as/os faveladas/os em estigma e em objetos de pesquisa. A nossa aproximação por um “olhar de dentro” pretende transformar a favela e as/os faveladas/os em *sujeitos* de pesquisa, em observadores e pesquisadores de sua realidade social (ANGILELI, 2007). Na expressão de Cecilia Angileli vamos fazer pesquisação, quando a pesquisa é ação e transformação social, além de coletiva, colaborativa.

É também a chave para se alcançar novos horizontes interpretativos, reconstruir as conexões significativas em relação à favela do Parolin para ela ser reconhecida pelo que é e pelo que pode oferecer. Para que a favela e seus moradores se tornem visíveis, para que estejam presentes na vida da sociedade de forma positiva e possam ser vistas por suas potencialidades. Vistas de dentro, como parte da cidade e da sua história, porque o imaginário simbólico negativo bloqueia as possibilidades de conhecimento, que são muitas e potencialmente transformadoras. Então, vamos lá, a Parolin “vista de fora” como a vizinha indesejada da capital modelo, da cidade moderna, que evidencia o gigantesco abismo de desigualdade social, tem história, é parte da cidade que a deseja negar.

Parolin, como outras localidades periféricas, está próxima do centro de Curitiba, como a favela das Torres, favelas que são escondidas propositalmente aos olhos de quem as visitam e igualmente aos olhos dos poderes públicos. Conhecida mundialmente, a capital paranaense é subdividida entre o centro, os bairros de elite e as favelas. Para Figueiredo (2012), esta ideia de cidade modelo se apoia numa estratégia desenvolvida pelo poder público na década de 1990. Essa ideia negligencia os territórios periféricos. Para Figueiredo, Curitiba é uma cidade reconhecida não apenas pelas suas soluções inovadoras e tecnológicas, mas, justamente, pela forma como se vende esse modelo urbano de cidade, por meio de propagandas, para convencer a população e às mídias de que a ideia de uma “cidade perfeita” existe e pode ser reproduzida (FIGUEIREDO, 2012, p. 21). Todavia, entre as capitais brasileiras, Curitiba se lançou à frente, ela foi pioneira em utilizar de elementos midiáticos para sua autopromoção e em associar o seu projeto municipal ao *marketing* territorial.

Além de atrair setores empresariais, ela procura atrair a confiança dos seus moradores, que agem como se as mudanças fossem um desejo nato de todos e para todos. Figueiredo (2012, p. 21), então, nos lembra: a “cidade perfeita” é uma construção simbólica e uma realidade para uma parcela muito limitada da população. Por isso,

caminho pelos becos apresentando justamente as vivências de uma realidade negligenciada, de uma cidade apagada pelo *marketing* territorial, para produzir uma tensão, um constrangimento mesmo, que incomode os curitibanos e paranaenses puritanos que negam veementemente a existência das favelas na cidade e no Estado. Quero ressaltar ainda, que essa ideia é um produto de publicidade na vitrine global, onde poucos cidadãos têm acesso as faturas, principalmente quando fazemos um recorte da vivência da cidade pelos moradores da favela do Parolin. Ao observar que a favela está historicamente integrada à cidade, emaranhada aos bairros nobres, os favelados estão apartados desse glamour, das longas e lindas avenidas floridas e arborizadas, revelando, assim, um gigantesco contraste social visual para quem passa e ao mesmo tempo um certo incômodo para quem se depara com tamanha desigualdade no coração da cidade modelo. De fato, os favelados não usufruem desse oásis, só são aceitos aí de passagem, quando estão servindo os endinheirados.

Isso marca a precariedade social desses territórios, mas, sobretudo, o modo de funcionamento da economia e da política das cidades modelos. Alimenta a ideia de uma outra camada social subalternizada, fundamentando e legitimando novas formas excludentes. Não à toa, o perímetro caracterizado como espaço fora da normalidade, definido como “subnormal”, é habitado por sujeitos marcados para morrer (porque a polícia entra atirando nas favelas), são territórios ameaçados pelas remoções e que negociam com o sistema político a cada eleição sua permanência e a sua sobrevivência, ou seja, é essa população invisibilizada que sofre as barbáries do sistema excludente.

Como destaca Edson: “os ricos não querem os favelados ao seu lado [...]”; “a má fama vem da mídia que mostra só os problemas [...], que mostra nossa gente e da pior forma” (EDSON, entrevista, 10 de abril de 2023). A percepção negativa produzida pela mídia e representativa do pensamento das elites se difunde para outros contextos sociais, nas palavras do Edson: “Como líder comunitário atendo todos meses estudantes que querem estudar a violência na favela, toda semana tem alguém aqui querendo saber dos problemas e nunca das mudanças, dos programas sociais desenvolvidos pela própria comunidade [...]”. Pessoas supostamente esclarecidas vão às favelas para estudá-las como um “problema social”, com uma imagem preconcebida de carência, achando que tem uma missão a desenvolver nos territórios, em uma perspectiva salvacionista que ecoa a visão missionária de Sarah Carvalho, que discutimos acima. Assim, as representações racistas se disseminam e se sedimentam no senso comum e no imaginário social. Na conclusão

do Edson: “no olhar desse povo somos os piores seres humanos [...]”; “no imaginário desse povo, na favela só tem bandido [...]” (EDSON, entrevista, 10 de abril de 2023).

Na sua gênese, o Parolin, assim como outras favelas no Brasil, não nasceu do lixo e nem do luxo, mas das lutas ou necessidade por moradia digna, surge de uma massa empobrecida que resiste aos estigmas urbanos e, na capital do luxo, é mais um povo que luta contra as enchentes e o racismo territorial. Repetem-se nas palavras do líder comunitário as provocações e afirmações que nos convidam a refletir sobre a importância da exposição de um outro cenário, onde a visibilidade é sinônimo de vitalidade, ou seja, de potência.

Esse entendimento me conduz a analisar as camadas mais profundas, em que as reflexões do Edson se encontram com os ecos do pensamento negro, nas palavras e ideias de Maria Carolina de Jesus (2020, p. 37): “Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de veludo, almofadas de cetim. E quando estou na favela tenho a impressão de que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo.” Ambos revelam as favelas que são postas como o único e gigantesco problema, em oposição ao paraíso da “cidade perfeita”, que configuram a segregação espacial na lógica do racismo territorial.

O eco dessas vozes negras aproxima os dois contextos como experiência vivida no Pós-Abolição, que se associam aos processos de reificação das pessoas negras, as afirmações são semelhantes em tempos cronológicos diferenciados, mas as dores perpassam as gerações e chama nossa atenção ao evidenciar essa exclusão social entre a favela e o centro urbano. Nitidamente, Carolina e Edson despertam nosso sentimento e nossa consciência para a cidade subdividida entre dois mundos, para a segregação existente na metrópole. Enfim, as objetivações são uma parte constituinte dessa realidade de exclusão e a ruptura com esse estado de coisas parte dos encontros com Edson do Parolin, que afirma:

A favela foi esquecida de certa forma, e não só pelos políticos do nosso país, as pessoas na grande maioria sabem que ela está ali, sabem que ela existe, sabem que as pessoas que trabalham no centro são das favelas, nas suas casas, nos mercados, nos postos de gasolina, sabem que os recicladores são da favela, mas, quando é para qualquer outra discussão, não existe. Mas, se ligar a televisão as favelas estão lá para todo mundo ver. Somos tratados como objetos descartáveis, quando precisam pegam, quando não precisam descartam (EDSON, entrevista, 10 de abril de 2023).

Ao final, ambos falam da dor da exclusão. Estas representações ilustram os estigmas que se perpetuaram e desencadeiam um processo de negação das favelas e/ou das/os faveladas/os. E Curitiba não foge à regra, muito pelo contrário. Procuo me articular ao saber local, cuidando para não expor, nem construir uma análise colonial ou dogmática, mas, uma análise humanista que nos proporcione romper com os paradigmas contemporâneos que ainda permeiam os nossos territórios. Pretendo, ainda, descortinar o modelo acadêmico elitista, pois é fácil julgar e condenar as pessoas segundo critérios imaginários ou simbólicos. Precisamos pensar uma nova forma de estudar as favelas, como pensá-las cientificamente como parte deliberadamente invisibilizada das cidades.

Esse entendimento me leva às dimensões geográficas e de meu interesse com um plano de pesquisa mais lógico e real. E faço essa afirmação para então seguir reformulando as considerações ao que entendo por racismo territorial, entretanto, as favelas como espaço urbano de muitos saberes, plural e potente, porém, esses são constantemente convidados a se retirarem das mesas de discussão. Mais do que nunca, é necessário destacá-las, é crucial. Em um universo movido pela informação negativista, ser notada é abrir outras portas, é conectá-las com outras oportunidades e reenquadrar certos entendimentos em relação às narrativas. A exposição não é apenas algo bom; é um catalisador para o crescimento de outros entendimentos e, entre eles, o científico.

Pois, os discursos mais racionais e mais próximos dessa realidade que apresento se reestruturam na afirmação de Gomes e Mello: “o modelo racial brasileiro estrutura relações no cotidiano e em que medida essa estrutura racista se reproduz no espaço além do fator social” (2021, p. 26). Como já afirmei anteriormente, esse é um modelo de explicação que faz total sentido para mim. Como esboçado pelos autores, surge, então, a necessidade de expor minha compreensão do Parolin, baseando-se na identidade local como elemento de interpretação.

Isto impõe-me, ainda mais, a compreender sobre a instrumentalização teórica e prática para o conhecimento dessa realidade, no caso, a da favela do Parolin. Isto é, trata-se de uma pesquisa que se preza pelo dialético e se guia pelo pensamento local. Assim como acontece com muitos ativistas sociais, ficam indignados ao ver pessoas agir de forma incoerente com discursos, por exemplo, jogar toda culpa dos problemas da sociedade nas favelas.

## Capítulo 4. SE A HISTÓRIA É NOSSA, ENTÃO, “DEIXA QUE NÓIS CONTA”

Proponho na introdução deste capítulo que você se imagine numa favela. Escolha uma que conheça ou que já passou por ela, em visita ou por algum outro motivo. Consegue visualizá-la? Então pense que está nela agora, entre os becos e vielas, caminhe. E aí, consegue ver? Crianças correndo, carrinheiros vindos de suas jornadas de trabalho, jovens indo para suas escolas e universidades. Tudo aparentemente normal entre você e as demais pessoas, mas são surpreendidos com a notícia de que estão proibidos de sair, por conta da entrada da polícia. O local é considerado perigoso e violento, local de banditismo, em que todos são suspeitos. Você sente medo!

Esse é o mote do espetáculo disseminado, que contém todo o enredo, as interpretações simbólicas, usados para julgar e sentenciar. Isso mesmo, a sociedade os julga pelo *medo branco*, onde não pode existir justiça. Por certo, é contra esse modelo simbólico e imaginário da sociedade brasileira que lhes convido a pensar no cenário em que a invisibilidade se tornou uma das formas de marginalizar as favelas. Para pensar nesse espaço e nessas pessoas de outra perspectiva, precisamos ouvir o Edson, no desenrolar das histórias, entre um beco e outro, vamos acessando aos poucos um universo mágico e instigante. A sua vivência, enquanto favelado, e as lutas que o caracterizam como líder comunitário.

Além de dominar os becos, ele, eloquente, vai tecendo suas narrativas e me entrega, entrelaça aos enigmas interpretativos e guia as minhas especulações, constrói uma atmosfera onde todos assumem, ao mesmo tempo, seu papel e lugar de fala, o medo cessa, já consigo enxergar. Esse trajeto será percorrido junto com o Edson do Parolin, cria da favela, liderança que nunca pôde ser uma vítima da história, porque vítima não fala, não pensa, não age. Edson do Parolin é sujeito da história e juntos, percorrendo esses becos e vielas, somos pesquisadores ativos e conscientes, somos agentes da nossa transformação social, esperamos juntos.

### 4.1. Parolin, entre becos e vielas, desenrolando com os crias

Eu vejo a favela do Parolin, e o Edson lê a paisagem histórica:

[...] luto por essa população, luto por essas pessoas com minha vida, povo aqui sofre, aqui mora um povo que sai cedo para ganhar seu salário honestamente, pega ônibus lotado para trabalhar, povo que corre atrás da melhoria, quando sobra um trocado investe no barraco, as tias, aqui acender as luzes dos barracos na madrugada para fazer café e quando tem, também são, elas, as últimas a saírem da favela para catar papel, ante do sol nascer,

em mais um dia de sol quente, na chuva ou no frio, voltam só a noite, algumas pega ônibus cheio, não vou negar não, às vezes, nem consegue retornar para casa, porque está ocorrendo tiroteio, operação policial. Ou quando não, o barraco é tomado pelas chuvas. Parolin, é no fluxo que desenrolamos as tretas [...] (EDSON, entrevista, 10 de abril de 2023).

O texto fala “de dentro”, mistura as dores viscerais de uma realidade que não pode ser conhecida pela forma literária, nem pelas análises acadêmicas, é uma fala de luta contra toda força colonialista, capitalista e segregacionista. São palavras que me permitem conhecer e lhes apresentar outras dimensões da luta pela sobrevivência, pessoas enfrentando as múltiplas formas de invisibilidade. Fischer (2012), esses enunciados implicam na existência de um acúmulo de memória e “[...] qualquer sequência discursiva da qual nos ocupemos poderá conter informações; haveria um processo de reatualização do passado nos acontecimentos discursivos do presente [...] (2012, p. 94)”.

Sobretudo, o que percebo, um reencontrar das minhas memórias passadas. São histórias que se recarregam de outras histórias. Essa rede de informações que, se forma me permite [...] descrever efeitos de memória, acessar redefinições, transformações, esquecimentos, rupturas, negações [...] (FISCHER, 2012, p. 95)”. Pois, são histórias de dores e mágoas, de vidas que, se reconstroem de outras épocas e lugares, fazem-nos revisitar, também nossas angústias, rememorar situações de conquistas e situações de derrotas, reconfigura-se da mente e dos significados do simbólico.

Para Bakhtin (1992) é esse o enunciado uma unidade real da comunicação discursiva. Eis que, desse processo interpretativo de Fischer, surge meu esboço de pesquisa e para pensar nas condições de emergência de uma pesquisa que revela mais das favelas para com as favelas. E o que descrevo sobre esse ponto não é um resgate crítico do contexto histórico, no Brasil, mas, as discontinuidades do reconhecimento da favela, o que se passou e as suas especificidades do Estado.

Tal genealogia não segue precisamente uma ordem cronológica histórica, mas, se efetua ou garante-se através de um gigantesco salto entre as fissuras históricas e, entre os acontecimentos. Reitero, parafraseando Fischer (2012), não proponho o abandono da continuidade histórica, mas, sim, pretendo olhar a partir de recortes e rupturas, porquanto, busco compreender as narrativas dê-se priorizar os determinados discursos sobre as favelas. Talvez, esta seja uma das maneiras mais honestas de se pesquisar as favelas e as/os faveladas/os.

Atento às relações possíveis e coexistentes, sobretudo a partir dessas relações, local, que restabeleço o ponto de partida dessa análise, racismo territorial. Somente assim



seremos capazes de realizar um estudo comprometido com o respeito ao outro. E esse pensamento vai de encontro ao que nos afirma Edson:

[...] as pessoas não sabem como é o nosso dia a dia na favela, os jornais tiram por um problema todo um contexto, desmerecendo toda uma história local. Se digitarmos na internet pessoas bem-sucedidas, vai estampar na grande maioria, homens brancos, se digitar favela automaticamente nos relacionam a criminalidade. Há criminalização está ou foi entranhada na história do povo pobre. Poucas vezes me deparei com universitários ou com essas pessoas que vem aqui, querendo saber das histórias de sucesso dessas pessoas [...] (EDSON, entrevista, 10 de abril de 2023)”.

E, essa proposta se considera de suma importância e que se priorize das falas dos favelados, pois, este pesquisador e, antes de ser, pesquisador, sou um ativista social e favelado, que se proponho priorizar as experiências, respeitando as falas dos de dentro. Fischer reforça-me [...] o caminho não é buscar, indefinidamente, um ponto originário e saber onde tudo começou. (FISCHER, 2001, p. 220). A partir desse entendimento da autora e dos conceitos levantados sobre o racismo territorial, nesta pesquisa, se percebe, primeiramente, que Edson, têm consciência das condições desfavoráveis das pessoas de sua comunidade, diante do mercado de trabalho que é competitivo e seletivo.

A partir desta consideração recorro novamente, Kehl, já citado:

Somente entendendo a herança que transportam por seus becos e vielas, que guardam em quintais e barracos, que conservam ainda nas rodas de conversa, nas formas de entendimento do próprio espaço e do não-tempo em que se inserem, seremos capazes de interagir com essas comunidades, não para incluí-las em nosso próprio paradigma, pela escassez absoluta, e que nos impede de vê-las tais como são. (2010, p. 19).

As indignações do líder comunitário se refletem na alteração das interpretações e da sua fala, que acabam por confirmar a importância da observação ou escuta, igualmente, na importância da escuta ao uso do seu lugar de fala. E meu objetivo foi compreender os efeitos das classificações que estabelecem uma representação do lugar como um lugar violento e perigoso.

E assim afirma Edson:

Poucas vezes somos convidados para discutir os nossos problemas. Tudo o que é feito por aqui, dentro da favela, é decidido de cima para baixo, sempre nas mesas dos políticos ou nas salas de aula, nas universidades. As pessoas sabem das nossas dificuldades, mas, romantizam. Não nos convidam para discutir os problemas e ver a melhor forma para superar os problemas. Esse é um problema sério, acham que sabem como nos ajudar com

os problemas. (EDSON, entrevista, 10 de abril de 2023).

Desta forma, a intenção desta pesquisa não é evidenciar o discurso da pobreza ou da violência, mas, quem está por trás das falas, o que querem dizer e não podem sobre a favela. Assim possibilitar, descreverem quais são as condições de existência é um ponto não negociável para esta pesquisa. Para mim, e, como autor e favelado, essa dimensão temporal respalda toda uma nova ruptura da concepção estática que se alimenta do imaginário simbólico e ou de acontecimentos que foram determinantes para o surgimento do racismo territorial,

Como também foi observado nas palavras de Kehl, Edson afirma:

Eu queria é emprego para minha comunidade, formação para os jovens, aqui não tem cursos nem luxo, eles, levantam-se cedo, os jovens, uns vão para escola, outros ajudam os pais nas reciclagens, mas, é triste ver um jovem nas ruas reciclando em vez de estar na sala de aula ou numa boa empresa como menor aprendiz. Muitos até já tentaram trabalhar, mas, quando entrega o currículo e fala que mora na favela, esquece, vai para final da fila. Isso não é de hoje, aconteceu com meus pais, comigo e com os meus filhos. Só entende essa realidade quem vive aqui dentro da favela vai saber como vivemos e como vivemos [...] (EDSON, entrevista, 10 de abril de 2023)”.

As reflexões de Edson também dialogam com a seguinte observação de Belli: “O inconformismo e as ações dos moradores passam por esse caminho de análise ao representarem a negação de viverem como favelados, bem como a recusa ao conjunto de juízo de valores que os estigmatizam” (2022, p. 41). É nesse cenário que precisamos reproduzir a crítica aos modelos de políticas públicas, garantia da dignidade humana. Mas, também é evidente está exclusão na ausência do Estado e de acesso ao direito:

[...] temos alguns espaços para as crianças brincarem, espaços para os jovens, não é um campo de futebol legal, mas, dá para brincar, jogar bola e se divertirem. Antes, eles não tinham nada, na minha época não tínhamos uma consciência de lazer, talvez porque o crime era atrativo, não tínhamos cultura, lazer, nadando no valetão, crescemos correndo nos becos, brincando de polícia e ladrão, o espaço de terra era nossa área de lazer ou jogar bola nos becos, todo espaço de terra, na época, era um espaço para mais uma família. Lutei muito por esses espaços de lazer. Mas, quem deveria estar aqui fazendo essas paradas para as famílias e para as crianças não está, quem deveria estar aqui com os cursos profissionalizantes, não está. E não vai estar, Estado (EDSON, entrevista, 25 de maio de 2023).

Essas populações frequentemente sofrem com a falta de acesso a serviços básicos, como água potável, saneamento adequado, espaços verdes e alimentos saudáveis. Eles

também enfrentam problemas de moradia precária e falta de planejamento urbano adequado, nas últimas décadas e apesar de estarmos falando da Capital Ecológica do país, essas pessoas, que sobrevivem no Parolin, são expostas aos riscos ambientais (enchentes) como tem acontecido. Partindo desse escopo, envolve o estímulo à criação de verbetes, “cidade modelo” ou “capital europeia”, longe estão do real retrato do cotidiano daqueles que são excluídos e da vida como ela é, para quem é preta/o favelada/o e nunca teve privilégios e oportunidades. Lembro-me de Maria Carolina de Jesus:

Às oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de peludos, almofadas de cetim. E quanto estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo (2020, p. 33).

No trecho em questão, percebe-se a subjetividade, visto que a autora fala de seus sentimentos a partir de sua realidade, Edson, igualmente, expõem uma realidade que por sua vez está camuflada aos olhos de uma ideia de “cidade modelo”. No entanto, não existem divisões entre estas duas realidades, elas coincidem de alguma forma, presente e passado, ao materializar realidades. Edson do Parolin e Carolina de Jesus são vozes daqueles que são silenciados, são corpos daqueles que são invisibilizados. Fischer (2012, p. 35) define que: “nenhum texto, nenhum discurso, possui um momento genuíno de inauguração, são sempre discursos, ou seja, quando me dirijo pessoalmente ao contexto, não sou, eu, sozinho que falo, como sujeito individual e único e original, inaugurador pleno de um discurso. Outras muitas vozes me falam”.

Principalmente quando penso na afirmação de R1 (15 de maio de 2023): “favela é a parte da sociedade desconhecida, essa que vive aqui invisibilizada, que desce o morro todos os dias para trabalhar no asfalto e para que ela, à cidade modelo, funcione”. Esta afirmação, possibilita uma inversão ao olhar científico, para uma realidade que resulta de anos de segregação das favelas e que se perpetua na contemporaneidade, muitas vezes recontadas ao público e pelas mídias.

Edson compreende também essa realidade, ao afirmar que:

[...] todos os dias essas pessoas vão para os seus trabalhos no asfalto e para ganhar seu dinheiro honestamente, lutam de sol a sol, para ganhar seus salários, muitos saem com seus carrinhos de reciclagem para ganhar o pão de cada dia. Mas, sem ter o pão para comer, muitas pessoas vão servir às mesas das madames sem ter o que pôr sobre as suas mesas para os filhos. Mas, ao ligarmos a televisão em qualquer canal, as favelas são sempre discriminadas ou melhor os favelados, o jovem favelado, quando preso com umas

buchas de maconha é traficante. Um jovem branco, filho de uma mulher branca com um bom emprego público, foi detido uns tempos atrás, com seu carro lotado de droga, as mídias comentaram que ele estava transportando. Ele, nem sua família, tem uma transportadora? (EDSON, entrevista, 25 de maio de 2023).

Se não fosse para descrição de algo tão trágico, seria poético, pois as narrativas são parte congruentes de outras narrativas valiosas e as transcrevemos como uma cisão direta de uma guerra de narrativas. Onde, muitos miram as favelas e pelas lentes do preconceito sobre as mazelas sociais. E para Fischer (2012, p 105):

ao descrever a miríade de práticas produzidas pelos múltiplos saberes de determinadas épocas, para fazer emergir daí as descrições dos enunciados, se tornam verdade, se fazem práticas cotidianas, verdades, interpelada pelos sujeitos que produzem felicidades e dores, rejeições e acolhimentos.

E é sobre isso, ouvir dos favelados como é a vida nas vielas. Não preciso fazer esforço ou uma pesquisa profunda para reconhecer as subdivisões sociais, os preconceitos e, por consequência, as tensões que nos cortam ao meio. O que cita Edson, não é somente um exemplo da circunstância diária, sobretudo uma vez que se pode explicar pelas práticas colonialistas. Entendamos as consequências e as dores por suas palavras:

É uma luta conseguir algo para comunidade, é na base da guerra, lotar um ônibus e ir para cima, parar na frente do palácio, cair para dentro dos caras. Ao longo desses anos, avançamos muito nesta área de habitação e de luta pela comunidade, mas temos consciência que falta muito a fazer. Estamos reivindicando um projeto amplo que contemple a todos que ainda esperam por uma Moradia Digna. Nossa luta pela favela é constante! (EDSON, entrevista, 25 de maio de 2023).

O que se faz preocupante nesse cenário são as intenções de se pesquisar a partir do negativo. Concluo em concordância com Belli (2022, p. 28):

“A finalidade desses encontros foi trazer à tona múltiplas experiências que, revividas por arranjos argumentativos, transmitem novos ângulos, permitem olhar para uma maior número de direções para compreender as dificuldades [...]. Sobretudo, desmistificar essa ideia de “lugares de brancos” e “lugares de pretos” é uma reflexão necessária mesmo nos dias de hoje, pois fala da segregação que ainda persiste ao ocupar esse lugar de fala e é fundamental questionar esse padrão que por consequência de décadas de escravização do povo preto, perpetua-se nas literaturas e entre outros espaços.”

#### **4.2. Favela Parolin, para além do preconceito**

Neste momento não me interessa somente o conteúdo poético musical, mas todo seu contexto que de alguma forma contrasta com a vida dessas pessoas, serem livres e

falarem conosco, é um dos únicos elos culturais, afetivos, sobretudo por entrelaçar as realidades do presente e passado. Entre risos e suspenses, aproximamos mais da cantoria improvisada, música que resulta de uma composição da qual emerge um sentimento melancólico e que das rimas evocam uma certa nostalgia. Mas antes disso, foi uma luta chegar até a favela, dois carros de aplicativo cancelaram, esperei por aproximadamente trinta minutos, estava pensando em ir a pé, mas, consegui embarcar no terceiro, com um motorista curitibano que mora aos arredores da favela.

Comentei com o motorista que foi difícil conseguir um carro, ao que ele respondeu: “Rapaz aqui é tido como zona de risco, por isso os motoristas cancelam as corridas, eles têm medo, principalmente de passar na Cracolândia, mas, eu não, moro aqui ao lado. Cresci aos arredores da favela, estudei com vários meninos daqui. Uns morreram e outros seguem catando reciclagem, sempre vejo nas ruas”. Me despeço, desço do carro e vou caminhando ao escritório comunitário do Edson. Ciente que logo vai escurecer e o movimento nos becos tornam-se intensos e as carrinheiras retornam das longas jornadas, as pessoas veem do trabalho e os comércios estão por erguer as portas, os becos ganham vidas no abrir dos botecos.

Diante dos meus olhos está um mosaico de contradições culturais internas e vida que pulsa. As cooperativas de reciclagem seguem funcionando a todo vapor. No beco, crianças alegremente seguem jogando bola, brincando, os bares com filas na sinuca, a barbearia está aberta, as cadeiras em frente das casas, barraquinhas de cachorro-quente e distribuidoras de bebidas, a favela a todo vapor. Este contexto plural, essa dinâmica de vida e interações revelam uma dimensão muito distinta da favela, diferente das imagens e representações que a mídia vende, onde só há violência, miséria e caricatura.

Para minha surpresa, ao chegar perto do som, escuto o *Rap da Felicidade*, um clássico dos MC’s Cidinho e Doca, de uma bela jukebox, dificilmente encontramos uma dessas nos bares da favela. O boteco está animado, o lugar é amplo, arejado, um dos únicos espaços de lazer, com um salão principal, mesa de sinuca grande, poucas mesas de plástico com cadeiras, um balcão que divide o espaço do estoque de bebidas, uma sala pequena, com uma mesa de sinuca menor e um fliperama. Décadas depois de ser lançada, é nostálgico ouvi-la e saber que pouca coisa mudou, os versos cantados anunciam: “Eu só quero é ser feliz. Andar tranquilamente na favela onde eu nasci. E poder me orgulhar [...]”. Os jovens cantam a música como uma oração.

Me chama atenção, eles cantam um hino do funk dos anos 90. Resolvi sentar e ouvir mais aqueles jovens, cumprimentei todos que estavam ali, antes de me acomodar,

Edson orientou: “aqui não seria um dos melhores lugares para ficar de vacilo, entende. Por alguns minutos é de boa”. De cria para cria, o recado foi dado e registrado, mas, aquele momento era sublime para mim, nostálgico, não poderia perdê-lo, me transportava para uma dimensão sentimental. O risco valia a pena, entendi que cada palavra que eles rimavam ou cantavam era como se estivessem devidamente clamando por reconhecimento.

Entre as explosões de sentidos, me permite ressignificar as metáforas, lembranças de um jovem preto, empobrecido e favelado, muitos momentos ruins são ressignificados para mim com a música e também fala da sobrevivência desses jovens. Porque cantar as vivências é um ato de coragem, precisa ter muita resiliência emocional, a força de escrever, lembrar das realidades não agradáveis. E são frases de protesto que expressam o caos da sociedade contemporânea, onde não escondem os males, embora muitos não consigam enxergar o real sentido dessas palavras.

Ouçó jovens pretos que tiveram que viver sempre lutando e que agora mostram sua vulnerabilidade na música. Ouço essa música com o ouvido do afeto, pois ela fala do direito de sonhar. Todas estas músicas falam da autoestima, empoderamento, sobre ter asas para ir para onde quiser. E sobre oportunidade e ir atrás do que se quer. É ter a representatividade dos que saíram das favelas e conquistaram o mundo, comunhão na música, falam sobre o que todos temem e têm medo de falar.

E daí R2, o que acha dessa música?

É o estilo de música que eu ouço, trabalha minha autoestima, me encoraja para que gente como eu, siga seus sonhos, siga lutando contra todo esse sistema de branco opressor, fala de sermos, nós, o peão nesse jogo. É fazer os meus irem junto saudando e reverenciando os ancestrais por todo apoio e força que antes eles tiveram. Isso é a música preta, de favela para mim. Sinceramente: quero as músicas dos pretos, gente que veio das favelas, tocando por todo canto, ela fala sobre conquistar, fala da nossa caminhada, evoluindo sempre (R2, entrevista, 05 de abril de 2023).

E você, Edson?

O que fazem é colocar no papel, deixar outras pessoas ouvirem e sentir as nossas dores, sentir da mesma forma ou de alguma forma e para se adaptarem às realidades. A música tem esse encanto, ser parte de sentimentos ou só palavras que acolhem. É a força sobrenatural que ressignifica os jovens nas vielas, no Brasil negacionista. Ao falar, inevitavelmente falam da desigualdade e das condições sociais, mas, sobre a violência na favela, em especial, violência policial, racismo e pobreza. Fala da realidade invisibilizada (EDSON, entrevista, 05 de abril de 2023).

Há uma grande circulação de pessoas em situação de rua, a maioria jovens, alguns ainda vestem uniforme de empresa, mas, pára no bar para tomar um gole de cachaça e interagir após um longo dia. O bar se torna um certo escudo de afeto ou um lugar confortável de se estar. Ao me aproximar pergunto o que esse funk representa para eles?

M2 responde:

[...] necessidade de sermos livre nos becos, nunca foi fácil, nem para trabalhador, nem para gente que estamos largados, nem para nossos pais. Tudo é fase, mas, nossa fase está demorando para passar. Tá ligado que nosso prazo de validade é curto, essa música é um hino das favelas e do Brasil, retrata uma realidade camuflada. Eu e meus parças, meus familiares, os entregadores, vendedores, as famílias, só querem andar felizes na favela, eu me orgulho de ser favelado e herdei esse sentimento dos meus pais que ajudaram a construir essa favela (M2, entrevista, 05 de abril de 2023).

Eu consigo sentir o amor, o afeto e o carinho naquele momento. Tal discussão também serve para demonstrar que as culturas periféricas têm descido os morros e adentraram o asfalto e os locais acadêmicos, desconstruindo o racismo musical. Também, mostra toda sua força e a capacidade de influenciar os jovens do Parolin, daquele que vive à margem, na favela, guardado no “quarto de despejo”. Realmente é um hino para quem viveu ou vive na favela, dificilmente ficaremos calados diante das batidas e do ritmo visceral, sobretudo porque a música na história é um elo entre os sentimentos, que nos aproxima entre o que é real e abstrato.

Posso afirmar, ainda mais facilmente, que a música é realmente a releitura diária da vida das/os faveladas/os, como a letra propõe. É uma obra crítica, que traz a realidade das favelas a todos que a querem ou não a querem enxergá-la. No entanto, ainda sublinho que o diálogo conceitual ultrapassa as objetificações. Na obra de Bakhtin (1992) é onde pode ser compreendido o movimento dialógico da enunciação, onde locutores e interlocutores, historicamente e socialmente situados, mobilizam-se mutuamente e se conjugam num fluxo de interação com suas realidades, que se conjugam em tempos e espaços diferentes. É tão justo o que observo, porque se reflete na música e nas risadas, jovens reunidos falando alto.

Há pequenos intervalos de silêncio, buscando fôlego, quase orquestrados, quando o som vai diminuindo e é possível escutar os passos nas vielas e o barulho das latinhas se abrindo. Um silêncio maior ocorre quando algo foge da normalidade, ou seja, quando alguém estranho caminha nos becos. A maioria dos bares e comércios toca música, que se mistura ao barulho de caminhões saindo dos barracões de reciclagem, às crianças

brincando, ao portão fechando e trânsito intenso. A vida na favela é sutil e intensa, tudo muda e pode ser por um carro desconhecido, alguma movimentação considerada anormal, ameaçadora.

Nada passa despercebido ao olhar da favela. Me distraí percebendo as nuances da quebrada e as margens do rio Belém, com uma obra de desassoreamento inacabada, provável causa das piores enchentes, quando chega um rapaz do nada e me diz: “Você pode tirar foto do rio, mas não da rua. Dali onde estamos. Para que vão tirar foto daqui?” Edson, intervém, ele está comigo e não vamos tirar fotos. Está falado que vamos subir. No resumo das ideias proferidas ou da poética dos músicos, Edson diz:

[...] viveríamos mais tranquilos se o Estado fizesse sua parte, o mínimo que fosse. Ninguém quer ser estatística, ninguém gosta de viver de doação, ninguém é feliz se escondendo atrás dos muros, cantando: 'eu só quero é ser feliz. Andar tranquilamente na favela onde eu nasci'. Tem família (mãe), que vem pegar doação de cabeça baixa, mãe solo. Uma pessoa entrar numa fila para pegar alimento é humilhante, povo quer trabalho, quer ir ao mercado comprar o que gosta e o quer, não querem viver de doação, povo precisa de trabalho e de curso que os formem e principalmente os jovens. Aí sim vão ser felizes. (EDSON, entrevista, 05 de abril de 2023).

Por um lado, não mostram a face dura da exclusão, do desemprego e da ausência de inúmeras políticas públicas como educação, segurança, saúde, saneamento, entre outras. Apesar do crescente número de trabalhos sobre as favelas, seus métodos alheios à localidade, repetem os temas de representação negativa da favela: violência e pobreza. Essa possibilidade que tive de visitá-los me possibilitou traçar os panoramas dessas narrativas simbólicas de exclusão historicamente pensadas. Ao me permitir observar as particularidades, na tentativa de explorar um viés fora do imaginário comum e negativo das favelas, e refletir sobre seus processos e as muitas relações de força que configuram seus limites e pressões, nos desdobramentos desses temas, explicitando o racismo estrutural e o racismo territorial que vêm “de fora”, afasto-me dessas perspectivas e abordagens que somente reiteram esses preconceitos.

Mas, isso não torna as coisas mais fáceis. Até porque me identifico com o pensar de Tiaraju D´Andrea (2021, p. 218):

Nossos múltiplos olhares construíram e teceram as tramas desta pesquisa a partir da expressão *sentida, vivida, sofrida, chorada*. Permitindo que nossos corpos fossem atravessados pelos impactos do que líamos e ouvíamos; sem expor essa dimensão, nos parece que seguiríamos por uma trilha fria, nos escondendo atrás dos arbustos e árvores, somente para parecer que essa estrada percorrida foi 'neutra'. Decidimos não nos esconder na capa de 'pesquisador' e, ousadamente, nos vestimos de 'realidade'. E ao permitir que



fossemos parte das incertezas e das dúvidas, novas composições no campo material foram se construindo. Foi assim que este documento se tornou palatável.

Para isso, é preciso reconhecer a importância da vivência local, social e cultural. Sobretudo porque são essas pessoas que vivem a invisibilidade e como afirma Edson:

[...] a favela é minha vida, foi aqui que meus pais nos criaram, criei minha família, aqui conheci o crime, me tornei líder comunitário. Minha escola é a favela. As pessoas vêm visitar, trazem filhos para ver a pobreza achando que vai mudar a vida dos filhos. Tem universitário, filhinho de papai, que vem aqui fazer pesquisa, somos ratos de laboratório. Mas, não o que vê na favela, deveriam antes perguntar para nós, favelados, o que é a favela (EDSON, entrevista, 17 de outubro de 2023).

Entre as inúmeras visitas que fiz, uma me marcou profundamente enquanto pesquisador e favelado, recordo do nosso primeiro encontro, na frente da sua casa e questionei: “sabemos por que essas pessoas vêm na favela para ver a violência, a pobreza, as brigas, é isso que elas querem ver, o que você tem a dizer sobre isso:

[...] não somos ouvidos, poucas vezes podemos falar da nossa realidade, todos os dias me aparece um intelectual, aqui, com soluções para os problemas. Para as universidades, somos ratos de laboratório, para os políticos, votos, por isso, me candidatei para nos representar. Nós não temos voz nesses espaços, eles decidem por nós, falam por nós. Não respeitam. Me chamam nas universidades e querem ouvir sobre violência e mortes. Não me chamam para falar da ausência do Estado. Esse povo tem prazer na desgraça da favela. (EDSON, entrevista, 17 de outubro de 2023)”.

Depois desse longo caminho percorrido, entendo que qualquer elaboração teórica do cotidiano da favela e que se atribua valor intelectual ou material interpretativo, deve-se pautar pela intelectualidade da vida real, daqueles que realmente vivem essa realidade. Pois os oficiais, ou não, de forma generalizada tendem a marginalizar e invisibilizar esses territórios. Zaluar Alvito apresenta-nos a essa discussão de uma forma mais incisiva, e trago no início desse capítulo, mas, também ofereço ao longo dessa caminhada e através dessa vivência, sobretudo uma nova compreensão e desconstrução dessa realidade promíscua sobre as favelas.

Baseando-me na sua fala, evidencio que esse tipo de negação do outro é uma opção covarde, pautam-se do privilégio acadêmico colonialista. Isso me leva à dimensão ética de meu entendimento e como pesquisador. Como disse, esses discursos realmente fazem muito sentido para mim, pois, sendo parte de minha história e como acabei passando a atuar como ativista social. Assim como acontece com muitos “ativistas”, ficam

indignados ao ver pessoas agindo de forma incoerente, por exemplo, achar que na favela só mora criminoso. Imergir na realidade de algumas dessas pessoas tem ajudado a modificar esse tipo incoerência.

Deixar-se afetar por essas realidades as antigas incertezas se fissuram nos questionamentos. O que não me autoriza, enquanto, pesquisador chegar numa favela com as próprias materialidades e exigir que se justifiquem aos meus discursos, mas, estou eu em condições de estrangeiras. Confesso que, foram meses inesquecíveis, sobretudo meu objetivo foi mergulhar na realidade da favela, estar no dia a dia da favela, ouvi-los, pois, dificilmente encontraremos um favelado escrachando sua favela e ao contrário nos deparamos com inúmeros artigos, filmes, demonizando as favelas.

Num gesto de concordância assinalou com a cabeça e afirmou: “José vou usar essas paradas que você falou nas minhas redes sociais, hoje mesmo vou postar” (17 de outubro de 2023).

Mas se liga na ideia:

“[...] está vendo, favela é favela, aqui ou na China, tem de tudo. Eletricista, pedreiro, motorista, advogado, professores. Favelado não quer viver de resto, não quer doação dos crenes, tem mães que vêm buscar cesta básica morrendo de vergonha, é muita humilhação, vivemos na capital ecológica e tecnológica, verdade tem que ser dita, as favelas precisam do poder público presente, precisamos de moradias dignas, adolescentes em curso de empreendedorismo, cultura, lazer. Vamos caminhar, você vai conhecer mais do Beco da Badia (EDSON, entrevista, 24 de outubro de 2023)”.

Seguimos ao Beco da Badia, núcleo central da favela, fui tomado por um misto de indignação e ao mesmo tempo de esperança. Entendo que o pensamento de Kehl tem um paralelo importante ao que Edson nos apresenta, nas palavras do primeiro (2010, p. 58): “integram-se ao espaço urbano, seus moradores são trabalhadores pobres que produzem, consomem e que não encontram na metrópole local acessível de moradia no mercado formal. Sobra, para eles, a ocupação de terras públicas ou provadas”. Após alguns minutos caminhando, sobre um sol escaldante, por entre os becos, ouvimos um grito: “apeiam por aqui amigo, venham tomar um café”.

Ao nos aproximar do que me parecia ser um comércio, Edson me apresenta a simpática senhora S3: “esta é dona S3, José, ela mora na favela faz algumas décadas, criou seus filhos dentro da favela, todos estudaram, ela, é empreendedora, tem essa lojinha, vende de tudo, pão, arroz, feijão, de caderno até pipa.” Edson destaca, todo entusiasmado, os feitos da empreendedora e sobre a importância do empreendedorismo

na favela. Ficamos por alguns minutos naquele local ouvindo os relatos da dona S3, sob uma tenda e fomos servidos de uma deliciosa água fresca, alguns minutos depois, nos despedimos, dois passos em direção ao próximo beco e dona S3, me chama: “volta aqui rapaz, deixa eu lhe dizer uma coisa para você pôr na sua pesquisa: aqui, lutamos coletivamente para sobreviver ao tribunal do júri popular, os caras das leis (oficiantes) veem a favela e os favelados como problema” (10 de novembro de 2023).

Ao adentrar no beco que não tem mais que dois metros entre paredes, observo que estou diante de um local de extrema precariedade, nada comparado aos demais locais da favela, de imediato demos de cara com ratos, os barracos são de madeira, não existe água encanada e nem esgoto, o contraste é gritante ao olhar para o horizonte e observar os limites do contraste social, luxuosos arranha-céus, prédios lindos, a poucos minutos da favela, por estarmos no alto do morro facilmente avistamos o centro de Curitiba, diante de nós está a precariedade, o descaso do Estado.

Questiono, como é olhar e ver tanta riqueza diante dos seus olhos e nas palmas das suas mãos tamanha miséria?

Edson respondeu:

Compreendo você, sei que me compreende, somos favelados, pretos, não recebemos herança das nossas famílias, tudo que temos, conquistamos por sermos teimosos. Eu cresci entre toda essa desigualdade social, mas sei que o direito à terra e à moradia é um direito constitucional, posso não ter estudos, mas esses anos todos lidando com esse povo da política, lutando por moradia, recebendo esse povo aqui na favela, eles podem achar que somos tapados, aprendi muita coisa para não ser entubado, aprendi sobre os nossos direitos. Aqui ninguém tem condições de pagar aluguel, consultar um advogado ou adquirir uma casa no bairro chique. Mas, o que fazem com o nosso povo na favela é injustiça social, luto para diminuir essas fronteiras sociais (EDSON, entrevista, 13 de novembro de 2022)”.

Seguimos para o Beco do Chaves, logo nos deparamos com um odor insuportável de coisa podre, animal talvez, um dos locais mais precários que fomos. Edson comenta: “Aqui é complicado, é difícil de entrar por ser muito estreito, é a parte mais pobre da favela” (10 de novembro de 2023). A disposição de descrever a favela me exige um olhar detalhado das mínimas representações socioespaciais, sobretudo, as de acessibilidade, de mostrar ao mundo de fora o nosso mundo. A moradia é um dos grandes gargalos socioespaciais na contemporaneidade. Os impasses se avolumam quanto ao direito ao lar e sempre estão em voga e em constante conflito com a negligência do Estado.

Todavia, é necessário trazermos mais uma vez a discussão da moradia de qualidade, pois, no Brasil, sobretudo não é de acesso para todas/os, porém é um desejo

de todas/os e um direito constitucional. Um bem que representa, além de segurança, e status econômico-social, uma questão de dignidade humana. E como a camada mais empobrecida da nossa sociedade não tem uma renda que atenda às suas necessidades básicas, também, não terá como pagar um aluguel ou comprar uma moradia de qualidade. Fatos percebidos por Edson: “a Parolin começou porque as pessoas não tinham para onde ir, sem ter alternativa de pagar aluguel foram construindo suas casinhas”.

Naquela tarde, segui refletindo sobre tudo que conversamos nos becos, as universidades deveriam ir à favela e estudar na práxis o significado de resiliência. Com toda certeza chegariam em uma nova definição do conceito epistemológico. Os espaços de moradia em local não legalizado pelo poder público, neles as pessoas sofrem, falta serviços públicos, acessibilidade e infraestrutura e são territórios de conflitos. Essas famílias excluídas são parte dessa camada espoliada historicamente que luta por sua moradia enfrentando todos os dias os problemas estruturais locais. Quanto mais distantes do centro, em áreas mais periféricas, mais terão que lutar com o Estado.

No dia 10 de novembro de 2023, retornei à favela, era por volta das 10 horas, após várias visitas, Edson me convidou para conhecer as áreas de lazer, beirando o rio Belém. Enfatizou, com alegria, sobre esse espaço que conseguiu com muita luta. Paralelo ao rio, quadra, campinho de grama sintética e uma praça de lazer. “Essas árvores fomos nós que plantamos no Dia da Árvore”, ele observou. A região concentra vários barracões de reciclagem, ele, sempre requisitado, entre uma parada e outra, marca com as pessoas no escritório comunitário. Entre uma e outra abordagem, orienta os seus pares para que busquem seus direitos, adiante é abordado por um jovem rapaz, J4, de olhar abatido, semblante cansado, usuário de crack, falam sobre uma questão da sua mãe, que ela está muito doente e precisa de ajuda, Edson se compromete a ir vê-la ao final do dia. Orienta JR que vá ao seu escritório.

Seguimos caminhando e na sequência várias rajadas de tiros. Edson ouviu atentamente mais um pedido de ajuda de M5: “meu líder, eu preciso de emprego e duas vagas na creche para minhas crianças, é urgente, as crianças não têm com quem ficar no barraco”. Novamente, orienta que vá ao escritório comunitário. São várias as abordagens. Seguimos nosso destino, Edson respira fundo pega no meu ombro e fala:

[...] eu, como muitos na favela, recebemos de herança dos nossos pais um carrinho de catar papel. Eu e meu irmão brigamos para ver quem ficaria com o carrinho para vender as rodas. Aqui as pessoas não têm identidade e nem herança, bens. Identidade é roubada, na favela os caminhos para inovação são acidentados, mas se você perseverar, não desistir,

quando encontrar o primeiro corpo do seu amigo que vai ao chão, se essa imagem não te destruir, vai alimentar a resiliência, chega lá, vence (EDSON, entrevista, 13 de novembro de 2023).

Naquele momento fiquei confuso com todos esses trocadilhos e explicações, paralisado, mas, ao analisar toda as suas argumentações e com mais calma, entendo, que faz total sentido quando observo que, Curitiba é tida Capital Ecológica e Tecnológica do país, porém, tecnológica e Ecológica para quem?

Edson:

Eu me lembro de muita coisa. Para você ver como a pobreza na nossa favela é grande, mas, pobreza, não, nunca foi o problema não, problema é o abandono da nossa favela. Aquele que os políticos fazem conosco. Entende, pobre não é problema não, nunca será e pelo contrário, somos felizes. Temos problemas de montão, mas qual pobre não tem problema? Qual rico não tem problema? Qual ser humano não tem problema? A gente anda pelos becos e ninguém rouba você, não precisa ter segurança do seu lado (EDSON, entrevista, 13 de novembro de 2023).

Ao chegarmos no escritório comunitário me despedi, entrei no carro, e ainda digerindo as suas falas, voltei e lhe perguntei: qual era o sentimento naquela manhã após me apresentar tamanha conquista, parque para as crianças da comunidade, plantio de árvores, ajudar toda essa gente? Ele, deu um passo para trás, passou a mão na boca como de costume olhou para os lados e disparou:

Nossa luta pela habitação vem lá de trás. Os políticos lutaram para ter os títulos: Capital Ecológica e Tecnológica. Um dia fui o problema na favela, a vida louca, hoje, busco fazer o bem sem olhar a quem. Em dias de chuva ou em dias de sol, frio, dias de tempestades ou em dias de calmaria. Dias de alegria ou de tristeza, meu povo sofre e precisa de mim. Você, notou que do tempo que andamos nos becos não vemos o povo dos governos. Irmão faça da persistência sua maior aliada, independentemente de qualquer coisa, você tem que lutar, pois, de onde a gente vem e para ter vitórias é só lutando. Nossas pequenas conquistas são grandes feitos (EDSON, entrevista, 20 de novembro de 2023).

Alguns dias depois, numa manhã de garoa, fui visitá-lo, minha intenção era ficar no escritório e observar sua rotina, naquela manhã falou da vida louca de quando um garoto de 12 anos atirou na sua cabeça, tirando-lhe uma das vistas e, ao sair da recuperação, abandonou o crime. Comentou que sua mãe era parteira na comunidade. Foi uma das melhores trocas, depois de algumas horas questionei: “Edson, você foi vereador por um partido de direita e tem uma foto com Lula na parede?” AO que ele respondeu:

[...] O lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas. Nossa caminhada é de longa data. Como Presidente da Associação de Moradores do Parolin tive a honra, em 2009, de receber das mãos do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o Prêmio Caixa, *Melhores Práticas*, de 2009, onde o Projeto de Urbanização da Comunidade do Parolin foi nacionalmente conhecido. Fomos premiados pela Habitação e Meio Ambiente, uma abordagem compartilhada para a melhoria da qualidade de vida. Espero nesse novo mandato, políticas públicas voltadas à moradia digna para famílias de vulnerabilidade social do nosso país (EDSON, entrevista, 20 de novembro de 2023).

Lhes digo, valeu a pena ouvi-los, pois, ao me possibilitarem acessar os resquícios de suas histórias me proporcionaram chegar ao complexo ponto de avisá-los meus leitores que termos que reaprender a respeitar as favelas. Sem embargo, a pesquisa versa sobre um dos direitos fundamentais mais complexos: a igualdade. No dia 10 de novembro de 2023), caminhava pela favela, última visita, me deparei com uma cena corriqueira que não deixa de causar indignação, adolescentes negros, rindo e felizes, com uma bola rumo ao campinho, possivelmente irmãos e amigos, até aí tudo “tudo normal”, porém, ao saírem do beco, logo uma viatura os aborda.

Cena que se naturalizou, adolescentes abordados como se fossem bandidos e por morar na favela. O episódio me fez lembrar da pesquisa do Instituto de Defesa do Direito de Defesa (2023), em parceria com Data\_Labe, organização social com sede no complexo de favelas da Maré, Rio de Janeiro. O levantamento aponta que, entre os que declararam terem sido abordados mais de dez vezes, pela polícia o percentual entre os negros é de 19,1% mais que o dobro entre os entrevistados brancos que é de 8,5%. Esses dados e os demais nos mostram uma realidade gritante que tem por indicação prioritária os negros.

Enfim, segundo os relatos levantados e confrontados posso deduzir que a favela é uma síntese da complexa negação, resultado direto da negligência do Estado, fruto do histórico escravista. O que espero com essa pesquisa é que ela contribua para tirar a população periférica da “invisibilidade” dentro da cidade modelo, e auxilie a mostrar a importância de se voltar atenção a esses lugares. Que os poderes públicos deem oportunidade para que acessem os serviços públicos com a mesma qualidade dos bairros nobres, que possam desenvolver suas comunidades, e que tenham acesso à mobilidade urbana, ao lazer e à experiência de vivenciar a cidade que os outros moradores de qualquer outra região têm. Sobretudo, viver essa realidade além das páginas dos livros, onde, o que são e estão não importa, mas, o que todos querem é seguir, acessar os direitos que não dispõem.

### **4.3. O dialogismo contra o racismo territorial**

Imagine um mundo onde suas ideias, seus produtos e serviços, seus potenciais ficam ocultos nas sombras das pessoas brancas e, das instituições públicas ou privadas. Na era da exposição, não há lugar para esta invisibilidade das favelas. Considerando que: “Na era da informação, a invisibilidade é equivalente à morte” (BAUMAN, 2008, p. 21). É hora de abraçar a visibilidade da favela como uma aliada, uma ferramenta poderosa para sociedade, pensando que é ao contrário, pois, como lembra Edson:

[...] todos os dias têm alguém na favela para nos ensinar como fazer e como mudar as nossas vidas. Chega ser engraçado, o perfil: jovens, brancos e ricos, universitários; esse é o perfil, deles, nunca trabalharam, e não estou menosprezando, eles, mas, não tem ideia do que é dificuldade de verdade, mediação de conflito, não passaram fome, não tiveram suas casas tomada pelas enchentes ou invadida pela polícia, não sabem o que é ser criado pela vizinha e porque sua mãe sai às cinco da madrugada e volta às dez da noite do trabalho. Não estou culpando e me vitimizando, só não acho justo me ensinarem o que é uma favela, nasci e cresci, aqui dentro. Nada do que sei aprendi nos livros ou nas salas de aula até porque abandonei a escola para trabalhar, foram os becos que me ensinou. É muita tiração e falta de humildade achar que sabem sobre a vida na favela. Não somos ratos de laboratório, essas pessoas nunca voltam para nos apresentar os seus resultados. (EDSON, entrevista, 20 de novembro de 2023).

Estou por comemorar uma jornada que não se celebra do não silenciamento, invisibilidade. Um passo importante para o rompimento dessa ideia cimentada na exclusão, ou seja, para além dessa denominação carregada de preconceito, estereótipos e, de categorias, também é bastante limitada para analisar as características presentes nos territórios desprezados e proibidos pelo Estado. E, não se trata, portanto, somente de reafirmar experiências individuais, sim, entender da importância do lugar social de fala. Neste momento trago para minha discussão não só as quebras do silenciamento da história, mas, de um território e ao expor aos holofotes da minha pesquisa, pois, junto as palavras do Edson, ecoam e com uma certa urgência e relevância dê-se discutir as favelas, sobretudo pelo olhar de quem as representa e para que possamos repensar e, questionar, o racismo territorial.

Pois, para cada página não escrita nos livros de histórias ou didáticos sobre essas pessoas, sobre os seus territoriais e sobre as suas histórias ou do modo como vivem, cada tema não discutido pelos pesquisadores, historiadores, antropólogos, sociólogos, jornalistas, por nós, à sociedade, os silenciemos. Para cada medo de causar polêmica existe inúmeras histórias silenciadas, igualmente, as conquistas e contribuições afro-

brasileiras que são frequentemente esquecidas ou omitidas. A omissão não é apenas um lapso, mas, uma negação direta da rica diversidade histórica das(os) faveladas(os).

Ao ignorar essas narrativas vitais para entendermos os processos do racismo, em especial, o racismo territorial, estão privando toda sociedade de uma compreensão mais profunda e autêntica da história real da favela (pessoas) de nossa sociedade. Todavia, para suprir esse ponto essa pesquisa uso da autobiografia, ou seja, convidei, Edson para ocupar seu lugar de fala. Importante entender que, Ribeiro, afirma: “[...] para descolonizar o conhecimento, precisamos nos ater à identidade social, não somente para evidenciar como o projeto de colonização tem criado essas identidades [...]” “certas identidades têm sido historicamente silenciadas e desautorizadas [...]” (2021, p.28).”

Ou seja, é um exercício de escuta afetiva de uma população que está exausta de ser lida apenas por suas mazelas e que quer espalhar ao mundo o que precisa ser dito: favela não é carência, favela é potência. E, partindo dessa minha inquietação, vou atrás das escrituras<sup>10</sup> do passado e do presente, que constituem nesta rica pesquisa, para além do que um historiador pode estudar ou um jornalista possa pesquisar, vou atrás das conversas com os moradores sobre o que eles sentem e vivenciam nos becos e vielas o Parolin. Sobretudo, vamos juntos quebrar esse ciclo de silenciamento.

A partir desse contexto é que penso que as interpretações devem ser reavaliadas e na ótica dos de dentro, sobretudo, vamos evidenciar as falas não contadas através das contribuições do Edson do Parolin. A partir das vozes internas, dos crias e suas contribuições no uso do seu lugar nas pesquisas, não anulado nesta pesquisa. E reafirmo: “a favela foi apresentada como um dos fantasmas prediletos do imaginário urbano: como foco de doenças, gerador de mortais epidemias; como sitio por excelência de malandros e ociosos, negros inimigos do trabalho duro e honesto; como amontoado promíscuo de populações sem moral” (ZALUAR; ALVITO, 2006, p. 14). Crivo meu, embora nas últimas décadas pesquisadores refinam nas pesquisas os avanços e para redefinir o porquê da pobreza, violência, e nas últimas décadas, o racismo, entre outros, temas contemporâneos.

Desenvolvem teorias, recriam conceitos e para compreender esta sociedade contemporânea, projetam soluções que envolvem os problemas urbanos e sociais, afirmo,

---

<sup>10</sup> Conceição Evaristo, o termo “escrivência” traz a junção das palavras “escrever e vivência”, mas a força de sua ideia não está somente nessa aglutinação; ela está na genealogia da ideia, como e onde ela nasce e a que experiências étnica e de gênero ela está ligada, explicou a escritora e educadora. Que significa e permite a reescritura da própria história brasileira a partir das vozes de pessoas negras.



há um insucesso, um abismo social gigante entre as fórmulas apresentadas e para com os acessos às todas essas novas tecnologias. Precisa-se (re)pensar em mudar os modelos de pesquisas, sobretudo como transcrevem as favelas. Precisamos ouvir mais da favela. Para ilustrar esse meu pensamento trago um breve recorte da lidera ao conhecimento dos leitores uma reflexão;

Vou te explicar é tipo rezar a missa ao vigário, você é cria, aqui falamos com todos, você pode falar com todos, só não pode tirar fotos. Já teve caso de tirar e pôr na internet e usar sem autorização. Na pandemia meu povo sofreu muito, horrores, só não sofreu muito mais porque toda semana, a Central Única das Favelas, estava aqui doando gás, cestas básicas, materiais de higiene e limpeza, álcool e máscaras, cartão de compra, chip de telefone. As famílias tiveram que se virar com o pouco que tinha, depois tiveram que procurar trabalho, na limpeza, fazem bicos de entrega marmita, de motoqueiro, catar papelão. Não tivemos nem um programa de emprego para essas depois da pandemia. Vi pessoas acusar os favelados de não usar máscara e para ficar em casa, que casa? Um barraco pequeno para oito pessoas, os becos são o quintal. É nossa realidade. Aqui, maioria dos barracos não têm janelas, ventilação horrível, não teve como controlar a doença (EDSON, entrevista, 20 de novembro de 2023).

Fico triste pelas más experiências que os moradores do Parolin têm com essas pessoas que vão até eles, para pesquisar ou para entrevistá-los. Apesar da data ser emblemática, não foi algo premeditado. Dia da Consciência Negra, tinha marcado com Edson para fazer minha última visita, seria nosso último encontro, alinhei com ele sobre a visita, que não teria entrevistas, seria mais um bate-papo para agradecê-lo. Enquanto pesquisador, entendo a importância de dar-lhes esse feedback. A ideia era um encontro mais tranquilo, informal, nada de caminhar entre becos e vielas, ouvir as histórias, narrativas, no meu entendimento era um momento de despedida dessa incrível jornada e, eu, enquanto ouvinte. Naquela manhã cumprimos nosso ritual de sentar-se no escritório comunitário, Edson, explano sobre vida diária da favela, falou sobre as suas lutas, dos trabalhos e sonhos.

Aqui vivemos uma realidade real, mas, quando contada nas universidades, na televisão é sempre sobre um olhar marginalizado, as pessoas sempre nos veem como problema e que tudo que acontece na sociedade é culpa da favela. Favela tem muitos problemas, moradia, emprego, esgoto, trabalho, falta cultura, mas, os condomínios têm problemas, também, no centro tem problema, nossa sociedade tem problemas, mas, parece que os problemas da favela são maiores que os dos outros lugares e, à favela é o problema da sociedade. Mas, ao contrário, a favela é parte da sociedade e, sendo assim, se tem problema na favela é a sociedade tem problemas. Não tem como particularizar (EDSON, entrevista, 20 de novembro de 2023).

Sua colocação não apenas quebra com as barreiras da segregação, mas, constrói uma gigante ponte para uma compreensão mais profunda das interpretações. No entanto, é necessário repensar esse lugar de fala, questionar os modelos que os observam, lutar contra os modelos convencionais de pesquisas, pois, vai além de adaptar novos entendimentos em pesquisas, isso é um excelente começo. Na caminhada logo fomos interpelados por um jovem, apresentei-me, expliquei que estava escrevendo sobre a favela, perguntei com quem poderia falar. O rapaz olha desconfiado e pergunta se conheço algum morador. Falei de amigos, lideranças comunitárias e do Edson que estava vindo logo na sequência, porém, pediu para que eu fosse na frente.

Ele sorriu e disse: “se é para fortalecer, borá, te acompanhar na missão, irmão”. Naquele momento sabia que ganhei um parceiro, ele não quis dizer seu nome ao longo da nossa jornada e não se deixou ser entrevistado, foi um parceiro e tanto na nossa caminhada até Morro do Sabão. Seguimos, sem poder entrevistar ninguém. Nosso parceiro, afirma: “Quando voltar, me procura, tamo sempre por ali, na esquina, dá um salve na geral para saírem na moral sem despeito. Não sai tarde, motorista de aplicativo não entrar na favela. Melhor chamar lá da avenida”. Horas depois ao retornar há muitos jovens cuidando de cada viela, há mais nórias nas ruas, menos carros e poucas crianças.

O clima mudou, Edson afirma: “essa hora não é bom de andar nos becos”. Neste momento é perceptível porque as histórias são contadas de uma única perspectiva, essa perspectiva do “lugar de fala” para saber onde estamos. Para Ribeiro (2021), dito de outro modo, os arquétipos de controles que operam nas narrativas e, por exemplo, a população de favela, ainda que as experiências da ordem singular, presente, revela-nos as profundas relações escravocrata-colonial. Ou seja, por entre narrativas existe um controlador, tal observação provoca-me a levantar a crítica sobre o espaço que pessoas como Edson, ocupam, nas pesquisas, pois, quando legitimado e se ocupar de espaço de fala à uma negação por não estar entre o ciclo de pesquisadores diplomados.

Então os tem por ratos de laboratório. Quando me confirmam: “Esses estudantes que vêm aqui são muito chatos, e sempre tomam uma duas horas do meu tempo com entrevista, bem no tempo que a gente tem para desenrolar nos becos. Na maioria das vezes o povo não liga em fazer ou responder, mas, que não atrapalha” (EDSON, entrevista, 20 de novembro de 2023). Nas práticas literárias que buscam autenticidade põem em desestabilização não apenas o conteúdo de práxis, ou seja, o modo da estruturação das narrativas dos indivíduos. Nas literaturas canônicas o favelado não tem voz, “quando

fala”, é pela voz do escritor branco e por ótica sempre ocupa um status de marginalidade.

No entanto, é essa ainda uma questão de manutenção de poder e privilégio. Pois, numa visão literária de sociedade brasileiro é colonial, estruturada de literaturas dogmáticas, reformulada na grande maioria de pensamento reformulado de pilares históricos colonial. E no formular dessas ideias históricas (canônicas) não houve uma ampla discussão, sobre descolonização de estruturas racistas, em seu sentido verdadeiro. No final do dia, é tudo sobre poder na mão de quem ele está. Depois, o racismo serve para fins desse controle.

Por isso, entendo e mais do que nunca, urge, que se materialize mais da literatura marginal nas pesquisas. Desse ponto de vista, esta pesquisa centra-se inteiramente no lugar de fala que coloco, Edson, em destaque, pois, as suas experiências proporcionam uma real releitura dos becos.

Afirma Edson:

Se querem falar da violência, podemos falar. Podemos falar da violência dos pais contra os seus filhos, dos maridos contra as esposas. Mas primeiro devemos falar da violência dos favelados ter pouco para comer, da violência de não ter uma moradia digna. Ou da violência de não ter tempo para estudar, da violência de ter seus poucos pertences detonado pela enchente, da violência de precisar se drogar para aguentar a vida, anestesiarse da realidade, da violência de não ter saúde. Dá violência do tráfico financiada pelos ricos. A violência de nascer pobre no Brasil. Acima de todas, as violências, à violência do Estado. (EDSON, entrevista, 20 de novembro de 2023).

No trecho em questão, percebe-se a subjetividade, visto que o autor fala de seus sentimentos a partir da sensibilidade aos fatos. Note que há juízo de valor ao fechar o trecho, demonstrando que a favela não é a gênese da violência, têm outras relações que não são facilmente reconhecidas por todas as pessoas quando o assunto é violência. Busca-nos apresentar a realidade distinta da apresentada anteriormente, algo que é notório nas falas, marcada por focar na parte empobrecida da cidade, além de apresentar, em forma de denúncia, às condições vergonhosas de pessoas marginalizadas.

Para Zaluar e Alvito (2006, p. 212): “O caráter ideológico de adjetivo 'violento' fica claro quando é utilizado sistematicamente para caracterizar o 'outro'”. Atualmente amontoam corpos, o Estado, corpos podendo sangrar não só nas vielas e no anonimato, mas, ao vivo para todo Brasil, países veem corpos numa festa da barbaridade, tiros disparados é comemorado. Ao se pensar na criminalidade fico com as palavras de Moura:

A própria criminalidade do negro, já apontada tantas vezes e estatisticamente demonstrada na área do crime da pobreza, nasce – fundamentalmente – da situação – socioeconômica na qual ele se encontra na sociedade abrangente (discriminatória), mas, também estipulada pela necessidade de destruir o tampão compressor que o oprime econômica, cultural, psicologicamente através da série de valores brancos (MOURA,1994, p. 213).

Repetidamente apresento e nesta pesquisa, o que me leva às interatividades propostas de desconstrução do enfoque racista para com as favelas. As experiências vividas pelos moradores no cotidiano do Parolin, são saberes locais que se associam ao banco de memória existente em cada morador como um patrimônio cultural. Enfim, a partir do ponto em que as pessoas produzem seu próprio espaço criam as suas condições de sobrevivência, vão reproduzindo um ambiente repleto de significados diante da dinâmica espacial, muitas vezes insalubres e seguros.

Por fim, acredito que os maiores aprendizados que tive na produção desta pesquisa não se resume ao processo científico, mas, foi saber da resiliência e da perseverança necessárias para se adaptar às novas realidades e dificuldades que só encontramos na hora de colocar em prática o nosso sonho, afinal muitas coisas não saíram como o planejado e precisarem ser repensadas. Mas, não é sobre as resenhas diárias que finalizo, contudo, é sobre esse lugar de fala que pude compartilhar, eu, favelado, ativista social, e pesquisador, ele, um favelado e sobrevivente de muitas realidades de total invisibilizada e, passa ser um sobrevivente da negação da sociedade e do Estado, um sobrevivendo ao crime, um ser humano diferenciado que, luta com afinco pela sua favela contra todos os estigmas.

## **CRIA, A HISTÓRIA É MINHA, ENTÃO, DEIXA QUE EU ESCREVO**

*Séculos de chibata, séculos de corrente  
Sou remanescente, afrodescendente  
Povo sobrevive, entre aspás, livre  
Hoje a guerra é outra, eu sei [...]*  
Edi Rock

Essa música me chama atenção e não só por sua composição poética, mas pela sua mensagem de resistência e denúncia. Percebesse que nos propõem repensar sobre as nossas raízes, ideológicas de protesto e ou de superação, de motivação. Principalmente, no momento que estávamos atravessando no país (2019 a 2022). E assim, observa-se também toda uma reconstrução identitária e questionamento em relação à política através da música no Brasil. O verso em questão é parte da música *De Onde Eu Venho*, escrita pelo rapper Edi Rock, com participação do MC Pedrinho, lançada em 2018. Edi Rock, cujo nome de batismo é Eduardo Martins D'Alcantara, rapper brasileiro, nascido em São Paulo. Ele é um dos membros fundadores e integrantes do grupo de rap Racionais MC's, uma das mais influentes e importantes formações do gênero no mundo.

Sua habilidade lírica é um divisor de águas junto ao contexto dos jovens pretos de favelas, sua entrega contundente restabelece elos com as raízes afro-brasileiras. Segundo John Blacking (2007, p. 201), música é “um sistema modelar primário do pensamento humano e uma parte da infraestrutura da vida humana. O fazer musical é um tipo especial de ação social que pode ter importantes consequências para outros tipos de ação social. A música não é apenas reflexiva, mas também gerativa”. Edi Rock, com suas músicas, transcende as fronteiras e continua a nos inspirar e impactar as pessoas de todo Brasil. Com uma carreira marcada por sucesso e relevância, é sem dúvida uma lenda viva. Um pensador contemporâneo que nos faz questionar e nos provoca enquanto negros das favelas no Brasil. Como dizem os crias, as suas letras são pedradas, questionam veemente o cerne da crueldade que segrega e mata, nos becos, todavia fala de realidade e interliga-se às nossas raízes.

Retorno ao passado, no ano de 1988, eu tinha 15 anos na época, quando me descobriram uma pessoa negra, pobre e favelada. Porque, no Brasil, não nascemos negras/os, e descobrimo-nos da pior forma possível. Eu demorei para perceber que esta subdivisão me mutilava, inclusive nas salas de aula. Era ingênuo e, por pensar que ser respeitoso era um dos caminhos, não revidar e ou não denunciar, questionar, bastava. Ledo engano d'alma. Mas foi quando passei a ter minhas opiniões bem definidas sobre

esta relação entre negros e brancos. Anos mais tarde, também percebo que as favelas trazem muito das senzalas e os camburões dos navios negreiros. Assim, ser negro não é uma condição dada, *a priori*, é um vir a ser, primeiro de forma negativa, pelas lentes dos racismos estrutural e territorial, depois, pelo letramento racial, pela indignação e engajamento social, de forma propositiva, que canaliza as marcas do racismo para uma força de transformação social. Ser negro é tornar-se negro, eu tenho orgulho de ser negro! (Souza, 2021, p. 115).

E ser favelada/o, então? Nesse caso, também, uma transformação de significados aconteceu no sentido da auto valorização e reconhecimento. Na história de origem, na sequência da Guerra de Canudos, a favela como símbolo de luta do povo negro. A partir dos anos 1950, a favela como estigma, nas páginas policiais, nas estatísticas do “aglomerado subnormal”, em dissertações e teses que queriam apresentar esses espaços e pessoas como vítimas da miséria, dependentes da interlocução e do paternalismo dos brancos. As vozes dissonantes da literatura preta, como Carolina de Jesus, e de diversas/os pensadoras/es pretas/os, como Manuel Querino, Guerreiro Ramos, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento até as/os autoras/es contemporâneas/os, que viemos comentando ao longo da dissertação, mantiveram a luta viva, o fogo aceso do orgulho negro e das/os moradoras/es de favelas desse país. Até a formulação de uma reivindicação para chamar de favelas e comunidades os nossos territórios, simultaneamente ancestrais e contemporâneos. Na música, no rap, no funk e em outros estilos, que são os mais populares do mundo: a denúncia, a consciência e a potência de ser o que é, de cabeça erguida e com os punhos cerrados. E, agora, no aqui e agora desse texto, das palavras que vou escrevendo, o orgulho e a luta que tomam o espaço da Academia, da ciência. Eu e meus crias, com nossos lugares de fala, de poder e de saber. Todo poder ao povo preto!

As histórias individuais, nos becos, identificam-se com esse movimento da história, carregando vivências similares e produzindo narrativas que se tornaram coletivas. Nossa ascensão causa nas mentes brancas uma dissonância cognitiva, agora, eles terão que entender que esse lugar também é meu, é nosso.

Não quero ir para o campo da consciência de classe, mas, entendo serem esses os comportamentos classistas que geram sentimentos e comportamentos em outras pessoas brancas e que nos matam. É muito forte, pessoas brancas não vão entender, o levantar de cabeça. As desigualdades sociais no Brasil afetam os pensamentos e recriam as classes. E enquanto essas pessoas se sentirem donas dos nossos corpos ou que definem quais lugares devemos ocupar na sociedade, vão seguir nos impedindo de entrar em qualquer

espaço de poder porque para elas as nossas aparências são relacionadas à marginalidade. Não há trégua, “não estamos no mesmo barco, estamos em guerra”.

E hoje a guerra é outra. Pensamentos como esse nos colocavam como inimigos, ou mero serviçais, são as atitudes racistas que ceifam nossas vidas. Com o passar dos anos, cansado de ser rechaçado, nutri-me do letramento racial para questionar porque em alguns ambientes eu era claro (branco) demais para ser preto e em outros, negro (pardo) demais para ser branco. Nesta época, por volta de 1999, me muni de todo entendimento popular possível e contra todas as perspectivas negativas que me cercava. Sabia que também carregaria o peso de nossa existência.

Ao munir-me da sabedoria ancestral, penso que Neusa Souza nos oferece um pensamento sobre o ser negra/o neste país, diz a autora (1983, p. 18): “é também a experiência de se comprometer a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades”. É importante ressaltar que esse reencontrar é um momento de libertação das dores e não das cicatrizes. Partindo do pressuposto introdutório, no ambiente escolar nada pude fazer, pois, essa é uma das faces violenta do Estado e sempre estive de alguma forma presente nas vidas das/os negras/os que ousam ocupar os ambientes ao qual a nós são negados. Até porque para Gonzalez (1983), o racismo, enquanto elemento estruturante das hierarquias, materializa-se na subdivisão racial.

Deste ponto de vista, podemos compreender a ideia de racismo estrutural desenvolvida por Silvio de Almeida, porque o racismo é reproduzido em “decorrência da própria estrutural social, ou seja, do modo com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares” (ALMEIDA, 2018, p. 38). Enfim, considerando as explicações e que uma das formas de se explicar o racismo territorial é através da invisibilidade das pessoas negras oriundas das favelas e ou das periferias brasileiras. E é o que vou explicar nas páginas subsequentes é utilizando da primeira pessoa. Até porque, aquele que vos fala é resultado do assujeitamento dessa realidade de pesquisa e muitas vezes ignorado.

Há um pensamento coletivo dominante na sociedade brasileira que nos quer apenas servindo. Caso consigamos algo melhor, então “não reclame”, pois já foi demais. Mas, muitos vão dizer, também, que é mentira as violências que sofremos e que estamos sempre nos vitimizamos. Que fulano lutou, correu, foi atrás, e conseguiu, temos vários exemplos de sucesso, mas, somos a exceção não a regra. E nesse corre da vida sempre

saímos 500 anos atrás e para tentar chegar na metade do caminho e, ainda convivendo com os obstáculos.

As câmeras da vida real flagram o que a branquitude colonialista falam das negras e dos negros nas rodinhas de amigos, nas universidades, nos clubes, nas festinhas particulares. O esgoto fica a céu aberto para toda sociedade observar e comprovar na prática o que vivenciamos também na pele. Só quem é preta/o favelada/o sabe muito bem o que é o olhar de desprezo ao nos encontrar formados. Pois bem, me descobri negro não retinto e favelado nas salas de aula. Para mim um dos piores lugares para se descobrir negra/o, pois a violência é disfarçada neste contexto.

Só nós sabemos como é difícil se manter de cabeça erguida, sobretudo faz com que sentimos como se estivéssemos ocupando um lugar que não é nosso. Por consequência, o medo passará a imperar na minha vida, a vergonha de sair às ruas e de falar em público tomou conta de mim, as angústias passam a me consumir e os sentimento negativos me controlavam, dominaram minha mente. Não sabia e/ou algumas vezes fugi de mim e das salas de aula, por mais de dez anos, por não saber lidar com essa identidade negra e por tudo que esta sociedade me propôs enquanto pessoa.

Minha mãe acredita na educação e, mesmo sem ter lido Paulo Freire, me incentivou a estudar. E não vejo outro caminho senão pela educação para desconstrução do racismo territorial, as pessoas devem saber sobre as favelas e sobre os seus habitantes. Nesta logica, Freire (2015) continua nos desafiando, nos inspirando quando propõem uma educação libertadora e que é pela educação ou através de uma aprendizagem mais significativa, emancipadora e inclusiva que se avança. Mas, na sala de aula, fui tomado pela raiva, ódio, medo, por sentimentos não decifrados na época, e tinha vontade de chorar, mas, ao mesmo, tempo de vencê-los.

Sobrevivi aos algozes e para não morrer, vivo para falar aos necromantes como é sobreviver ao racismo territorial. Essa motivação se intensifica, pois, antes, as/os negras/os sobreviviam em senzalas, sob domínio do colonizador, num sistema colonialista que não se justifica. Hoje, estamos nas universidades, nos espaços de poder, nas ruas reivindicado direitos, atentos aos contrários que vão ter que se adaptar, chegamos para ficar, pois, outras/os lutaram e derramaram seu sangue para que possamos ocupar esse espaço, que é nosso lugar de fala (pesquisa).

Amigas/os, entendam, as favelas, os quilombos, são territórios pretos, espaços sagrados e mantidos por forças ancestrais, forças que emanam desde as primeiras negras/os a desembarcarem forçadamente nas Américas, cada um que aqui desembarcou,



alimentou essa nossa resistência. Mas, também quando tive o privilégio de estar em uma sala de aula, universidade e ouvir de pessoas brancas não periféricas que aquele espaço não era para mim, adoeci, hoje entendo todos os meus sentimentos e que uma pessoa preta favelada pode resistir e ir além.

Antes de ir para universidade, aprendi que o que faz a verdadeira revolução nas nossas vidas é a educação. Mas ao olhar para minha família, praticamente a metade viveu do trabalho informal, mão de obra braçal, outra metade nas lavouras. Meu pai foi pedreiro, faleceu construindo mansão para os brancos, minha mãe trabalhou nas lavouras de cacau e nas cozinhas das casas dos brancos, meu irmão evadiu da escola na adolescência, minha irmã, foi saber o que era faculdade depois que compreendi mais sobre a importância da educação e consegui convencê-la a estudar.

É evidente o orgulho de minha mãe ao estar nas minhas formaturas e por eu ter concluído dois cursos superiores e ser o primeiro universitário da família, igualmente o primeiro mestrando. Os seus olhos brilham e o coração enche de alegria quando comenta aonde cheguei ou quando me assiste na televisão falando sobre favela. Nesse aspecto, voltar as salas de aula e traçar um plano de pesquisa é gratificante, onde minha referência são as/os autoras/es negras/os, que me ajudaram demais na (re)construção de uma identidade saudável. Todos os meus aprendizados estão nesse novo percurso de descoberta.

Mas, queria mais, queria ir além, em 2010, conheci a Central Única das Favelas, daí descobri e aprendi muitas estratégias para lidar com o racismo à brasileira, utilizando a pedagogia do constrangimento. Descobri estratégias para lidar com meu silêncio sobre meus temas na universidade, pois, quando o currículo escolar omite ou minimiza as questões raciais, não é apenas uma lacuna na educação, é uma escolha institucional do Estado. E não devo me calar. Sabendo que minha voz é crucial para desvendar e desafiar os silêncios de irmãs e irmãos nos becos.

Lembro-me, no dia 20 de novembro de 2023, estava conversando com Edson, sobre educação, e ele afirmou: “A gente, eu e meus irmão, não tivemos oportunidade de estudar”. Precisamos voltar ao passado para entender esse presente e tentar ressignificar o futuro de outras pessoas. Para Valladares (2005, p. 162): “O questionamento dos dogmas [...] será influenciado pelo surgimento de um novo tipo de ator: aquele oriundo da favela com um diploma superior”.

Posso lhes dizer que existe muitas camadas profundas nessas duas afirmações, a dor de não ter estudado, é uma, que funde ao contexto apresentado pela autora do surgimento de um novo tipo de ator para falar das favelas, aqui o sonho torna-se realidade.

Afirmações fundamentais para provocar, nutrir e potencializar. Interessante é que, também quando saímos deste não-lugar, de ratos de laboratório, entende-se mais sobre esse espaço e como pesquisador, porque somos subestimados ou percebidos como pesquisadores de segunda classe por ser oriundo da favela.

Para Pacheco, “no século XIX, o Brasil foi considerado um laboratório para cientistas do mundo inteiro que se preocupavam com a temática racial” (2007, p.125). Louvável, porque muitos benefícios podem ser vistos e foram colhidos, mas, tenho ressalvas porque não queremos ser ratos de laboratório. Enfim, o próprio Estado aperfeiçoou suas formas de matar e nos excluir das salas de aulas e da ciência. Por conta disso, senti necessidade de buscar maior aprofundamento teórico na Academia com o mestrado em História. Minha entrada no programa proporcionou uma releitura e discussões críticas sobre as temáticas que me interessavam.

Essa manifestação da mente acadêmica possibilitou liberdade ao meu corpo para se expressar, sobretudo, é uma manifestação ainda muito cara para quem vem de onde eu venho, da favela, forte para nós pretas/os e faveladas/os. Tudo que evitei falar e tento esconder se revela nesta pesquisa. Aqui, eu entendo muito do que me foi roubado, eu pude ressignificar minha trajetória e a de minhas/meus irmãs/os. Embalado pelo sentimento de vencer, mas, eles, os brancos destruíram tudo o que tinha de sonho ao acessar as salas de aula e com toda as suas forças, ódio, é o que tenho no peito.

Minhas dores têm uma relação muito maior do que só falar sobre coisas ou sobre o que a pessoa está passando ou pensando nas favelas. E revivo tudo e todos os dias o que me foi roubado, o direito de estar na sala de aula, andar livre na sociedade, minha autoestima, quem me tirou foi o Estado, me tirou tudo. É um caminho tenso essa descoberta. Muitos sentimentos habitam em mim, meus fantasmas renascem. Raiva, sentimento de vingança, mágoa, tristeza, “neuras” e um sentimento de ódio muito forte por tudo se desvendar, os muitos enigmas que afetam nossa confiança, nossa autoestima e nosso sentimento de humanidade.

Algumas pessoas vão demorar para me enxergar como pesquisador, psicólogo, teólogo, mestre em História, outras vão se recusar a acreditar que sou executivo social, vão tentar me invisibilizar novamente, mas, na verdade, aqui, estou falando sobre minhas vitórias. Na universidade, o racismo é expressivo e velado. Hoje, tenho consciência de que, por me sentir capaz, meu papel na universidade já é outro. Vejo que muitas/os estudantes negras e negros não conseguem se colocar, pois é difícil sair do papel de insignificância em que nos colocam.

Precisamos nos empoderar, pois, se não o fizermos, ninguém fará isso por nós e nossas crianças continuarão passando pelas mesmas situações e se tornando adultos tão machucados e feridos como nós. A favela me salvou, entender que devemos amar os nossos, cuidar do nosso povo que é preciso entender que estamos no caminho para sermos livres e fortes. Invisibilizados, mas, com forças de movimentar tudo, inclusive na academia. Sobretudo considero essa demarcação pessoal fundamental, porque o racismo, no Brasil, tem um caráter extremamente visível que pode pôr tudo a perder.

Quando comecei a desenvolver alguns trabalhos sociais na comunidade, sofri muito, pois a maioria das ações são desenvolvidos por pessoas brancas que, de certa forma, acreditam que estão ajudando pessoas carentes. Quando fui buscar parceria com os órgãos governamentais, as respostas foram negativas. Lembro de ir a uma reunião, repartição pública e ao chegar, atendente falou: “você veio descarregar?” Não entendi: “você pode ir por aquela escada”. Eu senti na pele e no olhar que era por ser favelado e preto, temos que persistir e resistir. Atribuo a muitas e muitos faveladas/os minhas vitórias que me possibilitam contar histórias e o de cuidar que as histórias cheguem ao público.

As favelas são uma síntese da complexidade das nossas vidas e das lutas diárias de boa parte da população brasileira. Concluí os meus cursos com muito esforço, trabalhando para me manter na sala, estudando para tirar as melhores notas e enfrentando os preconceitos dos colegas. Eu, nasci no meio de um jogo desumano e perdendo de goleada, 500 anos, na ausência dos pais, nos becos e vielas, na escola me presentearam com os preconceitos, por ser favelado e negro. Qualquer um que venha de onde eu vim, chega na universidade com a mente desgastada. Esse meu texto não seria diferente, ácido, chego com os dois pés e para alertá-los da existência do racismo territorial.

Sempre questiono o nosso papel, enquanto pessoa pretas e faveladas têm exercido, sobretudo nas pesquisas, isso passa por um importante e necessário processo para se combater o racismo, sobre o qual as favelas foram formatadas. Ter pesquisadores pretos, das favelas, falando sobre suas vidas e seus territórios, deve também assustar. Mas, eu, sinto como se fosse aquela esperança de Paulo Freire para os nossos pares. Sair de casa e enfrentar as pequenas e grandes batalhas diárias, conforme vou crescendo meu olhar se torna mais crítico, preciso lhes mostrar as pessoas cantando, rimando sobre a vida, sobre estar vivo, sobre viver e sobreviver na favela.

Cantar, reencenar as vivências é para pessoas corajosas, porque é preciso ter forças sobrenaturais, ou seja, ancestrais de reescrever, lembrar e relembrar os momentos é colocar as feridas em evidência, deixar pessoas ouvirem e ler, sentir de uma forma os

gritos silenciados, adaptem suas vidas, o sentimento que se quis transmitir e os sentimentos que veem do outro lado da ponte. Hoje, carrego esse sentimento de ser mais que resistência do que dor e ou só palavras. Da linguagem que me foram proferidas (lugar de fala) não podemos sair, quanto o racismo territorial, resta-me golpeá-lo.

É certo que se trata de uma linguagem que falo para a geral, ou seja, minhas relações pessoais e interpessoais, é sobre construir um legado e fazer que ele sobreviva. Isso é claro, é dar sentido aos sentimentos de um preto favelado, pesquisador. Sei que ao fazer isso e vindo de uma realidade como a nossa é muito mais complexo e muito mais difícil, mas, foi dentro dessa estrutura de resistência que aprendo sobre esse mundo desigual e racista e não na sala de aula, meu letramento sempre aconteceu nos becos e vielas, atento sempre para toda esta realidade enquanto pesquisador.

Na mesma linha, Almeida (2021) nos alerta que todo intelectual negro padece da sina de ser reduzido a um “intelectual negro”. Não podemos cair nessa armadilha, sob o risco de não captar a amplitude do nosso legado, que não esgota às suas significativas contribuições. E devo valorizar essas falas, são parte desse mundo real e parte das observações, são as representações frente às lutas, não posso ignorá-los, pois, são as premissas norteadoras dessa pesquisa, onde trato do racismo territorial, mediante as experiências vividas e enquanto objeto da ação.

Ao concluir esta reflexão, vejo-me imerso nas minhas considerações finais, permeado pelas histórias de personagens (autores) que se reinventam e ressignificam as favelas, fortalecendo-me com elas/es. E foi neste emblemático ecossistema, na favela, que os meus pais nos criaram, mas, foi na juventude, através do rap que entendi quem era e que negar onde morava era uma forma de se proteger do racismo territorial e nos corredores da escola e da universidade igualmente. Não é fácil, estudar ou conseguir um emprego e/ou ser pesquisador das favelas. O comprovante de residência que não temos (CEP) ainda pesa muito. Numa sociedade colonialista que nos enxergam como a escória.

Temos que ser fortes para sobreviver, ser favelado é ser resistente, pois, dizer que é morador de favela pode trazer prejuízos, seja num emprego ou numa abordagem policial. Para nós, o termo favelado possui carga positiva. Eu não tenho medo das minhas verdades e origem. Não estou mais tentando provar nada para ninguém. Posso até estar sozinho nesta escrita, mas, o lugar não é só meu. E descobri que não preciso fingir, sobretudo, porque este lugar de fala nos lembra que cada um de nós tem uma perspectiva única moldada por nossa identidade histórica e experiências coletivas.

E não é só sobre o que dizemos, mas, de onde falamos. A diversidade de vozes é a força motriz por trás de um diálogo autêntico e inclusivo, histórico e pode ser acadêmico. Ao reconhecer e respeitar as nossas diferenças e ao reconstruir novas pontes para compreensão mútua é minha força motriz. A favela que pulsa nas minhas veias há de se definir pela síntese de sua potencialidade e respira por meio dessas narrativas para resistir aos nossos algozes.

Minha jornada, sem dúvida, foi uma experiência profunda e como pesquisador, emergi dela com uma nova promessa de compromisso científico para com essas comunidades. Um caminho sem volta, todavia foi o racismo territorial que me levou a evadir da sala de aula e, me trouxe de volta às salas de aula, e trago por todas as linhas escritas dessa pesquisa um panorama individual (atual), as experiências de um favelado, pensador negro que está sempre a escutar o seu coração. Hoje, as salas de aula para mim são um espaço plural e de inúmeros saberes, onde nos desconstruímos e nos descobrimos, um lugar onde, enfim, podemos compartilhar nossos conhecimentos e os socializamos.

Através das nossas vivências, local onde exercitamos o exercício da plena cidadania, espaço de expressões coletivas. Enfim, concluo que o intuito de trazer as diversas culturas das favelas à mesa das discussões acadêmicas foi alcançado, me dou por satisfeito e, toda essa discussão, me permitiu adentrar ao cenário contemporâneo da História. E, que fique registrado: quem sabe das favelas são os favelados. Quem sabe das nossas histórias somos nós.

Obrigado!

Acredito que perguntas foram respondidas mediante essa pesquisa, entretanto, outras surgiram ao fechar mais esse capítulo dessa minha história acadêmica e, está é a parte mais emblemática para mim, redescubro quão importante é esse processo de fala sobre o racismo territorial. Sobretudo é preciso lhes dizer que tenho tanto para escrever, mas concluo e quero deixar registrado minha árvore genealógica e, ante de fazer minhas considerações finais, pois, o racismo para comigo é fruto de uma história familiar. Andando por cada página transcrita e sendo impactado pela energia do poder que paira no ar, eu me questiono sobre a minha própria incapacidade de fazer mais, de ser mais efetiva.

Mas, sei que o racismo territorial é um plano de governo, facilmente lido na minha família, quando sei que meus bisavós, esses maternos, nordestinos, não foram alfabetizados, nunca foram numa escola, não conheceram as salas de aula nem

professores, os meus avôs, igualmente não foram alfabetizados, passaram suas vidas nas lavouras de cacau, no Sul da Bahia, meus pais, mãe, aprendeu escreve e ler muito pouco, sozinha, meu pai (in memora) sabia ler e escrever muito pouco, ambos semianalfabetos. Meus avós paternos não os conheci, aliás ninguém da minha família do meu pai.

Contava, ele, que sofrerá muito nas lavoras de café, em Minas Gerais, não aguentando toda pressão e opressão, fugiu no período do regine militar e, no caminho para São Paulo, encontro com meus avos que, imigravam para o Paraná, também fugindo de toda pressão e opressão nas lavouras de cacau, meus avos o colocou no caminhão, Pau de Arara<sup>11</sup>. EU, José Antonio Campos Jardim, negro não retinto, favelado, ativista social, sou analfabeto funcional e pesquisador. É preciso fazer esse quadro e nesse momento que está dizendo muito mais sobre o país. Me chama atenção minha árvore genealógica, pois, quantas gerações foram necessárias para quebrar estes ciclos de não acesso as políticas educacionais.

Quantos tios, filhos, sobrinhos, primos, morrem analfabetos. Mais que um autorretrato biográfico familiar é visual da segregação na minha família preta. Me chama atenção, também quantas gerações foram necessárias para quebrar estes ciclos de lugar de fala. Isso mostra o quão somos apagados do retrato da história dessa sociedade, mediante ao contexto semântico, marginalizam-nos nos livros, nas mídias, no asfalto e por ser favelado, diante desse contexto minha maior obrigação é denunciar e lutar contra os falsos profetas. Contra todo esse processo de segregação empreendo e, desse contexto interpretativo para uma análise mais profunda e, positivamente, sobretudo carregada de significados e de camada profundas.

Tal compreensão deriva, inicialmente e, em partes, de toda essa pesquisa, em não aceitar que poucas vezes me foi narrado nas salas de aula como nossos ancestrais resistiram às atrocidades, lutaram e construíram esse país. Na favela, essa dúvida ecoa de maneira semelhante. E conscientizar-se de que a favela entrelaçasse num cosmos em expansão de possibilidades, um habitat para viver e prosperar, onde as identidades de pertencimento, apagadas ao longo de séculos, são reconfiguradas, e onde as resistências e lutas coletivas se forjam dialeticamente após o fim da escravidão.

Nesse contexto e através dessa pesquisa os conceitos fundamentais relacionados ao direito à cidade e, como um arcabouço ilegal que se sustenta no ampliar do racismo

---

<sup>11</sup> Pau de arara, também é conhecido por ser um meio de transporte irregular que ainda é utilizado no Nordeste do Brasil. Consiste em se adaptar nos caminhões para o transporte de passageiros, constituindo-se em substituto improvisado para os ônibus convencionais.

territorial. Este estudo não apenas ilustra o quão marginalizadas as favelas permanecem em nossa nação, mas também revela a necessidade premente de examinar o racismo territorial. Ao revistar o passado, emergem as circunstâncias imperativas do cenário atual. Desse modo, uma compreensão imparcial desse processo de urbanização se iniciou dos modos operando de todo um ecossistema de exclusão com seu início na escravização, intrínseco aos ciclos de desenvolvimento do país, o apagamento é histórico.

Por fim, ao examinar as realidades de moradores das favelas e para analisar o impacto do racismo nessa dimensão territorial, foi fundamenta cruzar com minha história de vida. Assim sendo, é possível identificar um discurso discriminatório nos dizeres de Carvalho, as estatísticas também mostram que o Estado tem um alvo, corpos negros, favelados. Nesse contexto, identifico uma padronização e as recorrências numéricas, também tiveram um importante papel para compreender que as formações desses discursos que optam por certas nomenclaturas em detrimento de outras, e fala entre pessoas negras e brancas, como por exemplo: violência, pobreza e tráfico de drogas.

Contudo, toda essa problematização reforça a hipótese de pesquisa que entendo por racismo territorial. Conforme Almeida (2019), o racismo se normaliza na exploração do trabalho e justifica a inferiorização dos corpos negros, submetidos a violências orquestradas. É constatado que o racismo é um elemento constituinte da política e da economia, sendo impossível compreender suas estruturas sem ele. Segundo Almeida, a superação do racismo estrutural consiste em elucidar sua existência e atuação nos processos de dominação. Dessa forma, seria possível estabelecer não apenas modos alternativos de organização da sociedade, mas também políticas antirracistas.

Término essa pesquisa e, falando sobre liberdade, ênfase aos pares que temos uma grande tecnologia ao nosso favor: NOSSA VOZ. Nossa luta pela humanização da população negra não para por aqui é constante e nossas vozes (pesquisas) precisam ser ecoadas aos quatros cantos desse mundo. Por vezes nossas nozes (pesquisas) serão silenciadas, além dos becos e vielas e para (re)criar essas narrativas que se contraponham ao racismo territorial, as violências físicas e simbólicas, minha luta, segue, enquanto pesquisador, ativista social e favelado, sigo lutando pela nossa presença nas mesas de pesquisas, de poder, ocupando nosso lugar e enquanto cientistas.

É uma luta que briga e grita pelos direitos do favelado como cidadã e como pesquisador. Quero justiça social e reparação histórica. Sei que é, difícil ocupar esse lugar quando não se é aceito, mas, estou por disputar e ocupá-lo, não me falta coragem e ousadia, luto por meus ancestrais que foram negligenciado das salas de aula. Vou seguir,

usando da minha voz, enquanto, pesquisador, ativista e para denunciar as opressões históricas contra a população negra e favelada, gritando por liberdade e por direitos, denunciando todo tipo de opressão, condenando as mentalidades literárias colonialistas.

Nossas vitórias são cantos e, essa ideia é muito significativa, tendo em vista a importância não só das vitórias, mas, porque largamos dos últimos lugares e para tentar chegar, enquanto muito ficam pelo caminho. Um brinde, á nós, sobretudo porque sego aqui na luta, firme e forte, construindo história. Sem herança, sem privilégio e ou padrinho que me abram as portas, sem atalhos ou agasalhos para me proteger dos algozes Armados de livros e de fé, coberto do esperar de Freire, e as mãos calejadas das lutas diárias. Mas lembre-se não é sobre o que é dito, sim, sobre quem DIZ. Esta super na moda falar sobre racismo, no Brasil. E quem fala?

O país carrega está triste chada da escravidão. Esse processo, durante muitos séculos, gerou a marginalização das negras(os). Também gerou um processo de extinção, destruição e marginalização de todos os povos negros e originários do país, os povos indígenas. Sobretudo das populações mais vulneráveis mais pobres ou que historicamente foram colocadas a margem de todo o processo de organização da sociedade brasileira. É quem sofrem e não tem os devido espaço de fala garantido. Hoje, a população de pretos e pardos representam mais de 56% da população brasileira e, mesmo assim, ainda é minoria nos espaços de decisão e, contrário é maioria nos espaços de vitimização e exclusão social, maioria nas favelas.

As populações que são escravizadas, ou que sofrem efetivamente com o racismo, foram sendo colocadas à margem dessa sociedade, todavia, os negros e negras neste país não tiveram escolhas, a não ser ocupar espaços que não tinham nenhum tipo de condição humana de e para sua sobrevivência. Enfim, minha liberdade, enquanto favelado, só tem sentido se os outros favelados, também forem livres e, livres desse recorte racial, do preconceito e do apagamento territorial. Essa é uma das minhas lutas: combater o racismo territorial. Nós resistimos! E queremos existir com dignidade e afeto — “Se seus sonhos não te assustam, talvez eles não sejam grandes o bastante”; os meus, me sustam. ... Muhammad Ali.



## REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO; Zahar, 1987.
- \_\_\_\_\_. **À la recherche du Rio de Janeiro au seizième siècle**. In: VIDAL, Laurent (Org.). *La ville au Brésil (XVIIIe-XX siècles) : Naissances, renaissances*. Paris: Les Indes Savantes, 2008.
- \_\_\_\_\_. **A cidade do Rio de Janeiro: evolução urbana, contradições do espaço e estratificação social**. In: BERNARDES, Júlia Adão (Org.). *Rio de Janeiro: painel de um espaço em crise*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1987.
- ALENCASTRO, Luiz F. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALMEIDA, Maria R. C. de. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- \_\_\_\_\_. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.
- ANGILELI, Cecília M. de M. M. **Paisagens reveladas no cotidiano da periferia**. São Paulo: Giostri, 2014.
- \_\_\_\_\_. **Chão: a experiência como possibilidade de construção de conhecimento**. Curitiba: Appris, 2021.
- ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2023**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 17, 2023. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/6b3e3a1b-3bd2-40f7-b280-7419c8eb3b39>> Acesso: 22/03/2024.
- ARAUJO, Maria Paula Nascimento; SANTOS, Myrian Sepúlveda. **História, memória e esquecimento: Implicações políticas**. Revista Crítica de Ciências Sociais. Coimbra, 2007.
- ATHIAS, Renato. **Favela Digital: Conexão de Saberes**. São Paulo: Editora Senac SP, 2012.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BARBOSA, Jorge Luiz Barbosa; SILVA, Jailson de Souza e. **Favela: alegria e dor na cidade**. Rio de Janeiro: Senac Rio, 2005.

BARBOSA, Vilma de L. **Construção da história local:** proposta de ensino de História para a classe trabalhadora. Dissertação (Mestrado em Educação) Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1998.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação.** Porto: Porto Editora, 1994.

BOFF, L. **Igreja: Carisma e poder.** São Paulo: Ática, 1994.

\_\_\_\_\_. **Teologia do Cativo e da Libertação.** Petrópolis: Vozes, 1980.

BONCIANI, Rodrigo. A reinvenção da História Atlântica: oralidade, memória e nudez In: VII Encontro Regional de História Oral, 2013, Foz do Iguaçu. **Anais do Encontro Regional de História Oral**, 2013, v.1.

\_\_\_\_\_. Escravidão, tráfico de pessoas e trabalho forçado: costumes e direitos na História In: **Contracondutas / Counter-conducts.** São Paulo: Editora da Cidade, 2017, p. 109-124.

\_\_\_\_\_. Um homem célebre encontra um ex-homem de cor: relações sociorraciais no Brasil do pós-abolição. **Almanack**, n. 21, p. 448-483, 2019.

BLACKING, John. **Música, cultura e experiência.** Cadernos de Campo, USP, 2007.

BRUM, Eliane. **A vida que ninguém vê.** Porto Alegre: Arquipélago, 2006.

BURGOS, M. B. **Favela:** acesso à habitação e cidadania territorializada. Rio de Janeiro, Publicações do Departamento de Sociologia da PUC, 2005.

CARVALHO, Sarah de. **Meninos de Rua do Brasil.** Venda Nova (SC): Ed. Betânia, 1997.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade:** uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COMPANS, Rose. **A cidade contra a favela** – a nova ameaça ambiental. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol. 9, n. 1, maio, 2007. Associação Brasileira de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional: Recife, Brasil.

COSTA, Valéria e NASCIMENTO, José Antônio. **O Conceito de Favelas e Assemelhados sob o Olhar do IBGE, das Prefeituras do Brasil e da ONU.** in Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, USP, 2015

COSTA, Viviane. **Traficantes evangélicos:** Quem são e a quem servem os novos bandidos de Deus? Rio de Janeiro: Ed: Thomas Nelson Brasil, 2023.

D'ANDREA, Tiaraju. **Reflexões periféricas: propostas em movimento para a reinvenção das quebradas.** São Paulo: Dandara, 2021.

MATA, D.; LALL, S. V.; WANG, H. G. Favelas e dinâmica das cidades brasileiras. *In*: AVELINO FILHO, G.; MARQUES, E.; GIAMBIAGI, F. (org.). **Economia brasileira contemporânea: 1945-2004**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

DAVIS, M. **Planeta favela**. Tradução Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

ICIONÁRIO DE FAVELAS MARIELLE FRANCO. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2019.

EDI ROCK; Mc PEDRINHO (Feat). **De Onde Eu Venho**. São Paulo: Som Livre. Produção de DJ Kalfani e DJ Cuca, 2018.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

**FAVELA VIVE 5**. (part. Major RD, MC Hariel, MC Marechal e Leci Brandão). Rio de Janeiro. Instrumental: Índio Produção, 2023.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

\_\_\_\_\_. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças Sociais no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Ed. Global, 2008.

FERRÉZ. **Capão Pecado**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2000.

FISCHER, Rosa M. B. **Televisão & Educação: fruir e pensar a TV**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

\_\_\_\_\_. **Foucault e a análise do discurso em Educação**. Cadernos de pesquisa, N. 114, nov. 2001.

FIGUEIREDO, Thais. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/48812?show=full> Acesso em: 28 dezembro de 2023.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. Curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

\_\_\_\_\_. **A ordem do Discurso**. São Paulo: Ed. Loyola, 2005.

\_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GALACHE, C. Gabriel. **Síntese de Doutrina Social**. São Paulo: Ed. Loyola, 1967.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. São Paulo: Ed. 34, 2001.

GOLDBERG, David Theo. **The Racial State Jersey**. New York: Wiley, 2001 [1993].

GOLDENFUM, Fernanda Peixoto. **Cidade acessível e inclusiva a pessoas com deficiência: um estudo da efetividade do Projeto Rota Acessível da Lei do Plano Diretor de Acessibilidade de Porto Alegre**. Porto Alegre: 2019.

GOMES Aramis Horvath; MELLO Leonardo F. de. **Racismo territorial: O planejamento urbano tem um problema de raça?** São Paulo: Paco Editorial, 2021.

GOMES, Flávio dos S.; REIS, João J. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um Defeito de Cor**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

\_\_\_\_\_. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: SILVA, Luiz A. Machado *et al.* Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos. Brasília, ANPOCS, 1983.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

hooks, bell. **Anseios: raça, gênero e políticas públicas**. São Paulo: Elefante, 2019 [2015].

INSTITUTO DE DEFESA DO DIREITO DE DEFESA; DATA\_LABE. **# POR QUE EU?** (Relatório). Brasil, IDDD DATA\_LABE, 2022. Disponível em: <<https://datalabe.org/relatorio-por-que-eu/>>. Acesso em: 22/03/2024.

IRINEU, Lucineudo Machado (org.). **Análise de Discurso Crítica: conceitos-chave**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

INSTITUTO PEREIRA PASSOS. 2006. Disponível em: <[www.armazemdedados.rio.rj.gov.br](http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br)>. Acesso em: 22/03/2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4 ed. Brasília: Ipea, 2011.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Francisco Alves, 2020.

KEHL, Luís. **Breve história das favelas**. São Paulo: Ed. Claridade, 2010.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LIMA, F. José Pereira de. **Das Quadras para o mundo**. Fortaleza, CE: Ed. CeNE, 2019.

LINS, Paulo. **Cidade de Deus**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACEDO, Rafael Greca de. **Da favela ao bairro novo: ecologia humana**. Curitiba: Ed. Juruá, 2010.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Hucitec, 2003.

MARTINS, Geovani. **O sol na cabeça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo (Novos estudos sobre a exclusão, pobreza e classes sociais)**. Petrópolis: Vozes, 2008.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1edições, 2022.

MEIRELLES, Renato; ATHAYDE, Celso. **Um país chamado favela: A maior pesquisa já feita sobre a favela brasileira**. São Paulo: Gente, 2014.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do negro**. São Paulo: Editora Anita, 1994.

MONTEIRO, John M. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MORAES, Eliane Robert. **Favela Digital**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

MOREIRA, Adilson José. **Pensando como um negro: ensaio de hermenêutica jurídica**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2019.

MC CIDINHO; MC DOCA. **Rap da felicidade**. Rio de Janeiro: SCORPIO MUSIC, Central Station, Spotlight Records, D.D.S. RECORDS, 1994.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado**. São Paulo: Editora Perspectivas, 2016.

NODARI, Sandra. **Ônibus 174: A Relação entre Imagem e Voz no Telejornalismo e no Documentário**. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, 2006.

NUNES, Nilza Rogéria de Andrade. **Mulher de favela: o poder feminino em territórios populares**. Rio de Janeiro: Gramma, 2018.

OLIVEIRA, Dennis de. **Racismo estrutural: uma perspectiva histórico-crítica**. São Paulo: Editora Dandara, 2021.

PACHECO, J.; QUEIROZ, Maria N. da Silva (orgs.). **O negro na universidade: o direito a inclusão**. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad: Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 1997.

PERLMAN, E. Janice. **O Mito da Marginalidade**: favela e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2002 [1977].

QUEIROZ FILHO, Alfredo P. As definições de assentamentos precários e favelas e suas implicações nos dados populacionais: abordagem da análise de conteúdo. **Urbe**: Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 7, n. 3, p. 340-353, 2015.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2021.

RIBEIRO, Luiz C. Q. **Dos cortiços aos condomínios fechados**: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

RÜCKERT, Fabiano Quadros; SILVA, Jonathan Fachini; CARDOZO, José Carlos da Silva; CESAR, Tiago da Silva (orgs.). **Histórias da pobreza no Brasil**. Rio Grande: Editora da FURG, 2019.

SANTOS, Boaventura de S. **Pelas mãos de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 6ª ed. São Paulo: Cortes, 1999.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

SOUZA, Neusa Santos. **Torna-se negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

\_\_\_\_\_. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SCHUCMAN, Lia V. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. São Paulo: Veneta, 2020.

SILVA, Uelber Barbosa. **Racismo e Alienação**: Uma aproximação à base ontológica de temática racial. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

SIMAS, Luiz Antonio. **O Brasil não cabe no quintal de ninguém**. Rio de Janeiro: Mariposa Cartonera, 2017.

SOUZA, Cíntia de Santana. **Resistência, justiça e política pública**: Urbanização de áreas de vulnerabilidade socioambiental consolidadas em Curitiba, Pr – Vila Torres e Vila Parolin (1980 - 2014). Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Porto Alegre, 25 a 29 de julho de 2016. Disponível em: <https://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-4/SESSAO%2037/S37-07-SANTANA%20SOUZA,%20C.pdf>. Acesso em: 18 junho. 2023.

SOUZA, Jessé: **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. São Paulo: LeYa, 2017.

- THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- TRINDADE, Thiago Aparecido. Direitos e cidadania: reflexões sobre o direito à cidade. **Revista Lua Nova**, São Paulo, 2012.
- VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com.** Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- VAZ, Lilian Fessler. **Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos – a modernização da moradia no Rio de Janeiro.** Análise Social, Lisboa, vol. 24, n. 127, 1994. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377187I6iYL2uw3Xe43QN7.pdf>. Acesso em: 23 setembro de 2023.
- VITAL DA CUNHA, Christina. **Oração de Trafficante: uma etnografia.** Ed: Rio de Janeiro: Garamond, 2015.
- VOVELLE, Michel. **Ideologias e mentalidades.** São Paulo: Brasiliense, 1987.
- WIKIPÉDIA. **Favela.** Enciclopédia livre, 2021. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Favela>. Acesso em: 15 junho. 2023.
- WILDERSON III, Frank B. **Afropessimismo.** São Paulo: todavia, 2021.
- WODAK, Ruth. De qué trata el análisis crítico del discurso (ADC). Resumen de su historia, sus conceptos fundamentales y sus desarrollos. In: WODAK, R; MEYER, M (orgs.). **Métodos de análisis crítico del discurso.** Barcelona: Gedisa, 2003.
- ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza.** São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. **Um século de favela.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- ZENKER, Ana Luiza. **Negros são maioria nas favelas, segundo estudo do Ipea.** Memória EBC, 2008.